



Antecedentes da intenção de praticar Voluntariado Jovem: um estudo empírico em Portugal

Marta Filipa Figueiredo Quinta

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Assessoria de Administração

Porto - 2016

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO



Antecedentes da intenção de praticar Voluntariado Jovem: um estudo empírico em Portugal

Marta Filipa Figueiredo Quinta

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para obtenção do grau de
Mestre em Assessoria de Administração, sob orientação de
Doutora Isabel Ardions e Mestre Paulo Gonçalves

Porto - 2016

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri

Resumo

Objetivo – O objetivo geral deste trabalho é analisar e medir os possíveis antecedentes da intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Metodologia – Realizou-se um estudo empírico, de corte transversal, com uma amostra portuguesa, através de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, exploratória e confirmatória. Isto foi possível a partir da identificação de um modelo teórico, suportado pelo levantamento bibliográfico sobre determinadas variáveis latentes, suscetível de permitir investigar as relações e possíveis antecedentes da intenção de praticar Voluntariado. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário, disponível *online*, o qual, permitiu obter uma amostra válida de 404 respostas. Relativamente às hipóteses, estas foram testadas através de um modelo confirmatório de equações estruturais.

Resultados e conclusões – Comprovaram-se a maioria das hipóteses e níveis de associação entre as variáveis e relações estudadas. Destacamos o facto da atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido, dos jovens portugueses, constituírem, significativa e positivamente, os antecedentes da sua intenção de praticar Voluntariado, ao contrário do antecedente objetivo de vida. Foi assegurada a validade convergente e discriminante das escalas de medida e uma boa qualidade psicométrica das mesmas. Foram obtidas, igualmente, diferentes capacidades preditivas de algumas variáveis independentes na intenção de praticar Voluntariado jovem, bem como, interessantes níveis correlacionais entre as variáveis latentes do modelo de análise.

Limitações/implicações – Os resultados obtidos carecem de ser analisados com toda a precaução, face a uma amostra não probabilística. A ausência de trabalhos e estudos homólogos, em Portugal, criou algumas limitações na discussão dos resultados. A nível de implicações teóricas, verificamos que o Voluntariado é, cada vez mais, estratégico na organização da vida pessoal e organizacional, apresentando uma dinâmica constante de evolução ao longo dos anos, tanto a nível concetual, como na quantidade de voluntários que abrange, especialmente, quando abordamos o Voluntariado Jovem. Relativamente a implicações práticas do estudo, estas permitem inferir diversas sugestões e recomendações para a gestão e gestores, no âmbito do Terceiro Setor.

Originalidade/valor – O contributo mais importante deste estudo é constituir o primeiro realizado em Portugal, à data, onde se propôs e investigou um (novo) modelo teórico sobre os possíveis antecedentes da intenção dos jovens portugueses praticarem Voluntariado.

Palavras-chave – Voluntariado Jovem, atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido, objetivo de vida, intenção comportamental.

Abstract

Purpose – The purpose of this study is analyze and measure the possible antecedents of the volunteering intention among young Portuguese.

Methodology – An empirical cross-sectional study was carried out using a Portuguese sample, through a descriptive, quantitative, exploratory and confirmatory research. This was possible through the identification of a theoretical model, supported by a literature review of certain latent variables, susceptible to allow investigate the relationship and the possible antecedents of volunteering intention. Data was collected based on a survey, available online, which allowed to obtain a valid sample of 404 answers. The hypotheses were tested using a confirmatory structural equation model.

Findings and conclusions – Most of hypotheses and associative levels between the variables and relationships studied, were proved. We highlight the attitude, the subjective norm and the perceived behavioral control, of young people, to constitute, significantly and positively, the antecedents of volunteering intention, unlike the purpose in life. It was considered and assured the convergent and discriminant validity of the measurement scales and good psychometric qualities. It was obtained, likewise, different predictive capacities of some independent variables in youth volunteering intention, as well as interesting correlational levels between the latent variables of the analysis model.

Limitations/implications – The results need to be analyzed with precaution according to a non-probabilistic sample. The lack of similar work and studies in Portugal created some limitations in the discussion of the results. Amongst the theoretically implications, we find that volunteering is increasingly more strategic in the personal organization and life organizational, thus presenting a constant dynamic evolution over the years, both in the conceptual level, as well the amount of volunteers comprising, especially when we referring to youth volunteering. Regarding the practical implications of the study, these allowed us to deduce various suggestions and recommendations for the management and managers within the third sector.

Originality/value – The most important contribution of this study is to be the first one to be held in Portugal, up to date, in which it was proposed and investigated a (new) theoretical model referring to the possible antecedents of youth volunteering intention.

Keywords: Youth volunteering, attitude, subjective norm, perceived behavioral control, purpose in life, intentional behavior.

Agradecimentos

Este espaço é dedicado àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que esta dissertação fosse realizada, apesar que as palavras nunca serão suficientes para agradecer todo o apoio que me prestaram.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, particularmente aos meus pais, por terem possibilitado e acreditado neste meu percurso, bem como pela motivação prestada em todos os momentos. Agradeço-vos por tudo o que fizeram por mim, em todas as circunstâncias da minha vida!

À minha irmã Rosa, um exemplo a seguir, pelo seu percurso profissional, pela sua maneira de ser, pela motivação e força que sempre me deu, pelo carinho e pela grande cumplicidade que temos.

Um enorme obrigada aos meus Professores Orientadores, Doutora Isabel Ardions e Mestre Paulo Gonçalves, porque sem vocês teria sido impossível realizar esta dissertação! Agradeço-vos pelo apoio, paciência, palavras de motivação e críticas, ao longo destes meses, que foram essenciais para eu acreditar que conseguia concluir mais uma etapa académica.

Ao ISCAP, por tudo o que me proporcionou, a nível de experiências e conhecimentos, mas, principalmente, pelas extraordinárias pessoas que colocou no meu caminho, nestes cinco anos de percurso académico.

A todos os meus amigos, aos que conheci no Porto e aos que preservei de Oliveira de Azeméis, um enorme obrigada pela paciência, apoio incondicional e compreensão, porque me animaram e motivaram nos momentos mais frágeis.

Aos meus colegas e chefes de trabalho, por serem tão compreensíveis comigo e por me aturarem tantas vezes com os meus desabafos e inquietações. O apoio e força que todos me deram, foram imprescindíveis para conseguir terminar esta dissertação. Não há palavras para vos agradecer!

A todos os que colaboraram no preenchimento do questionário, porque sem o vosso contributo, este estudo não seria possível de se realizar.

Por fim, mas não menos importante, uma palavra de apreço a todos os voluntários, por serem uma profunda fonte de inspiração!

A todos, um sincero obrigada!

Lista de abreviaturas

A - Atitude

AHBVOA – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis

AMEE - Análise de Modelos de Equações Estruturais

AMOS - *Analysis of Moments Structures*

APSA – Associação Cirúrgica Pediátrica Americana

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL

CCP – Controlo comportamental percebido

CNPV – Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

CSES – Conta Satélite da Economia Social

EUA – Estados Unidos da América

H - Hipótese

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IPV – Intenção de praticar Voluntariado

MEE – Modelo de Equações Estruturais

NS – Norma subjetiva

NTIC – Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPJ - Observatório Permanente da Juventude

OV – Objetivo de vida

PEJENE – Programa de Estágios de Jovens Estudantes do Ensino Superior nas Empresas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

TAR – Teoria da Ação Racional

TCP – Teoria do Comportamento Planeado

VEM – Variância Extraída Média

Índice Geral

Introdução	1
Contextualização	2
Questão de investigação e objetivos de estudo	3
Motivação e relevância do tema.....	3
Metodologia e hipóteses de investigação.....	4
Estrutura da dissertação.....	5
 Capítulo I - Dinâmicas do Terceiro Setor e do Voluntariado	 8
1.1. O Terceiro Setor	9
1.1.1. Em torno da definição	9
1.1.2. A Origem e a evolução.....	10
1.1.3. Uma multiplicidade de designações.....	11
1.2. O Voluntariado	12
1.2.1. A problemática de Voluntariado	12
1.2.2. A evolução.....	16
1.2.2.1. O contexto mundial.....	16
1.2.2.2. O contexto português	17
1.2.3. O Voluntariado - níveis de atuação.....	18
1.2.3.1. O Voluntariado internacional	18
1.2.3.2. O Voluntariado na Europa	20
1.2.3.3. O Voluntariado em Portugal	21
1.2.4. Os tipos de Voluntariado	24
1.2.5. Ser voluntário	25
1.2.5.1. Definições	25
1.2.5.2. Os direitos e deveres do voluntário	26
1.3. O Voluntariado Jovem na Sociedade do século XXI	26
1.3.1. A definição de jovem e demarcação da faixa etária	26
1.3.2. A participação dos voluntários e jovens numa Sociedade global	28
1.4. Resumo do capítulo	29
 Capítulo II - Antecedentes da intenção de realizar um comportamento	 31
2.1. Teoria do comportamento planeado	32
2.1.1. Teoria da ação racional.....	32
2.1.2. Definição da teoria do comportamento planeado	33
2.1.3. A atitude em relação ao comportamento	34
2.1.3.1. Definição.....	34
2.1.3.2. Os componentes da atitude.....	34
2.1.4. A norma subjetiva.....	35
2.1.5. O controlo comportamental percebido	36

2.1.6. A intenção comportamental	37
2.1.7. O comportamento humano	37
2.2. O objetivo de vida	38
2.2.1. Definição	38
2.2.2. O comportamento pró-social	40
2.3. Resumo do capítulo	40
Capítulo III - Metodologia de investigação	42
3.1. Metodologia.....	43
3.1.1. Tipo de pesquisa e estudo	43
3.2. Concetualização do modelo de investigação e formulação de hipóteses	45
3.2.1. Apresentação do modelo de investigação	45
3.2.2. Descrição das variáveis do estudo	46
3.2.3. Definição das hipóteses de investigação	48
3.3. Instrumento e recolha de dados	51
3.3.1. Construção do questionário	52
3.3.2. Pré-teste do questionário	54
3.3.3. Procedimentos de administração do questionário e de recolha de dados	54
3.4. A amostra e a população-alvo	54
3.5. Resumo do capítulo	55
Capítulo IV - Apresentação e análise de resultados.....	57
4.1. Procedimentos utilizados na análise dos dados.....	58
4.2. Caracterização da amostra.....	59
4.3. Análise da validade e fiabilidade fatorial.....	61
4.3.1. Escala atitude.....	61
4.3.2. Escala norma subjetiva	63
4.3.3. Escala controlo comportamental percebido	65
4.3.4. Escala objetivo de vida.....	68
4.3.5. Escala intenção de praticar Voluntariado.....	71
4.4. Validade convergente e divergente	72
4.5. Análise descritiva das escalas	73
4.5.1. Diferenças por sexo	74
4.5.2. Diferenças por idade	75
4.5.3. Diferenças por frequência ou não no Ensino Superior	76
4.5.4. Diferenças por Habilitações Literárias	76
4.6. Estatística inferencial – teste de hipóteses e modelo de equações estruturais	77
4.7. Discussão dos resultados	81
Considerações e conclusões finais	85
Conclusão geral.....	86

Síntese de conclusões e implicações gerais teóricas do estudo	87
Síntese de conclusões e implicações gerais práticas do estudo	88
Recomendações para a gestão.....	89
Limitações ao estudo.....	90
Sugestões para investigações futuras.....	91
Bibliografia.....	93
Apêndices	110
Apêndice I Inquérito por questionário.....	111

Índice de Figuras

Figura 1 – Modelo de investigação proposto	5
Figura 2 – Estrutura e organização do trabalho de investigação.....	7
Figura 3 – Tipos de Voluntariado	24
Figura 4 – Teoria da Ação Racional.....	32
Figura 5 – Teoria do Comportamento Planeado.....	33
Figura 6 – Estrutura de sentido pessoal	39
Figura 7 – Modelo de investigação proposto	45
Figura 8 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H1	49
Figura 9 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H2.....	49
Figura 10 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H3.....	50
Figura 11 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H4.....	51
Figura 12 – Esquema sobre o processo da investigação empírica utilizada	52
Figura 13 – Modelo final de investigação proposto.....	56
Figura 14 – Modelo fatorial confirmatório da escala atitude	61
Figura 15 – Modelo fatorial confirmatório final da escala atitude.....	62
Figura 16 – Modelo fatorial confirmatório da escala norma subjetiva.....	64
Figura 17 – Modelo fatorial confirmatório final da escala norma subjetiva	64
Figura 18 – Modelo fatorial confirmatório da escala controlo comportamental percebido	66
Figura 19 – Modelo fatorial confirmatório final da escala controlo comportamental percebido	67
Figura 20 – Modelo fatorial confirmatório da escala objetivo de vida	69
Figura 21 – Modelo fatorial confirmatório final da escala objetivo de vida	70
Figura 22 – Análise fatorial confirmatória da escala intenção de praticar Voluntariado	71
Figura 23 – Primeiro modelo de equações estruturais	78
Figura 24 – Segundo modelo de equações estruturais	79

Índice de Quadros

Quadro 1 – Conceções de Voluntariado	13
Quadro 2 – Exemplos de crenças comportamentais vs. juízos/valores	35
Quadro 3 – Grupo de questões referentes à variável atitude	46
Quadro 4 – Grupo de questões referentes à variável norma subjetiva	46
Quadro 5 – Grupo de questões referentes à variável controlo comportamental percebido	47
Quadro 6 – Grupo de questões referentes à variável objetivo de vida	47
Quadro 7 – Grupo de questões referentes à variável intenção de praticar Voluntariado	47
Quadro 8 – Resumo das hipóteses da presente investigação	55

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra (sexo e idade).....	59
Tabela 2 - Caracterização sociodemográfica da amostra (Frequência ou não do Ensino Superior).....	60
Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica da amostra (Cursos ou ciclo de estudos e Subsistema e/ou tipo de ensino).....	60
Tabela 4 - Validade fatorial da atitude	61
Tabela 5 - Índices de ajustamento da escala atitude	62
Tabela 6 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da escala atitude	62
Tabela 7 - Análise do índice de consistência interna alfa de cronbach	63
Tabela 8 - Validade fatorial da norma subjetiva	63
Tabela 9 - Índices de ajustamento da escala norma subjetiva	64
Tabela 10 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da escala norma subjetiva	65
Tabela 11 - Análise do índice de consistência interna alfa de cronbach	65
Tabela 12 - Validade fatorial do controlo comportamental percebido	66
Tabela 13 - Índices de ajustamento da escala controlo comportamental percebido	67
Tabela 14 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da escala controlo comportamental percebido	67
Tabela 15 - Análise do índice de consistência interna alfa de cronbach	68
Tabela 16 - Validade fatorial do objetivo de vida	68
Tabela 17 - Índices de ajustamento da escala objetivo de vida.....	69
Tabela 18 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da	70
Tabela 19 - Análise do índice de consistência interna alfa de cronbach	70
Tabela 20 - Validade fatorial da intenção de praticar Voluntariado	71
Tabela 21 - Índices de ajustamento da escala intenção de praticar Voluntariado	72
Tabela 22 - Análise do índice de consistência interna alfa de cronbach	72
Tabela 23 – Validade convergente e divergente das escalas.....	72
Tabela 24 – Valores das medidas de estatística descritiva	73
Tabela 25 - Resultados das escalas utilizadas em função do sexo.....	74
Tabela 26 - Resultados das escalas utilizadas em função da idade	75
Tabela 27 - Resultados das escalas utilizadas em função da frequência ou não no Ensino Superior....	76
Tabela 28 - Resultados das escalas utilizadas em função das habilitações literárias	76

Tabela 29 – Matriz de correlações de Pearson entre as variáveis em estudo	77
Tabela 30 – Índice de ajustamento do primeiro modelo	78
Tabela 31 - Relação entre as variáveis independentes e dependente	79
Tabela 32 - Índice de ajustamento do modelo global de estudo.....	79
Tabela 33 – Teste de hipóteses.....	80
Tabela 34 - Quadro resumo da % de variância das variáveis independentes e dependente	80

We make a living by what we get, but we make a life by what we give.

Winston Churchill

Introdução

Contextualização

Ao longo dos anos, por todo o mundo, assistimos a um desenvolvimento exponencial de filantropia, Voluntariado e organizações da Sociedade civil (Ferreira, 2013). A este fenómeno, Salamon (1994) designa de revolução associativa global, tendo esta, incidido, principalmente, sobre o crescimento de organizações sem fins lucrativos (Casey, 2015).

Neste contexto, o Terceiro Setor, sendo uma das áreas mais multidisciplinares das Ciências Sociais, tem-se tornado um dos conceitos mais complexos nos discursos político e social (Salamon & Sokolowsk, 2016), uma vez que, engloba, maioritariamente, uma diversidade de instituições organizadas, privadas, sem fins lucrativos, de autogestão e voluntárias (Salamon & Anheier, eds. 1997; Corry, 2010). Deste modo, como o Voluntariado abrange instituições com aquelas características (Voluntariado formal), ele enquadra-se no Terceiro Setor, como o seu espaço nato de atuação.

Nesta perspetiva, o Voluntariado não é uma prática recente (Wilson & Pimm, 1996), apesar de a informação existente sobre a sua origem ser diminuta. Os dados estatísticos mais recentes, a nível europeu, referem que a Holanda é o país com a maior taxa de Voluntariado (57% da população residente com 15 e mais anos afirmou fazer voluntariado) e, em contraste, a Polónia, com a mais baixa taxa de Voluntariado (9%) (INE, 2013). As diferenças assinaladas entre as taxas de Voluntariado nos países europeus justificam-se, entre outras, pelas características sociodemográficas, a saúde e a integração social (Plagnol & Huppert, 2010).

Já em Portugal, segundo o INE, a CSES e a CASES (INE, 2013, p. 3), “em 2012, 11,5% da população residente com 15 ou mais anos participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários”. Havendo registos, em Portugal, desde há seiscentos anos, da existência de um grupo de Bombeiros Voluntários, entre outras instituições, que, posteriormente, foram surgindo (p. e. Misericórdia de Lisboa), destacamos o que revela a dinâmica e o desenvolvimento que o Voluntariado teve e tem a nível nacional, embora os seus indicadores, ainda sejam relativamente baixos (12%) (INE, 2013). Contudo, é de referir que a evolução desta prática, em Portugal, foi um pouco conturbada, com o surgimento de novas formas de Voluntariado, no século XIX e, mais tarde, estas, terem sido, em muitos casos, objetos de proibição, durante o período do Estado Novo.

Nos últimos anos os estudos feitos sobre o Voluntariado têm aumentado, de modo considerável, tendo sido desenvolvidos diversos modelos teóricos para o explicar, nos mais diversos contextos (Ferreira, Proença & Proença, 2008; Dávila & Díaz-Morales, 2009; Law & Shek, 2009; Butler, Krishnaswami, Rothstein & Cusick, 2011; Sallam, Safizal & Osman, 2015).

É neste contexto dinâmico de análise que se baseia este trabalho, o qual pretende explorar a aplicabilidade da Teoria do Comportamento Planeado (TCP) ao Voluntariado, mais concretamente, ao estudo da intenção de o praticar.

Questão de investigação e objetivos de estudo

Nas sucessivas mudanças da Sociedade, ao longo dos anos, “o Voluntariado passou a ser visto como uma expressão do dinamismo da Sociedade civil, constituindo-se como espaço por excelência do exercício de uma cidadania ativa e participada” (Serapioni, Ferreira, Lima & Marques, 2011, p. 12). Sendo o Voluntariado um “recurso renovável, crucial para a resolução de problemas sociais e ambientais em todo o mundo” (Medina, 2011, p. 1), é, cada vez mais, pertinente, abordar esta problemática.

Assim, propõe-se a seguinte questão geral de investigação: será que a atitude, a norma subjetiva, o controlo comportamental percebido e o objetivo de vida, dos jovens portugueses, poderão constituir antecedentes da sua intenção de praticar Voluntariado?

Mediante o exposto, o objetivo principal da realização deste trabalho é propor e testar um modelo, suscetível de compreender e explicar, os possíveis determinantes da intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses. Para a concretização deste objetivo principal, enunciamos objetivos secundários, inerentes a esta investigação, em especial:

- descrever os conceitos teóricos de Voluntariado, jovem, atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido, objetivo de vida e intenção comportamental;
- investigar e relacionar as variáveis latentes, a partir do modelo identificado no estudo;
- analisar empiricamente as relações e capacidades preditivas entre as variáveis e/ou constructos estudados;
- investigar as variáveis em estudo, do ponto de vista sociodemográfico (sexo, idade e habilitações literárias) e verificar se existem significâncias estatísticas diferentes com as variáveis estudadas.

Motivação e relevância do tema

Apesar da investigação sobre os antecedentes da intenção comportamental, pertencentes à TCP já recuar a 1970 (Silva et al., 2014; Roazzi et al., 2014), ainda hoje são bastante estudados (Sallam, Safizal & Osman, 2015; Zhou, Romero & Qin, 2015; Jiang et al., 2016; Kim, Lee, Sung & Choi, 2016; Stran, Knol, Severt & Lawrence, 2016), situação que (re)força o seu valor e interesse investigativos. Por outro lado, perante a ausência de estudos a nível nacional, esta investigação constitui uma primeira reflexão e aproximação da temática sobre os reais e possíveis antecedentes da intenção de praticar Voluntariado, em Portugal.

Quanto à motivação em si, na realização desta investigação, existe uma grande vontade em adquirir e criar conhecimento nesta área, porque o Voluntariado é um tema relevante e bastante discutido, desde a sua origem, sendo a sua prática imprescindível e útil, principalmente nos dias de hoje. Devido à crise económica mundial que se atravessa, é essencial ajudar os mais

carenciados, de diversas formas. De acordo com a coordenadora técnica do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado de Portugal (CNPV), Maria Elisa Borges, em declarações à Associação Mutualista do Montepio (2013), “não temos a certeza se a crise aumentou o número de voluntários. Temos a convicção de que poderá haver um maior apelo das pessoas para ajudar, sobretudo ao nível do Voluntariado informal”¹.

Outro dos fundamentos pertinentes deste estudo está associado ao facto que, nas últimas décadas, a (tendência de) investigação sobre o Voluntariado, em geral, foi progredindo, nomeadamente, através do contributo, em diferentes contextos, dos investigadores da área das ciências sociais e humanas (Bandeira & Barbedo, 2014). Contudo, a investigação acerca das intenções de praticar Voluntariado, entre os jovens, ainda é considerada escassa e, em Portugal, à data, inexistente.

Metodologia e hipóteses de investigação

Será realizada uma investigação com recurso a dados secundários, utilizando, para o efeito, artigos, publicações, relatórios e comunicações de conferências nacionais e internacionais, bem como, repositórios e bases de dados científicas, tais como a *Scopus*, *B-on* e *Elsevier*. Foram, ainda, gerados e trabalhados dados primários, resultantes do instrumento de medida utilizado. Este trabalho traduz uma pesquisa descritiva, exploratória e confirmatória, com base numa revisão de literatura, capaz de fornecer o suporte estruturante do tema e constructos estudados e, ainda, a explanação de hipóteses de investigação e da própria metodologia de investigação. Podemos avançar, que, de modo geral, se optou por um método empírico quantitativo, hipotético-dedutivo, procurando medir, de modo fiável, os fenómenos passíveis de estudo.

Tendo em vista a concretização dos objetivos de estudo e a obtenção de uma resposta para a questão geral de investigação, formulam-se e estruturam-se as seguintes hipóteses operacionais de estudo:

Hipótese 1: a atitude tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses;

Hipótese 2: a norma subjetiva tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses;

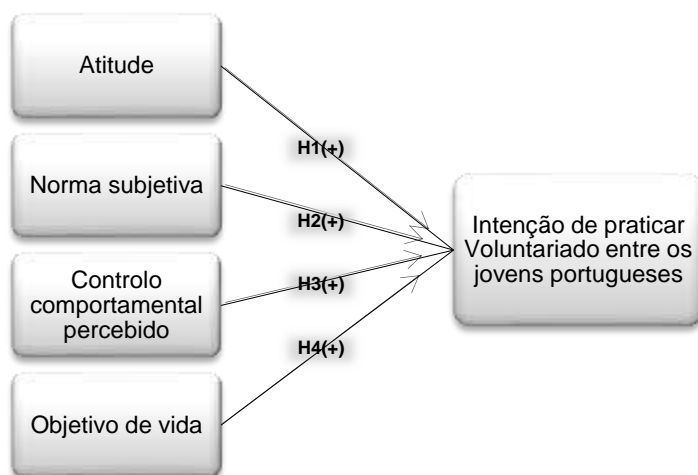
Hipótese 3: o controlo comportamental percebido tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses;

¹ Recuperado do *website* Associação Mutualista do Montepio – Educação Informação (2013), a 2015-12-10, em <http://ei.montepio.pt/a-crise-esta-a-fazer-crescer-o-voluntariado/>

Hipótese 4: o objetivo de vida tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Na Figura 1, apresentamos, em síntese, o modelo de investigação proposto, de acordo com as hipóteses levantadas.

Figura 1 – Modelo de investigação proposto



Fonte: elaboração própria, com base em Sallam, Safizal e Osman (2015) e de Law e Shek (2009)

Estrutura da dissertação

A estrutura principal deste trabalho, para além da introdução e conclusões finais, é constituída por duas partes, uma, dedicada aos fundamentos teóricos estudados e, outra, relativa ao estudo empírico. Na introdução será contextualizado o tema em estudo, bem como, formulado o problema geral de estudo e justificada a investigação. Serão descritos, ainda, os objetivos do trabalho, as motivações para o elaborar e a sua importância.

Posteriormente, a Parte I será constituída por dois capítulos, os quais, abordam, respetivamente, as dinâmicas do Terceiro Setor e do Voluntariado e a análise de possíveis antecedentes da intenção de realizar um comportamento.

No primeiro capítulo será feita a revisão de literatura referente ao Voluntariado, do geral para o particular. Concretamente, abordar-se-ão os principais conceitos-chave: Terceiro Setor, Voluntariado, voluntário e jovem. Relativamente ao Terceiro Setor, será feita uma retrospectiva deste termo, bem como, apresentadas as múltiplas designações que o definem. No que diz respeito ao Voluntariado, envolve o estudo de uma diversidade de tópicos pertinentes para compreender este fenómeno. Nesse sentido, o Voluntariado será enquadrado, a nível mundial e,

especificamente, em Portugal, onde falamos da sua evolução, desde a sua génese, até hoje. Para além disso, a sua conceção será outro aspeto a abordar, bem como, os tipos de Voluntariado existentes e seus níveis de atuação. Sobre o ponto referente ao voluntário, este envolve o levantamento das principais definições que se utilizam, para além de se dar a conhecer os direitos e deveres do voluntário. Antes de encerrar o capítulo, e como o foco desta investigação é o Voluntariado Jovem, serão, também, arrolados tópicos sobre a definição de jovem, a demarcação da sua faixa etária e a participação dos voluntários e jovens na Sociedade global.

No capítulo II a contextualização teórica será sobre os possíveis antecedentes da intenção de realizar um comportamento. A relação existente entre este capítulo e o anterior prende-se com o facto que o comportamento ser sempre precedente de uma intenção. Primeiramente, será abordada a TCP, a qual, envolverá a definição da Teoria da Ação Racional (TAR), a sua própria definição e todas as variáveis precedentes da intenção comportamental: atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido. Posto isso, a intenção comportamental, propriamente dita, e o comportamento humano, variáveis essenciais para perceber a TCP, no seu todo, serão ainda introduzidas neste capítulo. Para terminar a revisão da literatura desta investigação será abordada uma nova variável, igualmente, precedente da intenção comportamental, denominada objetivo de vida.

A Parte II, relativa ao estudo empírico, será formada por outros dois capítulos, que envolvem a identificação da metodologia de investigação e a apresentação e análise dos resultados obtidos.

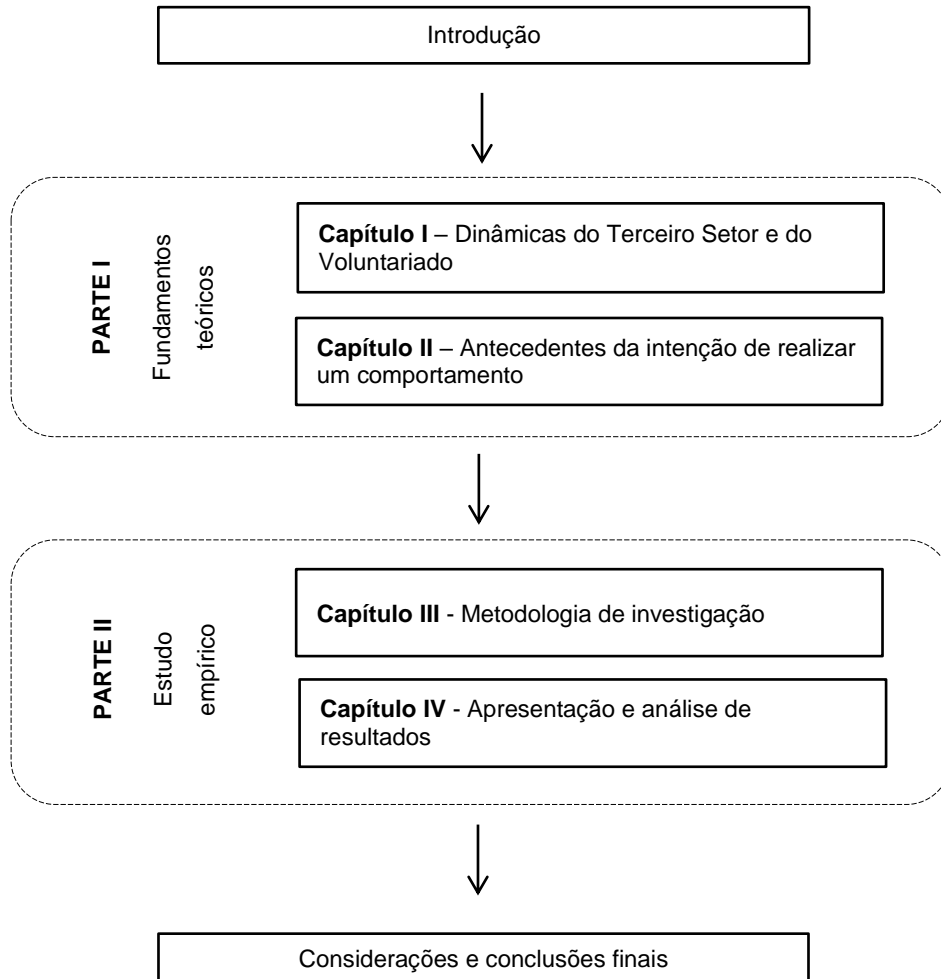
No terceiro capítulo serão abordadas questões, tais como a metodologia de investigação utilizada, definição de hipóteses do estudo, tipo de pesquisa, amostra, população-alvo, construção do instrumento de recolha de dados e as técnicas de análise de dados que foram utilizadas para realizar esta investigação.

A caracterização da amostra e a análise da validade fatorial, da fiabilidade e da consistência interna das escalas propostas, farão parte do capítulo IV. Para além disto, será feita uma prévia análise descritiva dos resultados, bem como, se se comprova, ou não, as hipóteses formuladas e, por último, será apresentado o modelo estrutural obtido.

Por fim, para além de serem apresentadas as conclusões desta investigação, possíveis implicações e recomendações para a gestão, serão também apresentadas sugestões para investigações futuras, sobre o tema em análise, e as limitações que se encontraram no decorrer deste estudo.

Na Figura 2 apresenta-se, de forma sintetizada e gráfica, a estrutura e organização do presente trabalho de investigação.

Figura 2 – Estrutura e organização do trabalho de investigação



Fonte: elaboração própria

Capítulo I
**Dinâmicas do Terceiro Setor
e do Voluntariado**

Neste capítulo pretende-se fazer um enquadramento teórico do Voluntariado, começando-se pela análise do seu espaço nato de atuação, o Terceiro Setor. De seguida será feita uma exposição do Voluntariado, desde a sua definição, passando por um “retrato” da sua evolução, dos diferentes tipos de Voluntariado, até aos níveis de atuação. Partiremos de um ponto de vista mais geral, para no final do capítulo nos focarmos no Voluntariado Jovem, que irá ser o objeto de estudo deste trabalho. Ao nível desta temática, propõe-se ainda, definir o conceito de jovem, sendo abordada, igualmente, a sua participação na Sociedade global, a nível nacional e internacional.

1.1. O Terceiro Setor

1.1.1. Em torno da definição

Relativamente à definição deste conceito, alguns investigadores preferem definições amplas, onde incluem “as ações de indivíduos e sistemas de valores sociais”, enquanto outros relacionam o Terceiro Setor a organizações “‘não governamentais’ (ONG), ‘sem fins lucrativos’ ou ‘de caridade’” (Salamon & Sokolowsk, 2016, p. 1520). Por sua vez, Taylor (2010) refere que não existe uma definição universal do Terceiro Setor na Europa, mas, que aquele pode constituir todos os tipos de entidades não governamentais ou não lucrativas, como é o caso das organizações sem fins lucrativos, associações mutualistas, cooperativas, empresas sociais e fundações. Sob o mesmo ponto de vista, Falconer (1999, p. 2) associa o Terceiro Setor à “ação social das empresas, ao trabalho voluntário dos cidadãos, às organizações do poder público privatizadas na forma de fundações e às ‘organizações sociais’”. Paralelamente a estas definições apresentadas, o Terceiro Setor foi considerado um setor distinto (Salamon & Sokolowsk, 2016), uma vez que a palavra “terceiro”, já assume que este setor não pertence aos outros dois: primário (Estado ou Economia pública) e secundário (Mercado ou Economia capitalista) (Corry, 2010; Fonseca, 2014). Quer isto dizer que o setor primário ou primeiro setor compreende “um conjunto de atividades e serviços que, pela sua importância ou necessidade, não podem funcionar na lógica do lucro” (Fonseca, 2014, p. 35). Já o setor secundário ou segundo setor, afirma Fonseca (2014), envolve atividades e serviços referentes à oferta e procura, tudo, numa lógica concorrencial.

Mediante o exposto, não considerámos sensato transcrever uma definição de Terceiro Setor, porque não concordámos, literalmente, com nenhuma que encontrámos na pesquisa sobre este tema. Isto porque o Terceiro Setor ainda é uma indefinição de fronteiras e, de acordo Taylor (2010), não existe uma definição universal. Nesse sentido, julgamos ser mais pertinente indicar as cinco características das organizações do Terceiro Setor, que emergem em: 1) organizadas (possuem a realidade institucional), 2) privadas (fora do controlo do Governo), 3) sem fins lucrativos (não geram lucros para os proprietários), 4) autogestão (gerem as suas próprias

atividades) e 5) voluntárias (tanto na própria atividade voluntária, como na parte da gestão) (Salamon & Anheier, eds. 1997; Corry, 2010).

Por fim, o Terceiro Setor é ainda denominado, por alguns, de setor voluntário, ou mesmo Voluntariado (Crowson, 2011), isto, porque se faz uma ligação, quase imediata, entre esses dois conceitos, uma vez que o Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos, com colaboradores, maioritariamente, voluntários (Voluntariado formal²).

1.1.2. A Origem e a evolução

O campo de estudos do Terceiro Setor é uma das áreas mais multidisciplinares das Ciências Sociais, pois, envolve matérias, tais como, a Economia, a Sociologia, a Ciência, entre outras (Falconer, 1999). Para além de multidisciplinar, o Terceiro Setor é um dos conceitos mais complexos nos discursos político e social, uma vez que abrange uma enorme diversidade de instituições e comportamentos (Salamon & Sokolowsk, 2016). Por ser tão complexo, este tema já mereceu a atenção de alguns estudiosos da área da Administração como, por exemplo, Philip Kotler³ (Falconer, 1999).

Por outro lado, Falconer (1999) afirma que, nos anos sessenta do século XX, a designação Terceiro Setor era já utilizada nos Estados Unidos da América (EUA), sendo Delors e Gaudin, em 1979, os primeiros a empregá-la (Defourny, 2001). Só em 1990, é que se começou a investigar, internacionalmente, a denominação Terceiro Setor, bem como a respetiva definição, delimitação operacional e quantificação deste campo (Parente, 2014).

Relativamente à expansão da prática do Terceiro Setor, esta destacou-se mais nos finais do século XX, tanto nos EUA, como noutros países. Por exemplo, no Brasil, o termo em análise cresceu consideravelmente após o processo de redemocratização, em 1985, quando a Sociedade se organizou e uniu, em torno de objetivos e interesses comuns, visando alcançar o bem-estar e direitos sociais (Leite & Araujo, 2014). Desse processo, aqueles autores afirmam que começaram a surgir diversas cooperativas, misericórdias, associações mutualistas e fundações, para além das instituições religiosas que já atuavam, há muito tempo, na área da educação, saúde e assistência social.

² Para eventuais esclarecimentos sobre este termo, consultar o ponto 1.2.4. deste capítulo.

³ Philip Kotler defendeu a ampliação da área do *Marketing* a organizações sem fins lucrativos, tendo escrito muito sobre a pesquisa de Mercado e *Marketing* estratégico neste tipo de organizações (p. e., *Strategies for Introducing Marketing into Non-profit Organizations*, 1979) (Dolnicar & Lazarevski, 2009).

1.1.3. Uma multiplicidade de designações

Ao longo do tempo, o Terceiro Setor começou a ser conhecido em todo o mundo. No entanto, por ser um conceito tão multidisciplinar e complexo, existe uma grande dificuldade no que se refere à identificação de uma designação comum para as organizações englobadas no Terceiro Setor (Ferreira, 2004; Fonseca, 2014). Portanto, em diferentes partes do mundo (p. e., EUA e Europa) são variados os conceitos e denominações atribuídos, tais como: *Big Society* (Crowson, 2011), *Civil Society*, *Nonprofit Sector* (Falconer, 1999), *Third Sector* e *Social Economy* (Salamon & Sokolowsk, 2016).

Em Portugal, na opinião de Nunes, Reto e Carneiro (2001), a designação Terceiro Setor é a mais apropriada ao nosso país. Aqueles autores justificam-se, referindo que se houver uma aplicação rigorosa dos critérios do setor não lucrativo ou da Economia Social, aquela aplicação não irá representar a realidade portuguesa. Efetivamente, aquando da pesquisa realizada, observamos que o termo Terceiro Setor predominava na literatura existente, quer em Portugal quer no estrangeiro. Fonseca (2014) veio confirmar que, de facto, de entre as diversas denominações encontradas na literatura, a mais predominante é o Terceiro Setor. Isto porque, de acordo com Quintão (2004), é o termo que se utiliza mais vezes nos discursos políticos, técnicos e científicos, entre outros domínios de investigação.

Porém, atualmente, o termo Economia Social, originário em França (Defourny, 2001), tem-se vindo a destacar, definindo-se como um conjunto de atividades económicas, do tipo associativo, englobando valores de solidariedade, autonomia e cidadania (Thierry, 2002). Numa definição simplificada, o Instituto Nacional de Estatística (INE), juntamente com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), elaboraram um projeto-piloto da Conta Satélite da Economia Social (CSES), em 2010 (INE, 2013, p.14), onde definem que a Economia Social “corresponde à dinâmica gerada por um conjunto de organizações cuja atividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social”. Para além dessas definições, ainda se pode definir Economia Social com base em duas perspetivas: a primeira, jurídico-institucional, consiste em identificar as principais formas legais ou institucionais que são adotadas pelas organizações que não pertencem, nem ao setor privado com fins lucrativos, nem ao público; a segunda, abordagem normativa, compreende destacar os princípios comuns entre as várias componentes da Economia Social (cooperativas, associações mutualistas, etc.) (Defourny, Develtere & Fonteneau, 1999; Defourny, Gronbjerg, Meijs, Nyssens & Yamauchi, 2016).

Em Portugal, o INE, a CSES e a CASES (INE, 2013) relataram que, em 2010, este setor era constituído por 55 383 unidades, sendo que 50% desenvolviam atividades na área da cultura, desporto e lazer e, as restantes, por ordem decrescente, nas áreas de ação social, habitação e ambiente, organizações profissionais, sindicais e políticas e ensino e investigação.

Esta primeira abordagem e breve contextualização do Terceiro Setor serve-nos de ponto de partida e enquadramento, para o tema central desta investigação.

1.2. O Voluntariado

1.2.1. A problemática de Voluntariado

Existem diversas definições sobre esta prática, descrita como não sendo consensual nem uniforme, existindo noções díspares sobre a mesma, consoante os contextos culturais e as finalidades com que é usada (Handy & Hustinx, 2009; Angermann & Sittermann, 2010; Delicado, Almeida & Ferrão, 2002; Agostinho, 2011). Bandeira e Barbedo (2014, p. 4) consideram o Voluntariado como “indiscritível”, porque cada país tem a sua própria tradição de Voluntariado e existem diferenças significativas entre as formas de Voluntariado (do que se entende por Voluntariado em geral) (Angermann & Sittermann, 2010).

Neste sentido, o que é, de facto, o Voluntariado? Atividades como ajudar uma Senhora a atravessar a rua, ser treinador de futebol de crianças (sem remuneração) ou doar dinheiro para uma instituição de caridade, podem ser consideradas como Voluntariado? De acordo com Angermann e Sittermann (2010, p. 2), “todas essas atividades são a prova de que alguém é voluntário”. Contudo, afirmam os autores que, dependendo da situação, é que se pode verificar se Voluntariado é o termo correto a utilizar.

Nessa conformidade, percebemos que o Voluntariado tem sido objeto de diversos estudos empíricos e investigação teórica, em diferentes perspetivas, tais como, organizacionais, sociais e motivacionais (Gibelman & Sweifach, 2008). Por exemplo, do ponto de vista organizacional, o trabalho voluntário é uma mais-valia para as empresas e instituições, que dependem, desde há muito tempo, dele (Ferreira, Proença & Proença, 2008). Por outro lado, estes autores referem que muitas pessoas já realizaram ou realizam algum tipo de trabalho voluntário, mediante o seu tempo livre (alguns dados estatísticos serão referidos no decorrer deste capítulo).

Paralelamente com o que já vimos anteriormente, sobre a evolução do Voluntariado no contexto mundial, a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), aquando proclamou 2001 como o Ano Internacional dos Voluntários, procurou definir o fenómeno do Voluntariado. Assim, a ONU assume que o Voluntariado traz benefícios, tanto para a Sociedade, em geral, como para o indivíduo que realiza o trabalho voluntário, em particular. Para além disso, o Voluntariado contribui para uma Sociedade mais coesa, através da construção da confiança e reciprocidade entre as pessoas, valores essenciais neste campo. A ONU refere, ainda, que o Voluntariado serve a causa

da paz, porque permite a participação de todos, sem exceções⁴. Ou seja, este fenómeno permite a participação de grupos populacionais que são, diversas vezes, excluídos, como é o caso dos “idosos, pessoas com algum tipo de deficiência, migrantes e seropositivos” (Leigh et al., 2011, p. 23).

Desde que o Voluntariado passou a ser visto como um fenómeno crucial para a Sociedade, e desde que as empresas começaram a valorizar a imagem que transmitiam, preocupando-se em ajudar a criar um mundo sustentável, começaram a existir novos espaços de ação de Voluntariado, como por exemplo, o Voluntariado empresarial. Kotler e Lee (2005) definem este último, como a estratégia em que a empresa motiva os seus colaboradores, a doarem o seu tempo para apoiar causas sociais da comunidade local. As empresas aderem ao Voluntariado empresarial, pois, faz com que se aproximem das pessoas, transmitindo uma imagem de responsabilidade social empresarial (Magalhães & Ferreira, 2014), que é muito bem vista pelos colaboradores (Serapioni et al., 2011).

Para além disso, o Voluntariado empresarial engloba programas de apoio ao Voluntariado dentro das empresas, isto é, os colaboradores organizam a disposição para o trabalho voluntário, mobilizando e estimulando, espontaneamente, outras pessoas (família, ex-funcionários, etc.) para se envolverem em ações voluntárias (Instituto Ethos, 2003). Por outras palavras, um programa de Voluntariado empresarial é um conjunto de ações realizadas por empresas, com o objetivo de incentivar e apoiar o envolvimento dos funcionários nas atividades voluntárias (Serapioni et al., 2011; Goldberg, 2001). Serapioni et al. (2011) afirmam que, em Portugal, se tem verificado um crescimento dos projetos e das iniciativas deste novo espaço de ação de Voluntariado, principalmente em empresas de maior dimensão e com políticas organizadas de responsabilidade social.

Mediante o exposto, é essencial passarmos para o foco deste ponto, que é o Voluntariado, na sua visão ampla. Para isso, é importante analisarmos as noções deste fenómeno, que consideramos como as mais relevantes, e que agrupamos no Quadro 1, para uma leitura mais simplificada.

Quadro 1 – Conceções de Voluntariado

Autor	Definição
Diário da República Portuguesa - Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, artigo 2.º, n.º 1 (1998)	Conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

⁴ Recuperado do website Nações Unidas no Brasil, a 2016-04-07, em <https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>

Autor	Definição
Diário da República Portuguesa - Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro (1999) ⁵	Actividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afectam a Sociedade em geral.
Wilson (2000)	Qualquer actividade onde o voluntário oferece o seu tempo, de forma livre, em prol de outra pessoa, grupo ou organização.
Delicado et al. (2002)	Actividade de interesse social e comunitário, não remunerado, mas que pode ser objecto de alguma recompensa material, exercida no seio de uma organização, não necessariamente abrangida por um programa.
Penner (2002)	Envolve, a longo prazo e de forma planeada, comportamentos pró-sociais que beneficiam os outros, e, normalmente, ocorrem em ambiente organizacional.
Bussell e Forbes (2002)	Ação única ou actividade contínua e sistemática, na qual, o indivíduo acaba por criar uma carreira que se desenvolve em torno da oferta das suas competências, conhecimentos e experiências, em prol das organizações e daqueles que delas beneficiam.
Snyder e Omoto (2009)	É uma das muitas e variadas maneiras pelas quais as pessoas tentam fazer o bem aos outros, às suas comunidades e à Sociedade em geral.
Comissão Europeia (2011)	Designa todas as formas de actividade voluntária, formal ou informal. Os voluntários agem de sua livre vontade, segundo as suas próprias escolhas e motivações, não procurando obter qualquer recompensa financeira. O Voluntariado é uma viagem de solidariedade e é uma forma dos indivíduos e das associações identificarem e responderem às necessidades e aos problemas humanos, sociais ou ambientais. Normalmente, é praticado com o apoio de uma organização, sem fins lucrativos, ou de uma iniciativa de uma comunidade.

Fonte: elaboração própria

⁵ Alterado, posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 176/2005, de 25 de outubro

Da análise do Quadro 1, percebe-se que, ao longo dos anos, as definições do Voluntariado alteraram-se e o facto de a Sociedade estar em constante transformação, fará com que, na nossa opinião, a noção e prática do Voluntariado não permanecer estanque. Desse progresso e evolução, cada vez mais, se destacam os benefícios que o Voluntariado pode proporcionar, tanto na ajuda ao próximo, como ao próprio voluntário.

Por outro lado, a afirmação mencionada anteriormente⁶ dos autores Angermann e Sittermann (2010), onde assumem existirem diferenças significativas entre as formas de Voluntariado, contrasta com a revisão de literatura que fizemos. Isto porque, a nível teórico, não verificamos diferenças significativas nas conceções apresentadas, no entanto, entendemos que, na prática, o Voluntariado pode variar significativamente, dependendo do contexto cultural/social onde estiver inserido.

Continuando a análise do Quadro 1, verificamos que as definições parecem convergir para uma relativa harmonização. Assim, propomos afirmar que o Voluntariado se refere à ação ou atividade realizada sem remuneração financeira, que, na maioria das vezes, ocorre em ambiente organizacional (sem fins lucrativos), com o objetivo de beneficiar o próximo, seja um indivíduo, comunidade ou a Sociedade, em geral, de forma livre e desinteressada.

Em contraposição, Essen (2016, p. 316) afirma que o Voluntariado “é um termo ambíguo, uma vez que se pode referir tanto à vertente cognitiva como à emotiva”. Nesse sentido, as conceções de Voluntariado apresentadas no Quadro 1 dizem respeito, claramente, à parte cognitiva. No entanto, o autor investigou as definições de Voluntariado na vertente emotiva, ou seja, perceber como é que os próprios voluntários encaram o Voluntariado e, para isso, entrevistou quarenta voluntários de quatro organizações voluntárias suecas.

Durante a investigação este autor sugeriu agrupar os conceitos em cinco atributos: trabalho não remunerado, benefício de outros, trabalho voluntário, compromisso e comunidade. Nessa conformidade, considerámos interessante transcrever duas das definições de Voluntariado, da autoria dos voluntários entrevistados por Essen, para vermos o “outro lado da moeda”. As frases seleccionadas referem-se aos atributos “benefício de outros” (a) e “comunidade” (b):

- a) *If it's not to the benefit of others then it's not really volunteer work. Then it's more of a hobby... I definitely think it should be beneficial* (Essen, 2016, p. 323).
- b) *(...) it is difficult to just go out and be a good citizen without belonging to some organization or having some place to do it. I mean, it's not enough to just go around looking kind and saying a few friendly words when I'm on the commuter train, say* (Essen, 2016, p. 328).

⁶ (...) talvez porque cada país tem a sua própria tradição de Voluntariado e existem diferenças significativas entre as formas de Voluntariado (do que se entende por Voluntariado em geral) (Angermann & Sittermann, 2010).

Comparativamente com as conceções apresentadas no Quadro 1, compreendemos que as frases transmitem o que é, na prática, o Voluntariado. De acordo com Essen (2016), a alínea a) refere que a intenção de ser benéfico com o próximo não é motivo suficiente, pois, se não surtirem bons resultados, o Voluntariado deixa de fazer sentido. Segundo o mesmo autor, já a alínea b), referente ao atributo comunidade, assume que a organização onde um indivíduo pratica Voluntariado serve de meio para levar os voluntários a serem benéficos, pois ser voluntário é ir além da simpatia e da boa vontade – é criar mais-valias.

1.2.2. A evolução

1.2.2.1. O contexto mundial

Ao longo dos anos e séculos, o Voluntariado esteve enquadrado em diferentes contextos e períodos, sendo diversos os acontecimentos que determinaram o seu percurso (Ferreira, 2008; Agostinho, 2011). Apesar do Voluntariado ser “uma das expressões mais básicas do comportamento humano” (Leigh et al., 2011, p. 20), a informação que existe sobre a origem e evolução do mesmo, a nível mundial, é, mesmo assim, escassa. Contudo, sabe-se que, de um modo geral, está ligado a factos sociais e religiosos (Bandeira & Barbedo, 2014), prevalecendo estes últimos, porque “incentivaram a virtude da caridade, como os processos de colonização, nos quais, se desenvolveram um forte sentido comunitário”⁷.

No entanto, há um registo oficial sobre as primeiras iniciativas voluntárias, que partiu de um filantropo suíço, Jean-Henry Dunant, o qual, ao regressar de uma viagem de trabalho, testemunhou o horror e a destruição deixados pela Batalha de Solferino, no norte da Itália, em 24 de junho de 1859. Abalado por ver milhares de soldados feridos, publicou um livro, em 1862, intitulado *Lembrança de Solferino*, fazendo um apelo humanitário à Sociedade para criar diversas instituições voluntárias, entre elas, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (fundado em 1863), para que prestassem auxílio em tempo de guerra ^{7 8}.

Mesmo após o Voluntariado ter sido fundamental em tempo de guerra, ainda poucos têm sido os esforços que sustentam a sua importância e a de quem o pratica, sendo, ainda, por isso, subvalorizado (Medina, 2011; Leigh, 2011).

Apesar disso, desde que a ONU proclamou o ano de 2001, como o Ano Internacional dos Voluntários, os Governos têm desenvolvido uma extensa lista de recomendações para ações destinadas a apoiar o Voluntariado (Leigh, 2011). Embora o Voluntariado, de acordo com Held (2010), tenha sido mencionado, pela primeira vez, a nível europeu, numa resolução do Parlamento

⁷ Recuperado do *website* História, a 2016-06-25, em <http://www.ahistoria.com.br/do-voluntariado/>

⁸ Recuperado do *website* Comité Internacional da Cruz Vermelha, a 2016-06-25, em <https://www.icrc.org/pt/o-cicv>

Europeu em 1983, somente passado dezoito anos, é que foi aprovado um documento legal que apoiasse os voluntários. A Resolução A/RES/56/38 foi aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2001, com o objetivo de pedir aos Governos de cada país para “estabelecer o valor económico do Voluntariado” (Resolução A/RES/56/38, 2001, p. 5). O propósito desse pedido, de acordo com essa Resolução, era, substancialmente, destacar um aspeto importante da contribuição global do Voluntariado para a Sociedade e ajudar no desenvolvimento de políticas que considerem a participação de mulheres e homens, jovens e idosos, no trabalho voluntário.

Mais tarde, em 2005, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou outra Resolução, A/RES/60/134 (2005), intitulada *Follow-up* da Implementação do Ano Internacional dos Voluntários. Nesse documento, entre os quinze tópicos que o constitui, a Assembleia Geral das Nações Unidas, incentiva os Governos a “estabelecerem parcerias com a Sociedade civil, a fim de construir o potencial voluntário (...)” e “com o apoio da Sociedade civil, construir uma base de conhecimento sobre o tema (...)” (p. 2).

1.2.2.2. O contexto português

Similarmente, em Portugal, o Voluntariado não é uma prática recente e a informação que existe, sobre a origem do mesmo é, igualmente, diminuta, apesar dos registos indicarem a existência de um grupo de Bombeiros Voluntários, em Portugal, há mais de seiscentos anos. Posteriormente, começaram a surgir outras associações, como a Misericórdia de Lisboa, em 1498, a Liga dos Amigos do Hospital Santo António, em 1977, entre outras, mais recentes (Grace, 2006; Amanajás, 2009).

Segundo Catarino (2004) e Agostinho (2011), em Portugal, a evolução do Voluntariado divide-se em quatro fases:

- I. **Idade Média** - Este período está bastante relacionado com o desenvolvimento do Voluntariado, pois, marcou uma época em que não haviam direitos sociais nem independência das classes inferiores. Neste período surgiram as primeiras instituições de Voluntariado;
- II. **Século XIX** - Durante este século aconteceram inúmeras mudanças, ao nível do Voluntariado, particularmente, porque se adquiriu uma base mais democrática, surgindo novas formas de Voluntariado;
- III. **Estado Novo** - Este período, entre 1933 e 1974, foi bastante negativo para o fenómeno do Voluntariado. As novas formas de Voluntariado, emergidas no século XIX, foram, em muitos casos, objetos de proibição;
- IV. **Pós 25 de abril de 1974 até aos dias de hoje** - Esta fase, denominada fase contemporânea, foi bastante positiva para este fenómeno, surgindo novas tendências de trabalho voluntário (Catarino, 2004; Agostinho, 2011). Aquando das transformações do

papel do Estado, no mercado e, principalmente, nas formas de organização da Sociedade, é que se começou a dar importância ao Voluntariado (Serapioni et al., 2011). Foi, sobretudo, em 1990, de acordo com um estudo coordenado por Serapioni et al. (2011), que existiram outras alterações, as quais, impulsionaram este fenómeno. Destacam-se, entre elas, as relações entre o Estado e o Terceiro Setor, a implementação de políticas sociais e a relação dos cidadãos com os sistemas de bem-estar. Já em 1998, após se perceber o quão importante era a prática do Voluntariado, foi aprovada e publicada, em Diário da República Portuguesa, a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, que visa promover e garantir, a todos os cidadãos, a participação em ações de Voluntariado e a definição das bases do seu enquadramento jurídico.

Após as excessivas e inevitáveis mudanças da Sociedade, ao longo dos anos, “o Voluntariado passou a ser visto como uma expressão do dinamismo da Sociedade civil, constituindo-se como espaço por excelência do exercício de uma cidadania ativa e participada” (Serapioni et al., 2011, p. 12). Atualmente, essa caracterização de Voluntariado é, na nossa opinião, evidente, uma vez que existem cidadãos que participam ativamente no Voluntariado. Por outro lado, a Sociedade, civil e económica, de uma maneira geral, vai, percebendo também, a enorme importância que o Voluntariado tem, para ajudar a solucionar diversos problemas que surgem, quer por obra do Homem, quer da Natureza.

1.2.3. O Voluntariado - níveis de atuação

1.2.3.1. O Voluntariado internacional

Como vimos, anteriormente, o Voluntariado tem sofrido transformações progressivas ao longo dos anos. Serapioni et al. (2011) afirmam que essas alterações se devem ao impacto da Globalização, particularmente em torno do trabalho e emprego, da Economia e Sociedade e, ainda, do papel das NTIC. Estas últimas foram, de acordo com os mesmos autores, as mais significativas, porque vieram revolucionar o Voluntariado “tradicional”⁹. Contudo, as mudanças que ocorreram na Sociedade, especialmente a nível ambiental, foram, também, relevantes, embora com um impacto negativo. Por exemplo, de acordo com Cox (2010, p. 61), “ultimamente parece que os desastres mundiais não só ocorrem com maior frequência, como também afetam as áreas densamente povoadas”. De facto, a segunda parte da afirmação daquele autor vai de encontro ao que aconteceu no maior desastre natural dos últimos cem anos, o *tsunami* no Oceano Índico, a 26 de

⁹ Por Voluntariado “tradicional” entenda-se o que está associado a expressões como, por exemplo, “caridade, solidariedade, bondade, espírito de sacrifício, gratuidade, religião, altruísmo” (Serapioni et al., 2011, p. 170).

dezembro de 2004, que afetou, sobretudo, a Indonésia, um país com mais de 258 milhões de pessoas¹⁰ e que provocou a morte a cerca de 230 000 pessoas (Folger, 2012).

Devido ao crescente risco de desastres a nível mundial, provocado pelo crescimento populacional, desenvolvimento urbano e pelas alterações climáticas, o papel dos voluntários “informais” torna-se crucial para prestar a maior parte do apoio necessário na resposta a este tipo de emergências (Whittaker, McLennan & Handmer, 2015). Assim, quando ocorrem este tipo de situações, são necessárias pessoas de todo o mundo para prestar algum tipo de auxílio às vítimas das catástrofes, surgindo, dessa forma, a oportunidade para fazer Voluntariado a nível internacional. Para praticar este tipo de Voluntariado, as pessoas que têm já alguma formação em desastres e fluência em determinada(s) língua(s), abrangem mais probabilidades de serem selecionadas, pois, possuem algumas competências essenciais para colmatar situações de emergência internacional (Cox, 2010). Para além disso, esses aspetos serão melhor aproveitados, se o voluntário pertencer a uma organização ou associação oficial, acreditada, como os Bombeiros Voluntários, conforme referido por Whittaker et al. (2015).

Contudo, enquanto o Voluntariado que se faz no país residente está acessível a qualquer pessoa, independentemente de aspetos diversos como, por exemplo, o sexo, idade e profissão, no Voluntariado internacional isso não acontece. Reforçamos isto, pois, este último, é uma experiência que cria diversas limitações que não permitem que a maioria das pessoas o pratique. Contudo, se por um lado existem pessoas que veem as condições criadas pelo Voluntariado, além-fronteiras, como um impedimento, por outro, existem indivíduos que veem essas condições como uma fonte de motivação para praticar este Voluntariado. Normalmente, são os jovens que apostam em ter a experiência de, pelo menos, uma vez na vida, praticarem o Voluntariado a nível internacional. Para eles não existem quaisquer limitações, bem pelo contrário, focam-se apenas nos benefícios que este tipo de experiências lhes pode trazer a nível pessoal e, cada vez mais, a nível profissional.

O estudo feito por Butler, Krishnaswami, Rothstein e Cusick (2011), para avaliar o interesse dos membros da Associação Cirúrgica Pediátrica Americana (APSA), no trabalho voluntário internacional, concluiu que a maior motivação para os membros da APSA realizarem este tipo de trabalho foi o altruísmo e a vontade de ajudar o próximo. Seguiram-se outras motivações, como a interação com diferentes culturas, experiência de viajar, motivos religiosos, entre outras. No entanto, aquele estudo analisou, igualmente, as limitações que estavam na base de impossibilitar os membros da APSA em realizar o trabalho voluntário internacional, destacando-se as obrigações com a família, pouco tempo livre, preocupação com a segurança e custos demasiado elevados.

¹⁰ Recuperado do website *Country Meters*, a 2016-02-11, em <http://countrymeters.info/pt/>

Tendo por base a mesma população, Ehrichs (2002) conclui que o altruísmo é a ação de fazer o bem, por si só, e não para receber algo em troca, como uma recompensa material ou mesmo um reconhecimento/elogio por parte de alguém.

Wilson e Pimm (1996) e Unstead-Joss (2008) referem, contudo, que é incorreto e irrealista assumir que o altruísmo é a principal ou a única razão pela qual os indivíduos se voluntariam. Para nós, estas duas posições são complementares, pois, consideramos que o altruísmo está, de certa forma, incorporado na ação de fazer Voluntariado. Todavia, tal como Wilson e Pimm (1996) consideramos que o altruísmo não é a única razão para se fazer Voluntariado, sendo que poderão estar outras motivações, particularmente, de caráter pessoal, na sua essência.

1.2.3.2. O Voluntariado na Europa

Assim que o Voluntariado começou a ser mencionado no Parlamento Europeu, em 1983 (Held, 2010), surgiram logo dois aspetos, particularmente importantes, a sublinhar: 1) que o Voluntariado seja considerado como uma possibilidade de promover a aprendizagem ao longo da vida e 2) o contributo importante que o Voluntariado tem para a promoção de uma cidadania ativa, que se reflete na participação cívica. Nesta conformidade, entende-se que, atualmente, aqueles dois aspetos continuam a ser fulcrais, não só a nível europeu, como, também, a nível local. Ou seja, cada país deve estar consciente das vantagens que o Voluntariado pode trazer, não só para o bem-estar da população, como para a economia do país, conforme demonstram alguns dados estatísticos e estudos neste âmbito. Por exemplo, o inquérito ao trabalho voluntário, realizado pelo INE, CASES e pela CSES em 2010 (INE, 2013, p. 8), destaca que “as maiores taxas de voluntariado tiveram lugar no norte da Europa, com evidência para a Holanda (57% da população residente com 15 e mais anos afirmou fazer voluntariado)”.

Nesse contexto e, de acordo com o *National Report – The Netherlands* (s.d.)¹¹, com dados de 2008, a Holanda tinha mais de 5 milhões de pessoas a fazer trabalho voluntário, o que correspondia a 42% da população holandesa. Estes valores, de acordo com este relatório, surgem porque a “política do Voluntariado na Holanda é, sobretudo, uma questão local¹²”. Por outras palavras, nas dimensões como a educação, economia, cultura e Sociedade, a Holanda tem sido um exemplo, na forma como gere cada uma daquelas e implementa as suas estratégias. Por conseguinte, em quatro anos, verificou-se um aumento de 15% de voluntários¹¹.

Em contraposição, de acordo com Plagnol e Huppert (2010, p. 1) “a assiduidade em praticar o Voluntariado formal varia bastante, entre os países europeus e as taxas de Voluntariado formal são particularmente baixas entre os países da Europa de Leste”. Esta afirmação veio a confirmar-

¹¹ Recuperado do website *EU Citizenship Portal*, a 2016-07-01, em http://ec.europa.eu/citizenship/pdf/national_report_nl_en.pdf

¹² Tradução dos autores

se, através do inquérito ao trabalho voluntário (INE, 2013), o qual, se indica que os países que apresentaram menores taxas de Voluntariado são, nomeadamente, a Polónia (9%), seguindo-se a Bulgária e Portugal, ambos, com uma taxa de 12%.

Para além disso, existem outros países que se encontram no “meio-termo”, ou seja, não têm nem as maiores, nem as menores taxas de Voluntariado. Assim sendo, decidimos utilizar o exemplo da Suécia, um país localizado na Europa Setentrional e que possui quase dez milhões de habitantes¹³. Embora, este país, comparativamente com outros, seja visto como “uma Sociedade excessivamente individualista” (Essen, 2016 p. 318), essa afirmação é divergente da grande percentagem de voluntários que o país teve, entre 1992 e 2009, quando cerca de metade da população adulta praticava Voluntariado (Essen, 2016). Este autor refere que os voluntários atuavam em diversos contextos, “desde clubes desportivos e organizações com fins recreativos e culturais (...) como instituições religiosas e culturais” (p. 317). Ou seja, apesar de a Suécia ser um país considerado individualista e que segue religiosamente os seus costumes e tradições, as estatísticas vieram contrariar esse facto, uma vez que a Sociedade está a mudar progressivamente, atingindo, também, os países percebidos como mais conservadores.

Face ao exposto, surge uma questão pertinente: porque é que existe um fosso enorme entre as taxas de Voluntariado nos países europeus? Graças a uma investigação feita por Plagnol e Huppert (2010) conseguimos ter uma resposta a esta questão. As autoras afirmam que “as características sociodemográficas, a saúde, os recursos psicológicos, a integração social e o património cultural” (p. 168), podem justificar as diferenças observadas no Voluntariado, entre os países europeus. Nesse contexto, pode inferir-se que os adultos saudáveis, instruídos e devotos, têm maior propensão em praticar Voluntariado do que, por exemplo, as pessoas que dedicam o seu tempo a cuidar dos filhos e/ou pais idosos, o que faz com que tenham menos tempo para a prática do Voluntariado.

1.2.3.3. O Voluntariado em Portugal

De acordo com a publicação do INE, da CSES e da CASES (INE, 2013, p. 3), “em 2012, 11,5% da população residente com 15 ou mais anos participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários”. Nessa mesma publicação foi referido que, ao todo, os portugueses fizeram 368,2 milhões de horas de trabalho voluntário. Para além disso, nesse mesmo ano, foi feita uma caracterização das pessoas que praticaram Voluntariado, revelando, o estudo, que a maioria dos voluntários são mulheres (57,3%). A publicação do INE, da CSES e da CASES relativa a dados de 2010 (INE, 2013) revelou, também, que os jovens, desempregados e as pessoas com maiores níveis de

¹³ Recuperado do website *Country Meters*, a 2016-02-11, em <http://countrymeters.info/pt/>

escolaridade, são quem mais praticaram Voluntariado. Neste contexto, quanto aos jovens, a mais-valia será a obtenção de aptidões que lhes poderão ser úteis, um dia, profissionalmente; já os desempregados, têm mais tempo livre e, por isso, praticam Voluntariado para se manterem ativos, fazerem *networking*, podendo, esta experiência, abrir novas possibilidades de carreira. Quanto às pessoas com maiores níveis de escolaridade sabem o quão o Voluntariado é uma experiência que as pode ajudar a nível profissional, mas, também, pessoal, pois, permite aliviar o *stress* causado pela rotina diária.

Apesar dos dados anteriores, referentes a 2012, estimamos que o número de pessoas a praticar Voluntariado em Portugal tenha tendência para estabilizar ou aumentar. Isto, porque o Voluntariado, nos últimos 30 anos, “ganhou um enquadramento teórico-científico mais consistente, nomeadamente, associado à discussão e afirmação (ou atualização) dos conceitos de economia solidária, economia da dádiva, participação, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento local e desenvolvimento integrado” (CNPV, s.d., p. 3).

1.2.3.3.1. Onde fazer Voluntariado em Portugal?

Depois da contextualização do Voluntariado, considerámos interessante abordar algumas das organizações mais conhecidas, onde se pode praticar Voluntariado em Portugal. De entre diversas organizações, instituições, associações e projetos onde se pode fazer Voluntariado, destacamos três, em áreas diferentes, mas muito conhecidas pelas suas missões e valores a que se dedicam:

- **Banco Alimentar contra a Fome - Porto**

Foi através da leitura de um anúncio de uma revista francesa, onde se apelava à participação numa campanha de recolha de alimentos, para um Banco Alimentar Contra a Fome, que José Vaz Pinto fundou, em 1990, o primeiro (dos dezanove que agora existem) Banco Alimentar em Portugal¹⁴.

Utilizando como exemplo o Banco Alimentar, localizado no Porto, este foi constituído por escritura pública, realizada a 16 de maio de 1994, onde, nesse mesmo ano, foi realizada a primeira campanha de recolha de alimentos, em super e hipermercados. É uma associação sem fins lucrativos e completamente independente, gozando de plena autonomia de gestão no desempenho da sua atividade¹⁵. A sua missão é lutar contra o desperdício e, através dos voluntários que se associam a esta causa, fazer uma recuperação dos excedentes alimentares e sua distribuição, para quem tem carências alimentares¹⁵.

¹⁴ Recuperado do *website* Banco Alimentar contra a Fome, a 2016-07-26, em <http://www.bancoalimentar.pt/>

¹⁵ Recuperado do *website* Banco Alimentar contra a Fome – Porto, a 2016-07-26, em <http://www.porto.bancoalimentar.pt/>

– **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis (AHBVOA)**

As unidades de bombeiros são instituições muito significativas e, em Portugal, como já vimos, anteriormente, surgiram há mais de seiscentos anos. Em 2014, estavam registadas 470 unidades de bombeiros em Portugal, tradutor de um aumento de 34 unidades, em 11 anos¹⁶. Quanto ao número de bombeiros existentes, há dados que referem que, em 2013, dos 29 703¹⁷ bombeiros contabilizados, 87% eram voluntários e, os restantes, bombeiros profissionais¹⁸.

Salientamos como exemplo esta instituição de Oliveira de Azeméis, a AHBVOA, pois é uma instituição da minha área de residência.

A AHBVOA foi fundada a 24 de junho de 1906, sendo uma associação de caráter humanitário e de utilidade pública. Nasceu da necessidade de proteger a população em caso de sinistro, nomeadamente, de incêndios, tendo atualmente, um corpo de bombeiros pronto para socorrer feridos e doentes e proteger qualquer outra forma, de vidas humanas e de bens¹⁹. As suas tarefas estão legalmente enquadradas no Regulamento Interno do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, artigo 2.º, o qual, afirma que os bombeiros poderão exercer, entre outras missões, o combate a incêndios, o socorro às populações, nas mais diversas situações, o socorro e o transporte de sinistrados e doentes, bem como, a prevenção contra incêndios em edifícios.

– ***Re-food***

É um movimento comunitário independente, 100% voluntário, constituído e conduzido por cidadãos e integrado numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Apesar de ser um projeto bastante recente, criado em 2011, tem hoje aproximadamente 4000 voluntários²⁰.

De acordo com informações do seu *website*, o objetivo deste projeto consiste na recuperação de comida, em boas condições, que se destina a alimentar pessoas necessitadas. Já a sua missão, prende-se com a eliminação do desperdício alimentar e, assim, acabar com a fome, ainda presente na Sociedade portuguesa. Os voluntários da *Re-food* recolhem comida e alimentos, em perfeitas condições, em locais como restaurantes, supermercados, lojas e várias cadeias alimentares, e entregam às famílias carenciadas.

¹⁶ Recuperado do *website* Pordata (Base de Dados Portugal Contemporâneo) a 2016-09-24, em <http://www.pordata.pt/Portugal/Corpos+de+Bombeiros-1107>

¹⁷ Recuperado do *website* Pordata (Base de Dados Portugal Contemporâneo) a 2016-09-24, em <http://www.pordata.pt/Portugal/Bombeiros-1188>

¹⁸ Recuperado do *website* Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses, a 2016-09-24, em <https://rnbp.prociv.pt/rnbp/portal/>

¹⁹ Recuperado do *website* Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, a 2016-07-27, em <http://www.bombeirosazemeis.com/>

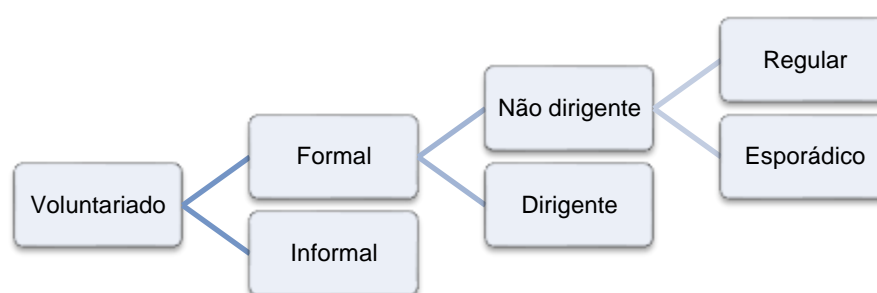
²⁰ Recuperado do *website* *Re-food*, a 2016-07-26, em <http://www.re-food.org/pt/a-refood/missao-visao-valores>

1.2.4. Os tipos de Voluntariado

Para além da revisão da literatura feita sobre o Voluntariado, anteriormente apresentada, considerámos pertinente abordar algumas questões que permitem delimitar e compreender melhor a problemática do Voluntariado.

Assim, em 2008, o Observatório do Emprego e Formação Profissional de Portugal, através de um estudo realizado sobre o Voluntariado (Almeida, Nunes, Pais & Amaro, 2008), apresentou uma proposta de estruturação para o Voluntariado que expomos na Figura 3.

Figura 3 – Tipos de Voluntariado



Fonte: adaptado de Almeida et al. (2008);
Rocha (2011)

Num primeiro patamar é distinguido o Voluntariado informal do formal. O Voluntariado informal ou não formal, termos utilizados geralmente como sinónimos (Angermann & Sittermann, 2010), caracteriza-se por um trabalho (não estruturado) produzido pelo próprio indivíduo a outros indivíduos, que não pertençam ao seu agregado familiar, como por exemplo, ajudar um vizinho ou um amigo (Parboteeah, Cullen & Lim, 2004; McCurley & Lynch, 2006; Ferreira et al., 2008; Mitani, 2013; Bandeira & Barbedo, 2015). O Voluntariado formal caracteriza-se, igualmente, por um trabalho diretamente produzido pelo próprio indivíduo, no entanto, enquadra-se no âmbito de uma organização (Parboteeah et al., 2004).

A nível do Voluntariado formal, como se pode verificar na Figura 3, distinguem-se outros dois tipos de Voluntariado: o dirigente e não dirigente. Como a própria palavra diz, o Voluntariado dirigente tem a ver com o facto de o voluntário exercer funções de gestão na organização a que pertence, enquanto o não dirigente se refere à realização das tarefas rotineiras da organização (Delicado et al., 2002; Ferreira et al., 2008).

Por fim, dentro do Voluntariado formal e não dirigente, distingue-se o Voluntariado quanto à frequência com que é praticado, se de forma regular ou esporádica. Almeida, Nunes, Pais e Amaro (2008, p. 5) afirmam que a primeira forma se associa ao voluntário que “colabora de forma

regular com a instituição”, enquanto na segunda, a esporádica, o indivíduo aparece na organização de vez em quando.

1.2.5. Ser voluntário

1.2.5.1. Definições

Nos últimos anos, a literatura sobre o que é ser voluntário tem sido bastante investigada (Bussell & Forbes, 2002; Essen, 2016). A palavra voluntário radica do latim *voluntas*, que significa vontade, faculdade de querer (Teixeira, 2011).

Neste contexto, e de acordo com a ONU²¹, voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem qualquer remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou de outros campos. Segundo Pinto (2001), o voluntário é alguém capaz de desempenhar as tarefas que lhe sejam atribuídas, devendo, também, ser emocionalmente equilibrado nos objetivos das suas ações, mantendo o entusiasmo e o espírito voluntário.

Na legislação portuguesa que envolve juridicamente o Voluntariado, a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, artigo 3.º (p. 5694), define o voluntário como o “indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de Voluntariado no âmbito de uma organização promotora”.

Mediante o exposto, verificamos ser comum nas definições anteriores, encontrar-se que o voluntário é o indivíduo, que se compromete e tem capacidade de realizar tarefas ou atividades, sem que seja obrigado a isso e, sem qualquer compensação monetária, em prol dos outros.

Ainda neste âmbito teórico sobre o voluntário, o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV)²² revela que o voluntário assume um conjunto de responsabilidades importantes e essenciais. São elas, nomeadamente, 1) assumir um compromisso com a organização em que está inserido; 2) desenvolvimento de ações voluntárias de forma empenhada e em prol de todas as pessoas e, ainda, 3) comprometer-se, de acordo com as suas aptidões e no seu tempo livre com os objetivos do grupo em que pratica o voluntariado. Para além disso, ainda existem um conjunto de direitos e deveres do voluntário, que iremos verificar no ponto seguinte deste capítulo.

²¹ Recuperado do *website* Nações Unidas no Brasil, a 2016-04-07, em <https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>

²² Recuperado do *website* Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado, a 2016-02-03, em <http://www.voluntariado.pt/left.asp?04.02>

1.2.5.2. Os direitos e deveres do voluntário

Praticar Voluntariado é, essencialmente, lidar com pessoas, famílias e comunidades, estabelecendo uma relação de reciprocidade, entre dar e receber. Inevitavelmente, é assumido um compromisso que exige direitos e impõe deveres e que está expressamente referido na Lei portuguesa n.º 71/98, de 3 de novembro (1998). Contudo, o exercício destes direitos e deveres deve ser ajustado às características de cada organização, no que diz respeito às normas e regras que utiliza, o que lhe permite elaborar estatutos adequados ao exercício da gestão do trabalho voluntário (Neves, 2010; Serapioni et al., 2011).

De entre os dez direitos do voluntário tipificados, selecionámos os seguintes: 1) o acesso a programas de formação inicial e contínua; 2) ter direito a receber indemnizações, subsídios ou pensões, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário; e, ainda, 3) o voluntário ser ouvido na preparação das decisões da organização que afetem o desenvolvimento do seu trabalho (artigo 7.º da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, 1998).

Por outro lado, segundo o Guia do Voluntário do CNPV²³, os deveres do voluntário aplicam-se a cinco tipos de públicos distintos: destinatários, organização promotora, profissionais, outros voluntários e, ainda, a Sociedade. De entre eles, e de acordo com o artigo 8.º da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro (1998), destacamos os três primeiros, respetivamente: 1) observar os princípios deontológicos por que se rege a atividade que realiza, designadamente, o respeito pela vida privada de todos quantos dela beneficiam; 2) atuar de forma diligente, isenta e solidária; e, ainda, 3) colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas.

1.3. O Voluntariado Jovem na Sociedade do século XXI

1.3.1. A definição de jovem e demarcação da faixa etária

“Hoje o mundo tem o maior número de jovens da História – 1,8 biliões”²⁴ (Gupta et al., 2014). Assim, é cada vez mais recorrente, verificar a sua participação em iniciativas ligadas ao Voluntariado, quer a nível nacional, quer a nível internacional, como já anteriormente referido.

O folheto *Definition of Youth* elaborado pelo Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais (s.d.)²⁵, elucida que a juventude é o período de transição entre a

²³ Recuperado do website Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado, a 2016-02-03, em <http://www.voluntariado.pt/left.asp?04.03>

²⁴ Tradução dos autores

²⁵ Recuperado do website ONU, a 2016-02-07, em <http://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>

dependência da infância até à independência da idade adulta. Todavia, esse período varia de país para país e de cultura para cultura. Aquela mesma fonte define, também, os jovens como sendo pessoas com idade compreendida entre 15 e 24 anos. Refere, ainda, que é fácil caracterizar este grupo, pois, são pessoas que deixam a escolaridade obrigatória e estão na fase de encontrar o primeiro emprego.

No entanto, de acordo com o Secretariado da ONU, este está consciente que existem outras entidades, as quais, utilizam outras definições para o conceito de juventude e jovem, nomeadamente, no que diz respeito à demarcação da faixa etária.

Deste modo, tendo presente as últimas informações do Secretariado da ONU e tendo subjacente o propósito desta investigação, procurámos perceber quais são os limites de idade para definir um jovem em Portugal. Assim, contactámos, a 3 de maio de 2016, através da rede social *facebook*, alguns programas relacionados com os jovens, tais como o Programa de Estágios de Jovens Estudantes do Ensino Superior nas Empresas (PEJENE), o Portal da Juventude, o Observatório Permanente da Juventude (OPJ) e o Parlamento dos Jovens. De entre as respostas obtidas, a mais clara foi a do OPJ, referindo que “não existem limites precisos para a definição de jovem ou juventude”. Para além disso, foi-nos mencionado que, por vezes, em certos estudos, o OPJ “alarga os limites a montante (começando aos 14 anos) e a jusante (indo até aos 34 anos), considerando o adiamento dos vários marcadores de transição para a idade adulta em Portugal e o prolongamento etário do que é socialmente considerado como juventude”.

Dadas as divergências encontradas na definição de um limite de idade, de modo claro para jovem, quer em contexto nacional, quer internacional, decidimos, em seguida, fazer uma pesquisa e análise mais alargada.

Nesta pesquisa deparamo-nos com a demarcação da faixa etária definida pela *The African Youth Charter*²⁶, em que a juventude ou o jovem é identificado, como sendo qualquer pessoa com idade compreendida entre 15 e 35 anos. Decidimos adotar esta demarcação para a realização desta investigação.

Por outro lado, após definirmos a idade de jovem, consideramos pertinente perceber qual é a participação dos jovens e dos voluntários na Sociedade. Primeiramente, como os jovens são os mais prejudicados pela atual crise económica, como afirma o Comissário para a Educação, Cultura, Juventude e Desporto²⁷, é relevante perceber se a Sociedade os acompanha e apoia. Posteriormente, como os voluntários, têm um papel fundamental na Sociedade, será que são reconhecidos pelo trabalho que fazem? É o que iremos tentar perceber no ponto seguinte.

²⁶ Recuperado do *website* ONU, a 2016-02-07, em http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/au/african_youth_charter_2006.pdf

²⁷ Recuperado do *website* Portugal 2020, a 2016-09-11, em <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/portugal-vai-receber-quase-31-5-milhoes-de-euros-do-programa-erasmus>

1.3.2. A participação dos voluntários e jovens numa Sociedade global

A Sociedade tem noção que o papel do voluntário é fundamental para a resolução de problemas sociais e ambientais em todo o mundo (Medina, 2011). Assim, como forma de reconhecimento pelo trabalho e interesse em praticar o bem, ajudando os outros, a ONU criou, a 17 de dezembro de 1985, o dia internacional do voluntário, comemorado todos os anos, a 5 de dezembro²⁸. Em 2015, de acordo com o *website* das Nações Unidas, o tema foi *The world is changing. Are you? Volunteer!*, onde, então, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, referiu que o Voluntariado promove a criatividade, move pessoas e relaciona-as com quem precisa realmente delas. Esse dia é importante para os voluntários partilharem ideias, experiências, valores e, até, para promoverem o seu trabalho com voluntários de outras ONG.

Outra ideia que perpassa na Sociedade de hoje é que os jovens têm uma importância significativa no fenómeno do Voluntariado e, consequentemente, na Sociedade. Nesse sentido, as Nações Unidas declararam 2010 como o Ano Internacional da Juventude²⁹, reconhecendo, assim, o trabalho que os jovens realizam, em diversas áreas. A 12 de agosto de 2010, o Conselho de Ministros Português aprovou a Resolução n.º 65/2010 (p. 3794), onde institui o Ano Internacional da Juventude, justificando a sua decisão ao referir que:

Os jovens devem ser os principais atores da transformação social contribuindo para uma Sociedade mais justa e igual, para o respeito dos direitos humanos, liberdades fundamentais e combate a todas as formas de discriminação, a sua acção assume um especial relevo para uma Sociedade mais desenvolvida e ambientalmente sustentável.

Para sensibilizar os jovens a terem uma participação mais ativa na Sociedade, e mesmo no Voluntariado, o Papa João Paulo II, depois de dois encontros com jovens, criou a Jornada Mundial da Juventude, a qual, consiste num encontro internacional dos jovens, por todo o mundo, juntamente com os catequistas, sacerdotes, bispos e o próprio Papa, que se reúnem num único lugar para professar a sua fé em Cristo³⁰. Em 2016, a Jornada Mundial da Juventude teve lugar numa cidade da Polónia, em Cracóvia, de 25 a 31 de julho, onde reuniu cerca de dois milhões de pessoas, de todas as partes do mundo. Durante a Vigília a que o Papa Francisco presidiu, dirigiu-se aos jovens, num discurso marcante, dizendo que “(...) não viemos ao mundo para ‘vegetar’, para transcorrer comodamente os dias, para fazer da vida um sofá que nos adormeça; pelo contrário, viemos com outra finalidade, para deixar uma marca”³¹.

²⁸ Recuperado do *website* ONU, a 2016-02-07, em <http://www.un.org/en/events/volunteerday/>

²⁹ Recuperado do *website* Portal da Juventude, a 2016-03-06, em http://microsites.juventude.gov.pt/Portal/CartaoJovem/Noticias/ano_internacional_juventude.htm

³⁰ Recuperado do *website* Jornada Mundial da Juventude, a 2016-09-02, em <http://www.krakow2016.com/pt/a-ideia-da-jmj>

³¹ Recuperado do *website* Canção Nova, a 2016-09-02, em <http://papa.cancaonova.com/jmj-nao-confundam-felicidade-com-um-sofa-diz-papa-aos-jovens/>

Numa perspetiva futura, a ONU incentiva a participação dos jovens em projetos de Voluntariado. A estratégia 2014-2017 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), inclui, entre diversas outras medidas, estabelecer um Fundo para apoiar o Voluntariado Jovem da ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014). Nesse seguimento, a administradora da UNPD, Helen Clark, afirma que “através do Voluntariado, os jovens ganham um forte sentido cívico e motivação para exercer uma mudança transformacional na Sociedade”. Para além disso, refere ainda que “a participação da juventude e o Voluntariado são fundamentais para alcançar o desenvolvimento humano sustentável e o PNUD continuará a dar grande importância à agenda da juventude, nomeadamente através do Programa das Nações Unidas Jovens Voluntários”³².

1.4. Resumo do capítulo

Num sentido de retrospeção, primeiramente, foi feito um enquadramento do Terceiro Setor, ao qual, o Voluntariado pertence. Logo após, apresentamos diversas conceções de Voluntariado, de voluntário e de jovem, segundo a perspetiva de diferentes autores. Isto só foi possível através de uma cuidada revisão da literatura, onde constatámos que o conceito deste fenómeno varia consoante o país ou a cultura onde está inserido. Contudo, e por mais que as definições apresentadas neste capítulo possam estar corretas e bastante perfeitíveis, propomos uma definição de Voluntariado que, na nossa opinião, é acessível, concisa e transmite a essência do significado da palavra.

Voluntariado é o conjunto de ações e/ou atividades, que visam ajudar pessoas, em diversos contextos e situações, de livre vontade e em prol de uma Sociedade solidária e equitativa.

Esta definição é resultado da análise das diferentes noções revisitadas e apresentadas. A sua construção deve-se, sobretudo, por não termos encontrado uma definição recente, que, em nosso entender, refletisse o paradigma do Voluntariado na Sociedade portuguesa em 2016. Considerámos relevante introduzir a expressão “Sociedade equitativa”, uma vez que continua a existir uma forte desigualdade entre pessoas, com maiores e menores rendimentos em Portugal³³. Assim, calculamos, atualmente que, ainda que indiretamente, o objetivo principal de quem pratica Voluntariado é travar a desigualdade que existe e, deste modo, reportando à definição proposta, criar uma “Sociedade equitativa”.

³² Recuperado do *website* do Centro Regional de Informação das Nações Unidas – UNRIC, a 2016-08-27, em <http://www.unric.org/pt/actualidade/31022-onu-estabelece-fundo-para-apoiar-o-voluntariado-jovem>

³³ De acordo com o INE (2015, p. 4) – na apresentação dos resultados do Inquérito às condições de vida e rendimento, elaborado em 2014, “manteve-se uma forte desigualdade na distribuição dos rendimentos”. Por outras palavras, o inquérito justifica a nossa proposta, referindo que “o rácio S80/S20, que mede a distância entre o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos e o rendimento dos 20% da população com mais baixos recursos, correspondia a 6,2 em 2013, face a valores de 6,0 em 2012 e 5,7 em 2010”.

Depois de percebermos em que se traduz o Voluntariado, tornou-se relevante abordar a sua evolução, desde o seu início até à atualidade, percebendo que existiram diversas transformações na Sociedade que o Voluntariado foi acompanhando, destacando-se as NTIC. Por exemplo, se há uns anos o Voluntariado se cingia apenas às pessoas que pertenciam às Associações de Bombeiros Voluntários, hoje em dia, e cada vez mais, também vimos que existem organizações, associações e projetos que se dedicam, de uma forma ou de outra, a ajudar o próximo. Posteriormente, considerámos pertinente abordar os tipos de Voluntariado existentes e o enquadramento do Voluntariado no Mundo, a nível internacional, europeu e nacional, com base em dados estatísticos e exemplos concretos de alguns países.

Definiu-se que o jovem/juventude é o período de transição entre a dependência da infância até à independência da idade adulta, cuja demarcação da faixa etária, ajustada à realidade portuguesa, na nossa opinião, é entre 15 e 35 anos. Sobre este tema, percebemos que o século XXI impulsionou ainda mais o Voluntariado, particularmente, o Voluntariado jovem. Nesta conformidade, é cada vez mais habitual os jovens obterem a experiência de praticar Voluntariado, pois, não ajudam apenas os mais carenciados, como se ajudam a si próprios, a obterem experiências e competências que poderão ser fundamentais no (seu) futuro.

Para além disso, os voluntários e os jovens, de uma maneira geral, têm uma participação bastante ativa na Sociedade e esta, por sua vez, atribui-lhes o devido reconhecimento.

Capítulo II

Antecedentes da intenção de realizar um comportamento

Este capítulo tem como objetivo perceber e estudar as variáveis que são as intenções que levam um indivíduo a realizar um determinado comportamento. A relação existente entre este capítulo e o anterior prende-se com o facto de que o comportamento, que se pode revelar na prática do Voluntariado, é sempre precedente de uma intenção. Nesse sentido, como praticar Voluntariado não é uma decisão que se tome “de ânimo leve” (existindo diversos fatores que o suportam), considerou-se fundamental estudar este tema.

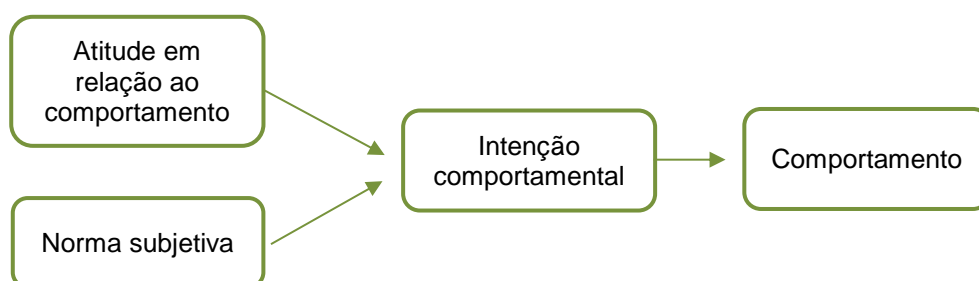
Assim, este capítulo analisará a TCP, que inclui as variáveis precedentes (atitude em relação ao comportamento, norma subjetiva e controlo comportamental percebido) e consequentes (intenção e comportamento). Contudo, primeiramente, será feito uma exposição da TAR, teoria antecedente à TCP, para que se perceba a sua origem. Para além disso, iremos abordar o objetivo de vida, uma variável nova que introduzimos na TCP, como possível antecedente teórico da intenção comportamental.

2.1. Teoria do comportamento planeado

2.1.1. Teoria da ação racional

Para Ajzen e Fishbein (1975, 1980), “a TCP é uma extensão da TAR” (como citado em Ajzen, 1991, p. 181). Esta última, introduzida por Martin Fishbein em 1967, e desenvolvida por Ajzen e Fishbein, no princípio de 1970 (Roazzi et al., 2014), pressupõe que a intenção ou a motivação das pessoas é um fator determinante no seu comportamento (Downs & Hausenblas, 2005), sendo influenciada pela atitude das pessoas e pela norma subjetiva. A Figura 4 clarifica que a atitude (em relação ao comportamento) e a norma subjetiva são precedentes da intenção comportamental de um indivíduo e esta, por sua vez, gera o comportamento.

Figura 4 – Teoria da Ação Racional



Fonte: Ajzen e Fishbein (1975, 1980), adaptado de Albarracín, Johnson, Fishbein e Muellerleile (2001)

A TAR presume que o ser humano é racional e faz uso das informações disponíveis existentes, conseguindo avaliar as implicações das suas ações, aquando do processo de tomada de decisão (Ajzen & Fishbein, 1980, como citado em Luís, 2014; Moutinho & Roazzi, 2010). Assim, a TAR pressupõe duas variáveis: atitude em relação ao comportamento e norma subjetiva. A primeira traduz-se no envolvimento das pessoas num determinado comportamento, quando têm uma intenção. Já a norma subjetiva, diz respeito à avaliação positiva do comportamento e à crença de que as pessoas que rodeiam um indivíduo aprovam o seu empenho nesse comportamento (Roazzi et al., 2014).

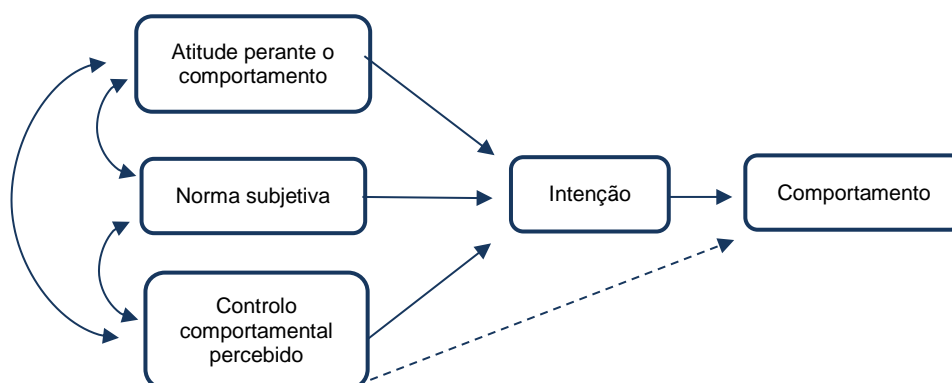
2.1.2. Definição da teoria do comportamento planeado

A TCP foi desenvolvida por Ajzen, em 1985, sendo uma extensão da TAR (Silva et al., 2014; Ajzen & Fishbein, 1975 e 1980, como citado em Ajzen, 1991). Consiste num modelo psicológico social, muito bem-sucedido, e é utilizado para prever uma grande variedade de comportamentos de saúde e intenções de um indivíduo, num determinado tempo e espaço (Zhou et al., 2015). Tal como na teoria descrita no ponto anterior, o fator central da TCP é a intenção individual para realizar determinado comportamento (Ajzen, 1991).

Por comportamento entende-se a transição da intenção para a ação, entre um indivíduo com o ambiente que o rodeia, incluindo os aspetos físico, mental e social em dar uma resposta a uma determinada situação (Roazzi et al., 2014; Silva et al., 2014).

A Figura 5 descreve o modelo da TCP, muito semelhante ao da TAR, diferenciando-se apenas na inclusão do controlo comportamental percebido. Dessa forma, a TCP presume que o comportamento humano se baseia em três conceitos: atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido.

Figura 5 – Teoria do Comportamento Planeado



Fonte: adaptado de Ajzen (1991)

De acordo com o modelo da TCP, antes apresentado, verifica-se que as relações entre comportamento, intenção e esta, por sua vez, com os seus antecedentes (atitude em relação ao comportamento, norma subjetiva e controlo comportamental percebido), definem os objetivos da TCP. Estes preveem o comportamento e proporcionam uma descrição, o mais fidedigna possível, do processo de tomada de decisão (Zanitelli, 2010). Nessa conformidade, e mediante a apresentação da Figura 5, irão ser descritos, nos pontos seguintes, cada um dos antecedentes da TCP.

2.1.3. A atitude em relação ao comportamento

2.1.3.1. Definição

De acordo com Roazzi et al. (2014), no campo da psicologia social, diversas concepções de atitude surgiram, sendo o psicólogo Herbert Spencer, em 1862, o primeiro a empregar o termo, referindo-se à atitude da mente (que era tomada pelo indivíduo quando este se deparava com contradições). Mais tarde, outros psicólogos estudaram este conceito, em diferentes perspetivas, mas, apenas em 1931, Thurstone (1931) definiu a atitude “como o afeto pró ou contra um objeto psicológico, que varia de um polo positivo a outro negativo, de um favorável a outro desfavorável” (como citado em Roazzi et al., 2014, p. 176).

Por outras palavras, a atitude é a perceção que o indivíduo tem sobre as vantagens e as desvantagens, as consequências e a importância destas em relação a um determinado comportamento (Matos & Sardinha, 1999). Para além disso, quanto mais favorável for a atitude em relação a um objeto, maior será a sua intenção em relação a ele (Ajzen & Fishbein, 1980, como citado em Moutinho & Roazzi, 2010).

Nesta conformidade e indo de encontro à designação correta do indicador da TCP – atitude em relação ao comportamento – Zanitelli (2010) definiu-a como sendo a forma como um determinado comportamento é avaliado pelo indivíduo. Como o autor refere e segundo, também, Ajzen (2005), este fator é pessoal, ou seja, diz respeito ao indivíduo, em si, e a mais ninguém, independentemente do que os outros possam pensar.

2.1.3.2. Os componentes da atitude

A atitude, variável da TCP, de acordo com Francis et al. (2004), engloba ainda duas componentes, que interagem simultaneamente: as crenças sobre as consequências do comportamento e os respetivos juízos/valores (positivos ou negativos) sobre cada um desses aspetos do comportamento.

Para cada uma dessas componentes, o Quadro 2 apresenta dois exemplos que, apesar de diferentes, retratam em que consiste a atitude em relação ao comportamento.

Quadro 2 – Exemplos de crenças comportamentais vs. juízos/valores

Autores	Crenças comportamentais	Juízos/Valores
Francis et al. (2004)	Um médico pode acreditar que se encaminhar um doente para fazer uma radiografia, vai diminuir, no futuro, as consultas médicas.	Diminuir as consultas médicas futuras, é o desejável, logo o juízo/valor sobre esse aspeto é positivo.
Veloso (2005)	Um indivíduo que pratica regularmente exercício físico pode acreditar que a atividade física é essencial para ser saudável.	Ele valoriza muito esse estilo de vida, é o desejável para ele, assim, juízo/valor sobre esse aspeto é positivo.

Fonte: elaboração própria

2.1.4. A norma subjetiva

Para além da atitude, outro dos indicadores da TCP é a norma subjetiva que, no ponto de vista da TAR, é o segundo mais importante na determinação da intenção comportamental (Roazzi et al., 2014). De acordo com Ajzen (1991), a norma subjetiva refere-se à perceção do indivíduo em relação à pressão social exercida sobre o próprio, para que se realize ou não um determinado comportamento. Dessa forma, e de acordo com a TAR, quanto mais um indivíduo percebe, que quem lhe é próximo, pensa que ele deve executar determinado comportamento, maior propensão existirá na intenção de o realizar (Moutinho & Roazzi, 2010). Por outras palavras, a norma subjetiva representa a importância que uma pessoa tem num grupo, podendo este aprovar ou reprovar um comportamento (Araújo & Loureiro, 2014; Zhou et al., 2015).

A diferença entre este e o indicador anterior – a atitude em relação ao comportamento – segundo Zanitelli (2010, p. 46), é “a influência ou a ‘pressão social’ como determinante da intenção e, por extensão, do comportamento”. Ou seja, enquanto a atitude em relação ao comportamento diz respeito somente ao indivíduo, permitindo-o avaliar, sem qualquer julgamento, um determinado comportamento, a norma subjetiva é também a perceção de um indivíduo sobre um comportamento, contudo, é influenciada pelas opiniões das pessoas que lhe são importantes. Por outras palavras, a pessoa não tem a total liberdade de avaliar um comportamento, sem a tal “pressão social” a que está sujeita.

Perante este indicador, Veloso (2005) exemplificou a influência que as pessoas mais próximas de um indivíduo têm perante a tomada de decisão de um comportamento: se um indivíduo acredita que a sua namorada pretende que ele seja saudável e este, por sua vez, valoriza a opinião dela, a norma subjetiva para praticar exercício físico será elevada, afetando positivamente a sua intenção.

Para além disso, a definição de norma subjetiva é caracterizada, também, pelas influências conduzidas pela cultura, nomeadamente, no que diz respeito às crenças e valores provenientes da Sociedade (Silva et al., 2014).

Segundo Ajzen e Fishbein (1975 e 1980, como citado em Moutinho & Roazzi, 2010), as crenças determinam a atitude e a norma subjetiva que as pessoas possuem. Nesta conformidade, os autores afirmam que as crenças revelam a informação que um indivíduo tem sobre um objeto (pessoas, grupos, instituições ou comportamentos) e, conseqüentemente, a crença relaciona-o a um atributo (qualidade, consequência, característica, etc.). Por exemplo, estudar afasta o medo de obter baixos resultados, ou seja, o comportamento de estudar é o objeto e a consequência – obter baixos resultados – é considerado o atributo.

2.1.5. O controlo comportamental percebido

O terceiro antecedente da TCP é definido como a percepção de um indivíduo sobre a sua capacidade para realizar um determinado comportamento (Zanitelli, 2010). A percepção/crença individual traduz-se na presença de fatores, positivos ou negativos, os quais podem facilitar ou dificultar a realização do comportamento (Zanitelli, 2010; Matos, Veiga & Lima, 2008).

Silva et al. (2014) reconhecem o controlo comportamental percebido como sendo um forte precedente do comportamento, motivação e da aprendizagem de um indivíduo. Esse reconhecimento do controlo comportamental percebido, reflete, de facto, a sua importância, uma vez que se distingue dos restantes indicadores: 1) primeiro, porque é o indicador que diferencia a TCP da sua teoria antecedente, a TAR; e, depois, 2) porque não é apenas um antecedente da intenção, tal como os outros indicadores, mas, também, é um antecedente do comportamento (ver Figura 5). Assim, de acordo com essa última afirmação, o controlo comportamental percebido é antecedente da intenção, porque quando uma “pessoa acredita que lhe faltam recursos, capacidades, ou se está sob influência de fatores alheios à sua vontade, é pouco provável que desenvolva fortes intenções de efetivar o comportamento” (Monteiro & Veiga, 2006, p. 3). Similarmente, este indicador é também antecedente do comportamento porque, segundo aqueles autores, se uma pessoa tenciona realizar um comportamento, pode não ser capaz de o fazer, devido à falta de controlo voluntário sobre o mesmo. Por essa razão, Zanitelli (2010) considera que a TCP, por englobar este indicador, tem a vantagem de o poder aplicar a comportamentos que não estejam sob o controlo total do indivíduo como, por exemplo, perder peso devido a um problema de saúde. Todavia, por outro lado, e segundo o mesmo autor, quanto mais o indivíduo

perceba que o comportamento está sob o seu controlo, maior é a probabilidade de o querer praticar.

2.1.6. A intenção comportamental

Após a descrição de todos os antecedentes da intenção comportamental, esta é descrita como a indicação de quanto esforço deve ser utilizado para realizar um comportamento (Matos et al., 2008). Segundo a TCP, tal como apresentado na Figura 5, a intenção comportamental é constituída por três componentes, já descritas anteriormente, que são a atitude, norma subjetiva e o controlo comportamental percebido.

De acordo com Monteiro e Veiga (2006), quanto mais benéficas forem a atitude e a norma subjetiva, maior será o controlo comportamental percebido e, consequentemente, maior deverá ser a intenção de realizar um determinado comportamento.

Assim, a intenção comportamental é considerada um antecedente imediato do comportamento. Isto, porque, uma vez que existe um suficiente grau de controlo do comportamento, faz com que as pessoas propendam realizar as suas intenções quando as oportunidades, como o tempo, dinheiro ou as competências, aparecem (Monteiro & Veiga, 2006; Araújo & Loureiro, 2014). Por outras palavras, a intenção comportamental, aliada ao controlo comportamental percebido, formam o comportamento humano (Zanitelli, 2010).

2.1.7. O comportamento humano

Depois da análise da intenção em relação ao comportamento e, como esta, por sua vez, origina o comportamento, segundo o modelo da TCP, considerou-se importante incluir um ponto para a definição de comportamento humano.

De acordo com Ajzen (2002), o comportamento humano é guiado por três tipos de crenças: 1) crenças comportamentais, 2) crenças normativas e 3) crenças de controlo. Assim, segundo aquele autor, as crenças comportamentais são crenças sobre as consequências prováveis de um comportamento, pelo que produzem uma atitude favorável ou desfavorável em relação ao comportamento. As crenças normativas referem-se às expetativas normativas de terceiros, ou seja, resultam da pressão social/norma subjetiva. Já as crenças de controlo dizem respeito à presença de fatores que podem facilitar ou dificultar o desempenho de um comportamento. Nesta conformidade, cada uma dessas crenças corresponde, respetivamente, à atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido, constituindo, assim, a intenção comportamental (Ajzen, 2002).

2.2. O objetivo de vida

2.2.1. Definição

Apesar de esta variável não pertencer à TCP, considerou-se fundamental incluí-la neste capítulo, uma vez que ela, levará, também, a que se retirem conclusões acerca das intenções que poderão levar os jovens portugueses a ponderar praticar Voluntariado, uma vez que este pode promover o objetivo de vida (Magen, 1998; Okun & Kim, 2016).

Relativamente à conceção em análise, existe uma variedade de conceitos, teorias e opiniões, uma vez que foi e é bastante estudada por diversos autores, tratando-se de dois assuntos bastante complexos: o ser humano e a vida. Contudo, de entre a diversa informação existente na literatura, considerou-se interessante citar dois autores, de âmbitos distintos, que escreveram sobre este tema:

*The purpose of life is not to be happy. It is to be useful, to be honorable, to be compassionate, to have it make some difference that you have lived and lived well.*³⁴ - Ralph Waldo Emerson

*The purpose of life is to live it, to taste experience to the utmost, to reach out eagerly and without fear for newer and richer experience.*³⁴ - Anna Eleanor Roosevelt

Em ambas as citações percebemos que o objetivo de vida não tem, necessariamente, de resumir o facto de ser feliz, mas, sim, viver a vida, experienciando tudo ao máximo e saber que se deixou uma marca no mundo, na vida de alguém.

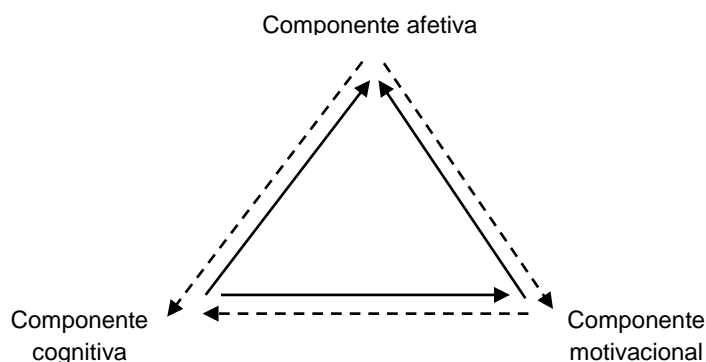
Alternativamente, os psicólogos Reker e Wong (1988) definiram o sentido pessoal como “o conhecimento da ordem, a coerência e a crença de apenas uma existência, a procura e obtenção de objetivos, o valor e uma sensação de acompanhamento e realização” (p. 221). Para Pinquart, Silbereisen e Frohlich (2009), o objetivo de vida refere-se à perceção que a vida é útil e que se pode encontrar a satisfação na rotina diária. Similarmente, ter um objetivo de vida de auto-organização e definição de metas, proporciona uma sensação que a vida tem sentido, para além de que são fatores associados a um indivíduo saudável, física e psicologicamente (McKnight e Kashdan, 2009; Sumner, 2016). Alguns estudos (p. e., Strecher, 2016; Chun, Heo, Lee & Kim, 2016) têm demonstrado que as pessoas com um forte objetivo de vida vivem, em média, muito mais do que aqueles que não têm.

Para Reker e Wong (1988), a estrutura hipotética do sentido pessoal pode ser representada sob a forma de um triângulo (Figura 6), a qual engloba as componentes afetiva, cognitiva e motivacional.

³⁴ Recuperado do website *goodreads*, a 2016-08-19, em <https://www.goodreads.com/>

A cada componente, estão associados termos como: satisfação, realização e felicidade (afetiva); valores, necessidades e objetivos (motivacional); e crenças, interpretação e compreensão (cognitiva). As setas contínuas representam a direção da influência e as setas tracejadas representam o *feedback*³⁵ dessa influência. Neste âmbito, segundo Reker e Wong (1988), a componente cognitiva serve como pedra angular, ou seja, como o alicerce para essa estrutura.

Figura 6 – Estrutura de sentido pessoal



Fonte: adaptado de Reker e Wong (1988)

De facto, pela disposição das setas percebe-se que as mesmas se iniciam na componente cognitiva, influenciando as restantes componentes, sendo o ‘ponto de encontro’ do *feedback*, igualmente, essa componente.

Em linguagem convencional, a diferença entre os termos sentido e objetivo, prende-se com o facto daquele se referir ao bom senso, à coerência, enquanto o objetivo diz respeito às intenções e funções (Law & Shek, 2009). Todavia, estes autores referem que no campo da psicologia existencial, esses termos são usados alternadamente, não havendo um termo mais correto. No entanto, considerou-se que se utilizaria, maioritariamente, o termo “objetivo de vida” para esta investigação, porque é o mais utilizado em Portugal, tanto na linguagem escrita, como na oral. Mesmo que a denominação objetivo seja utilizada, em muitos casos (Reker & Peacock, 1981; Aghababaei, et. al, 2015), como sinónimos de sentido, quando se analisam os termos em separado, percebe-se que o objetivo se refere, especificamente, ao facto de um indivíduo ter um sentido de direção na vida e metas orientadas para o futuro (Ryff, 1989; Martela & Steger, 2016). Pelo contrário, os termos sentido e propósito não foram os escolhidos porque remetem para questões filosóficas e religiosas, relacionadas com o significado da existência humana (Aghababaei, et. al, 2015), e não é o que se pretende.

³⁵ Segundo Mory (2004), o *feedback* pode ser descrito como qualquer procedimento ou comunicação realizada pelo recetor para informar o emissor sobre a perceção obtida em relação à sua pergunta.

No âmbito da definição de objetivo de vida, os autores Law e Shek (2009) foram mais concisos que Reker e Wong (1988). Se por um lado, estes últimos, definiram sentido pessoal, utilizando diversos termos que exemplificam as componentes afetiva, motivacional e cognitiva, descritas anteriormente, Law e Shek (2009), afirmam que o objetivo de vida serve como indicador para a qualidade de vida. Por exemplo, se um indivíduo tiver um elevado nível de objetivo de vida, tende a ter um sentido de direção, missão e coerência, na sua vida. Apesar de parecerem distintas, as definições vão ao encontro uma da outra, porque se um indivíduo tiver um elevado nível de objetivo de vida, tenderá a preencher as sensações de cada uma das componentes descritas na Figura 6.

Daqui pode depreender-se que o objetivo de vida não é apenas ser feliz, existindo outros fatores que são a base para o objetivo de vida de cada pessoa, variando consoante cada um. Contudo, verifica-se que a procura por um objetivo de vida é um “fenómeno universal” (Law & Shek, 2009, p. 856).

2.2.2. O comportamento pró-social

Sob outro prisma, o objetivo de vida, segundo diversas teorias, pode estar associado ao comportamento pró-social (Law & Shek, 2009). Na psicologia social, este tipo de comportamento é originalmente conhecido como altruísmo, por ser uma das formas que o constitui, no entanto, ambos os termos são distintos. Nesse sentido, o comportamento pró-social é “qualquer ato executado com o objetivo de beneficiar alguém” (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2009, p. 228).

Os autores Law e Shek (2009) concluem que as pessoas com um elevado nível de objetivo de vida, tendem a concentrarem-se em valores transcendentais e às necessidades das outras pessoas, em vez de se concentrarem nas suas próprias necessidades. Por outras palavras, as pessoas têm a tendência a preocupar-se mais com os outros do que com elas próprias. Para além disso, o objetivo de vida está positivamente relacionado com o comportamento pró-social, principalmente entre os jovens, que normalmente têm um comportamento altruísta maior do que os adultos (Law & Shek, 2009). Por sua vez, as crianças, entre 3 e 4 anos, são o grupo com mais comportamentos pró-sociais (Eisenberg et al., 1996; Rodrigues et al., 2009).

2.3. Resumo do capítulo

Neste capítulo, foi feita, primeiramente, uma abordagem à TAR, que pressupõe que a intenção ou a motivação das pessoas é um fator determinante no seu comportamento. Chegou-se à conclusão de que a TCP surgiu depois da TAR, em termos de evolução concetual, envolvendo três precedentes: a atitude em relação ao comportamento, a norma subjetiva e o controlo

comportamental percebido. Portanto, as únicas distinções entre a TAR e TCP foram a inclusão do antecedente controlo comportamental percebido e a relação direta deste com o comportamento.

Posteriormente, foram descritas e analisadas cada uma das variáveis em estudo e, resumidamente, pode-se dizer que a atitude é a avaliação que um indivíduo faz em relação a um comportamento, enquanto que a norma subjetiva é exatamente essa avaliação de um comportamento, distinguindo-se da atitude pelo facto de ser influenciada pela pressão social. Por último, o controlo comportamental percebido é a avaliação de uma pessoa, sobre a sua capacidade de realizar um comportamento.

Por sua vez, a TCP envolve ainda a intenção e o comportamento humano. Este último engloba três tipos de crenças: comportamentais, normativas e de controlo, enquanto que a intenção comportamental é constituída pelos três antecedentes acima descritos.

Por fim, empregue como um antecedente da intenção, o objetivo de vida é um indicador da qualidade de vida de um indivíduo e pode ainda estar associado ao comportamento pró-social.

Capítulo III

Metodologia de investigação

Após a apresentação dos fundamentos teóricos, este capítulo explica e justifica a metodologia a utilizar neste trabalho, assim como, a descrição do método de recolha de dados.

Em primeiro lugar será feita a caracterização do estudo e a descrição da metodologia e do tipo de pesquisa adotados. De seguida, delimitam-se as variáveis do estudo, formulam-se as hipóteses, explica-se a população-alvo e a amostra e o procedimento de administração do questionário e recolha de dados. Por fim, serão apresentados e analisados os métodos utilizados na recolha de dados, assim como, as vantagens que aqueles podem apresentar num estudo desta natureza.

3.1. Metodologia

Para realizar uma investigação empírica é necessário definir a metodologia, mais adequada, de forma, a atingir os objetivos (inicialmente) propostos. Metodologia é uma palavra derivada do latim *methodos*, que significa organização, e de *logos*, que exprime um estudo sistemático e investigação (Fonseca, 2002). Ou seja, para este autor, a metodologia consiste no estudo da organização com o objetivo de se realizar uma pesquisa ou estudo. Por outras palavras, etimologicamente, a metodologia significa o estudo do caminho que o investigador pretende seguir e dos instrumentos utilizados para fazer a pesquisa científica.

Já para Bisquerra (1989), a metodologia traduz um conjunto de métodos de investigação que possibilitam atingir certos objetivos, numa determinada área de estudo. Nesse sentido, e uma vez que esta dissertação se insere na área das ciências sociais, a metodologia estuda o comportamento e a realidade social a investigar, de forma a encontrar explicações para os acontecimentos e problemas (Coutinho, 2011).

É, ainda, pertinente distinguir método e metodologia. Assim, de acordo com Kaplan (1988, p. 23), “a metodologia preocupa-se com as técnicas e princípios que designarei por métodos”. Estes devem ser suficientemente gerais, de forma a serem comuns às diferentes ciências que incluem procedimentos, tais como, 1) formar conceitos e hipóteses, 2) realizar observações e medidas, 3) descrever protocolos experimentais e 4) construir modelos e teorias (Kaplan, 1988). Para além disto, a metodologia procura, ainda, descrever, analisar, alertar sobre os limites e recursos e clarificar os seus pressupostos e consequências, tendo como objetivo compreender, não os resultados do método científico, mas o próprio processo em si.

3.1.1. Tipo de pesquisa e estudo

Segundo Popper (1959, 1965), toda a pesquisa é proveniente de um problema que, através de hipóteses e tentativas, procura uma solução. Assim, pretende-se eliminar o mínimo possível de

erros, uma vez que é mais fácil detetá-los e eliminá-los. De acordo com Fonseca (2002), existem diferentes tipos de pesquisa, quanto à abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Para esta investigação e trabalho utilizámos uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, exploratória e confirmatória, a qual, caracterizamos de seguida. Deste modo, utilizaremos, neste estudo, o método hipotético-dedutivo, segundo o pensamento de Popper (1959, 1965).

Hair, Babin, Money e Philip (2005) assumem que a pesquisa descritiva se refere à explicação de fenómenos ou características associadas à população-alvo e à descoberta de associações entre as variáveis. No que diz respeito à pesquisa de natureza quantitativa, esta consiste na quantificação dos resultados centrando-se na objetividade, a qual, só pode ser compreendida através da análise dos dados (Gerhardt & Silveira, 2009). Sob o mesmo ponto de vista, Wilfred e Kemmis (1988) e Serrano (2004), afirmam que a pesquisa quantitativa se orienta para a produção de proposições generalizáveis e com validade universal, decorrentes de um processo experimental, hipotético-dedutivo e estatisticamente comprovado, permitindo que um determinado problema tenha uma solução objetiva. Por outras palavras, a metodologia quantitativa procura comprovar teorias, recolher dados para confirmar ou informar hipóteses e generalizar fenómenos e comportamentos. Por outro lado, Fonseca (2002) afirma, também, que a pesquisa quantitativa considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recorrendo à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno e as relações entre as variáveis.

Em relação ao carácter exploratório deste estudo, este tem a ver com a validação em Portugal, pela primeira vez, de partes de um modelo e escalas de medida, podendo, eventualmente e desde logo, gerar conhecimento sobre o tema em estudo. Já o tipo de estudo de cariz confirmatório, para esta investigação, resulta da possível confirmação do nosso prévio estudo e dos dois modelos de estudo utilizados, um por Sallam, Safizal e Osman (2015), sobre os fatores determinantes da intenção de praticar Voluntariado, entre estudantes universitários malaios e, outro, por Law e Shek (2009), sobre as crenças da intenção de praticar Voluntariado, comportamento e objetivo de vida entre os adolescentes chineses em Hong Kong.

Mediante o exposto, a replicação de modelo(s) é “uma duplicação substancial de um projeto de pesquisa empírica, previamente duplicado, que diz respeito, principalmente, ao aumento da validade interna de um *design* de pesquisa” (Okleshen & Mittelstaedt, 1998, p. 3) De acordo com Lykken (1968), existem 3 tipos de réplicas aplicadas às ciências sociais: 1) replicação literal, que consiste na réplica do estudo original de forma integral; 2) replicação construtiva, onde existe um desvio propositado do estudo original, para verificar se os resultados obtidos, com técnicas diferentes, são idênticos e, por fim, 3) a replicação operacional, onde o investigador replica o estudo de forma aproximada ao original, mantendo-se o mais próximo possível, para verificar se o estudo produz ou não resultados similares.

A partir destas definições de Lykken (1968), podemos confirmar que este estudo fez uso da replicação operacional, utilizando o formato base do modelo de Sallam, Safizal e Osman (2015),

com uma alteração controlada da pesquisa, introduzindo a variável objetivo de vida, retirada do estudo de Law e Shek (2009).

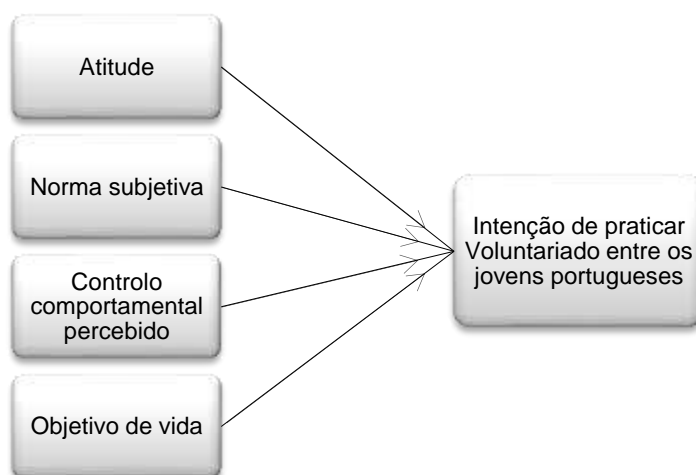
Deste modo, procurámos verificar a similaridade e confirmação dos resultados e da teoria, no que diz respeito à validade e confiabilidade da escala (já avaliada em contexto malaio, no caso do estudo de Sallam, Safizal & Osman (2015)). Neste sentido, é possível comparar os resultados de dois estudos e gerar, eventualmente, (novas) informações que contribuam para o aprofundamento do conhecimento sobre este tema.

3.2. Concetualização do modelo de investigação e formulação de hipóteses

3.2.1. Apresentação do modelo de investigação

Para compreender a importância dos possíveis antecedentes da intenção de praticar Voluntariado, propõe-se um modelo, mais amplo, com base nos estudos de Sallam, Safizal e Osman (2015) e de Law e Shek (2009), expresso na figura seguinte, através de relações diretas entre as variáveis: atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido e objetivo de vida, com a intenção de praticar Voluntariado.

Figura 7 – Modelo de investigação proposto



Fonte: elaboração própria, com base em Sallam, Safizal e Osman (2015) e de Law e Shek (2009)

Com este modelo pretendemos estudar, de modo exploratório e confirmatório, os possíveis antecedentes da intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses. Por outras palavras, queremos analisar se os antecedentes atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido e objetivo de vida, dos jovens portugueses, podem constituir antecedentes da sua intenção de praticar Voluntariado.

3.2.2. Descrição das variáveis do estudo

Neste ponto serão descritas as variáveis, apresentando, para cada uma, o respetivo grupo de itens associado.

a) Atitude

O Quadro 3 apresenta os 4 itens referentes à escala das variáveis atitude.

Quadro 3 – Grupo de questões referentes à variável atitude

Item	Variável atitude
A1	O Voluntariado é bom
A2	O Voluntariado é benéfico
A3	O Voluntariado é uma atividade agradável
A4	O Voluntariado é uma atividade útil

Fonte: elaboração própria

b) Norma subjetiva

O Quadro 4 apresenta os 6 itens referentes à escala norma subjetiva.

Quadro 4 – Grupo de questões referentes à variável norma subjetiva

Item	Variável norma subjetiva
NS1	Os meus amigos são voluntários
NS2	As pessoas que me são próximas querem que faça Voluntariado
NS3	As pessoas que eu conheço partilham interesse no Voluntariado
NS4	As pessoas que me são próximas valorizam o Voluntariado
NS5	O Voluntariado é uma atividade importante para as pessoas que conheço
NS6	Eu pretendo voluntariar-me em atividades onde os meus amigos/familiares já são voluntários

Fonte: elaboração própria

c) Controlo comportamental percebido

O Quadro 5 apresenta 6 itens referentes à escala de controlo comportamental percebido.

Quadro 5 – Grupo de questões referentes à variável controlo comportamental percebido

Item	Variável controlo comportamental percebido
CCP1	Estou confiante que serei capaz de me voluntariar
CCP2	Se eu quiser posso fazer Voluntariado
CCP3	Acredito que tenho capacidade de me voluntariar
CCP4	Estou disponível para fazer Voluntariado
CCP5	No futuro estou confiante que serei capaz de fazer Voluntariado
CCP6	Quer eu me voluntarie ou não, sei que isso depende totalmente de mim

Fonte: elaboração própria

d) Objetivo de vida

O Quadro 6 apresenta os 7 itens referentes à escala das variáveis objetivo de vida.

Quadro 6 – Grupo de questões referentes à variável objetivo de vida

Item	Variável objetivo de vida
OV1	Normalmente na minha vida: estou apático(a) e cansado(a) / sou entusiasta e energético(a)
OV2	Para mim, a vida parece ser: monótona e frustrante / emocionante e inspiradora
OV3	Se dependesse de mim, eu: nunca teria escolhido este mundo para viver / teria escolhido sempre este mundo para viver
OV4	Sobre a concretização dos meus objetivos de vida, eu: nunca fiz qualquer progresso / alcancei sempre progressos
OV5	A minha vida é: "um vazio" e desesperante / colorida e interessante
OV6	Quando penso na minha relação com o mundo, considero que: é confusa / corresponde ao meu sentido de vida
OV7	Quando se aborda o tema "suicídio", considero que: é um método de resolução dos problemas / não é um método de resolução dos problemas

Fonte: elaboração própria

e) Intenção de praticar Voluntariado

O Quadro 7 apresenta os 4 itens referentes à escala da intenção de praticar Voluntariado.

Quadro 7 – Grupo de questões referentes à variável intenção de praticar Voluntariado

Item	Variável intenção de praticar Voluntariado
IPV1	No futuro tenciono fazer Voluntariado
IPV2	Irei prestar mais atenção a qualquer informação sobre Voluntariado
IPV3	Estou muito interessado(a) em atividades de Voluntariado
IPV4	Se receber algum convite para fazer Voluntariado, eu aceitarei

Fonte: elaboração própria

3.2.3. Definição das hipóteses de investigação

A formulação das hipóteses a investigar, neste estudo, decorre da apresentação do problema geral de estudo, inicialmente definido: será que a atitude, a norma subjetiva, o controlo comportamental percebido e o objetivo de vida, dos jovens portugueses, poderão constituir antecedentes da sua intenção de praticar Voluntariado?

As hipóteses são geradas a partir da teoria, quando o investigador pretende verificar proposições teóricas, suscetíveis de terem uma influência ou um efeito sobre a prática (Fortin, 2000). Para Welman, Kruger e Mitchel (2005, p. 12) uma hipótese é uma “suposição provisória ou declaração preliminar, sobre a relação entre duas ou mais coisas que precisam de ser examinadas”.

Após a apresentação inicial do modelo teórico é pertinente perceber, agora, quais as hipóteses e respetivas variáveis desenvolvidas e propostas no âmbito deste estudo. Faremos esta análise, de seguida, de modo sequencial e por partes do modelo.

Para Matos e Sardinha (1999), a atitude é a perceção que o indivíduo tem sobre as vantagens e as desvantagens, as consequências e a importância destas em relação a um determinado comportamento. Segundo Stran et al. (2016), a atitude traduz-se em crenças de um indivíduo, positivas ou negativas, com o objetivo de realizar um comportamento. Quanto mais favorável for a atitude em relação a um objeto, maior será a sua intenção em relação a ele (Ajzen & Fishbein, 1980, como citado em Moutinho & Roazzi, 2010). De acordo com Monteiro e Veiga (2006), quanto mais benéfica for a atitude, maior deverá ser a intenção de realizar um comportamento.

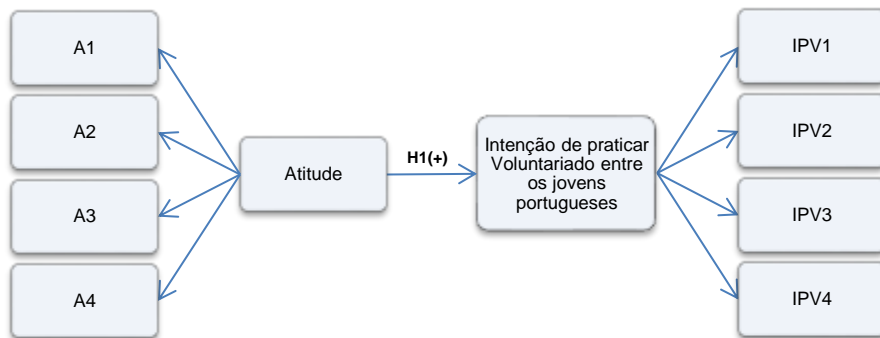
Para Bussel e Forbes (2002), o Voluntariado é ação única ou atividade contínua e sistemática, na qual, o indivíduo acaba por criar uma carreira que se desenvolve em torno da oferta das suas competências, conhecimentos e experiências, em prol das organizações e daqueles que delas beneficiam. Atualmente, os jovens são sensibilizados a ter uma participação mais ativa na Sociedade, através de encontros, jornadas, entre outras atividades, promovidos, muitas vezes, por grupos religiosos, como é o caso da Jornada Mundial da Juventude³⁶. Com este tipo de experiências, os jovens podem obter mais conhecimentos e competências, ferramentas úteis para os seus percursos profissionais. Face ao exposto, este estudo procura dar resposta à seguinte hipótese de investigação:

Hipótese 1: A atitude tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Em suma, o sub-modelo relativo à hipótese 1, é apresentado na Figura 8.

³⁶ Recuperado do website Jornada Mundial da Juventude, a 2016-09-02, em <http://www.krakow2016.com/pt/a-ideia-da-jmj>

Figura 8 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H1



Fonte: elaboração própria

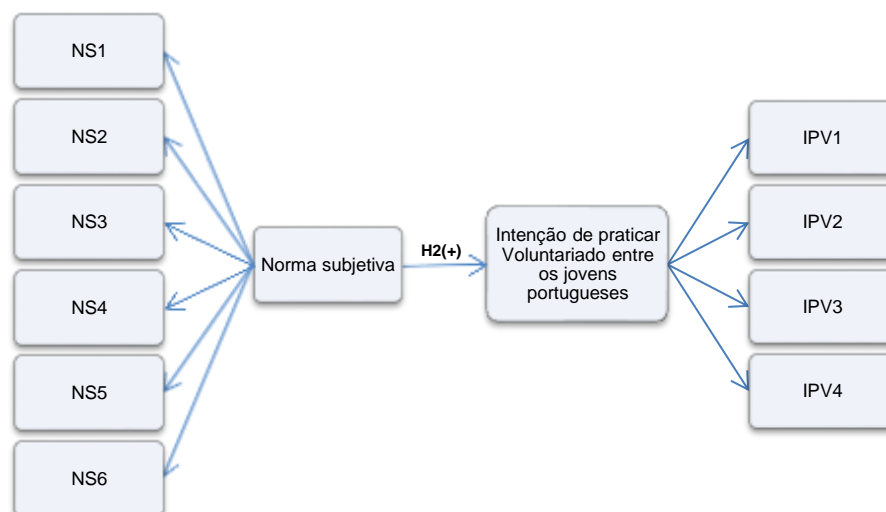
Segundo Ajzen (1991), a norma subjetiva refere-se à percepção do indivíduo em relação à pressão social exercida sobre o próprio, para que se realize, ou não, um determinado comportamento. Segundo a TAR, se um indivíduo percebe que quem lhe é próximo pretende que ele deva executar determinado comportamento, maior propensão existirá na intenção de o realizar (Moutinho & Roazzi, 2010).

Por outras palavras, a norma subjetiva refere-se à percepção de saber se as pessoas importantes na vida de um indivíduo aprovam ou desaprovam um comportamento (Stran et al., 2016). De acordo com Monteiro e Veiga (2006), quanto mais benéfica for a norma subjetiva, maior deverá ser a intenção de realizar um comportamento. Assim, apresenta-se a segunda hipótese:

Hipótese 2: A norma subjetiva tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Assim, apresentamos, na Figura 9, o sub-modelo referente à hipótese 2.

Figura 9 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H2



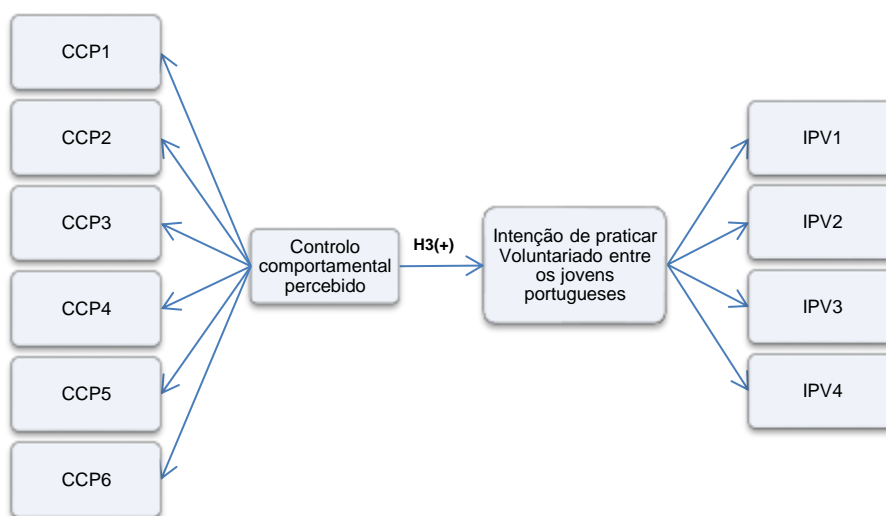
Fonte: elaboração própria

Para Zanitelli (2010), o controlo comportamental percebido é definido como a percepção de um indivíduo sobre a sua capacidade para realizar um determinado comportamento. De acordo com Stran et al. (2016), o controlo comportamental percebido é determinado pela crença de controlo, bem como, o poder percebido sobre o comportamento. Quanto mais o indivíduo percebe que o comportamento está sob o seu controlo, maior é a probabilidade de o querer praticar. A percepção/crença individual traduz-se na presença de fatores, positivos ou negativos, os quais, podem facilitar ou dificultar a realização do comportamento (Zanitelli, 2010; Matos, Veiga & Lima, 2008). Para além disso, quanto mais benéficas forem a atitude e a norma subjetiva, maior será o controlo comportamental percebido e, consequentemente, maior deverá ser a intenção de realizar um determinado comportamento (Monteiro & Veiga, 2006). Formula-se, então, a terceira hipótese.

Hipótese 3: O controlo comportamental percebido tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Em síntese, a Figura 10 representa o sub-modelo inerente à hipótese 3.

Figura 10 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H3



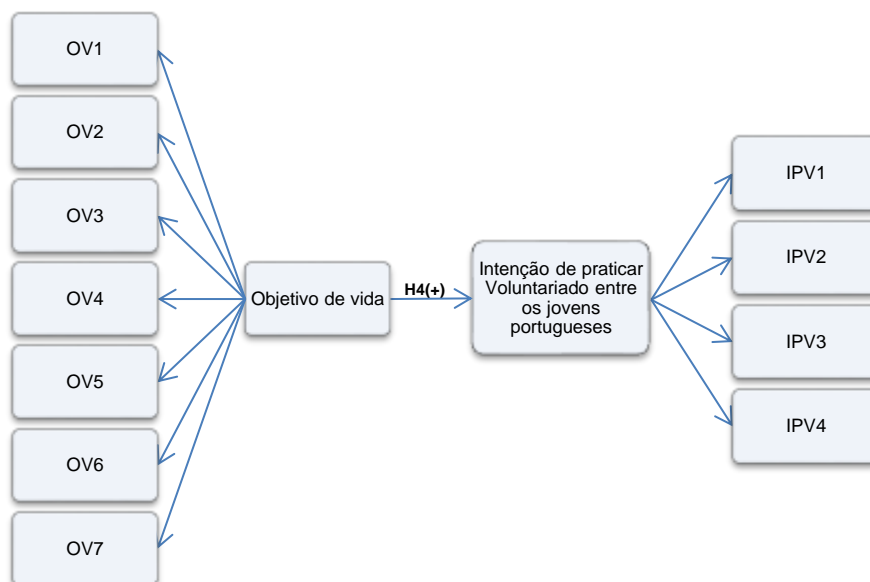
Fonte: elaboração própria

Para Pinquart, Silbereisen e Frohlich (2009), o objetivo de vida refere-se à percepção que a vida é útil e que se pode encontrar a satisfação na rotina diária. Similarmente, ter um objetivo de vida de auto-organização e definição de metas, proporciona uma sensação que a vida tem sentido, para além de constituir fatores associados a um indivíduo saudável, física e psicologicamente (McKnight e Kashdan, 2009; Sumner, 2016). Por exemplo, se um indivíduo tiver um elevado nível de objetivo de vida, tende a ter um sentido de direção, missão e coerência, na sua vida, o que poderá passar por ponderar praticar Voluntariado. Deste modo, propomos a última hipótese:

Hipótese 4: O objetivo de vida tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Mediante o exposto, apresentamos na Figura 11, o sub-modelo alusivo à hipótese 4.

Figura 11 – Sub-modelo referente à descrição e sub-relações da hipótese H4



Fonte: elaboração própria

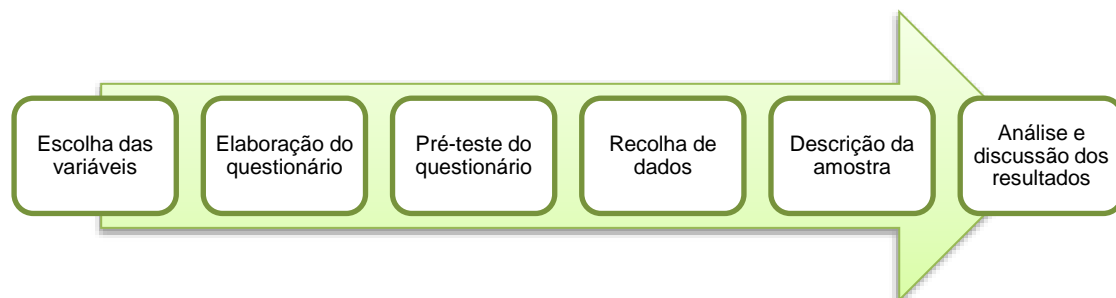
3.3. Instrumento e recolha de dados

Segundo Reis (2010), a metodologia de investigação quantitativa utiliza como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário. Este tipo de investigação é a mais favorável para o nosso trabalho, pois acarreta baixo custo, maior rapidez e uma maior possibilidade de identificar e medir os aspetos relacionados com o tema em estudo. Além do mais, sabe-se o que deve ser perguntado para atingir os objetivos de pesquisa (Malhotra, 2001).

Segundo Lakatos e Marconi (2006), um questionário é um instrumento de recolha de dados estruturado, de elevado e rápido alcance de respostas. Para além disso, ainda pode ser respondido de forma anónima e sem a intervenção do entrevistador, algo que permite ao inquirido maior liberdade e segurança, bem como, um menor risco de distorção na resposta. Sob o mesmo ponto de vista, Hill e Hill (2009), afirmam que o inquérito por questionário consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, perguntas que sejam de interesse para a investigação. Este instrumento é, assim, indicado quando se pretende recolher informações quanto às condições e modos de vida, comportamentos, valores ou opiniões.

Para uma melhor percepção dos passos metodológicos que esta investigação segue, apresentamos, de seguida, a Figura 12, etapas que Quivy e Campenhoudt (1998) sugerem e que, neste trabalho, foram respeitadas, tendo em vista a consistência e fidedignidade dos resultados apurados.

Figura 12 – Esquema sobre o processo da investigação empírica utilizada



Fonte: adaptado de Quivy e Campenhoudt (1998)

Tendo em conta as vantagens descritas, anteriormente, e o tipo de estudo adotado, optámos por utilizar, como instrumento de medida na recolha de dados desta investigação, o inquérito por questionário, em respostas fechadas.

Para Brites (2013) existem seis etapas para a elaboração do questionário: 1) planeamento e desenho do inquérito; 2) recolha dos dados; 3) acesso aos dados; 4) preparação dos dados; 5) análise dos dados e 6) produção do relatório.

3.3.1. Construção do questionário

A elaboração do questionário surgiu como consequência da revisão de literatura efetuada, a qual, permitiu encontrar estudos idênticos, a nível dos itens escolhidos e escalas de medida adequadas, as quais, com a devida adaptação e confiabilidade, foram utilizadas no presente estudo (em especial de Sallam, Safizal & Osman, 2015 e de Law & Shek, 2009), de modo exploratório e confirmatório.

A plataforma que considerámos ser a mais fidedigna e confiável de uso, foi a do *Limesurvey*, uma vez que é cedida pelo ISCAP, o que permite uma maior veracidade e validade científica para este estudo. Escolhemos também esta plataforma, porque a mesma não acarreta qualquer custo no procedimento de recolha de dados. Para além disso, o Gabinete de Apoio à Inovação em Educação (GAIE) do ISCAP elaborou e cedeu o manual desta plataforma, o que nos permitiu explorar as mais diversas ferramentas do *Limesurvey*, a fim de encontrarmos a tipologia das perguntas, mais adequada, para este inquérito por questionário *online*.

Relativamente à estrutura do questionário (apêndice I), este inicia-se com uma nota introdutória, com o intuito de dar a conhecer a razão da aplicação do questionário e o seu âmbito, onde foi explicado o objetivo da pesquisa, apresentando, ainda, uma nota de motivação e sensibilização, apelando ao contributo do inquirido.

Seguidamente, o corpo do questionário é composto por duas partes: 1) a primeira afere aspetos sociodemográficos dos inquiridos, particularmente a nacionalidade, sexo, idade e habilitações literárias; 2) a segunda diz respeito ao conhecimento da intenção dos inquiridos de praticar Voluntariado, bem como as variáveis atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido, incluindo, ainda, a variável objetivo de vida. A última pergunta do questionário, de carácter opcional, refere-se à área ou setor que os jovens escolheriam, se, no futuro, porventura, praticassem Voluntariado. Esta questão permite aos inquiridos selecionarem até três respostas, de entre as opções apresentadas, para além de terem um campo de resposta aberta.

Em todas as questões relativas, os inquiridos apenas poderiam escolher uma opção possível.

Na segunda parte foi utilizada uma escala de Likert de cinco e de sete níveis. Nas questões relacionadas com a intenção de praticar Voluntariado a escala foi de 5 níveis, classificada de 1 a 5 pontos, na qual, o 1 corresponde à opção “discordo totalmente”, enquanto que o 5 diz respeito à opção “concordo totalmente”. Nas questões relacionadas com o objetivo de vida a escala foi de sete níveis, classificada de 1 a 7 pontos, sendo que a descrição, para estes, altera, conforme cada questão. Para além disso, todas as questões estão formuladas na “afirmativa”.

Na sua totalidade o questionário é constituído por trinta e cinco perguntas: oito perguntas gerais (primeira parte e pergunta opcional) e vinte e sete perguntas específicas (segunda parte). Para além disso, o tempo médio de resposta ao questionário era, sensivelmente, de cinco minutos, de acordo com as indicações recolhidas no pré-teste.

O último passo na construção do questionário, mas não menos importante, foi a sua tradução de inglês para português. Quando se traduzem perguntas é importante que a tradução seja feita com grande cuidado, para que estas apresentem o mesmo significado em ambas as línguas (Saunders, Lewis & Thornhill, 2009).

Mediante o exposto, o objetivo principal foi conceber um questionário compreensível e acessível aos inquiridos, pelo que a linguagem usada no decorrer do questionário foi simples e clara, situação completada com as instruções dadas. Isto aconteceu porque tivemos em conta que nem todos os inquiridos teriam o mesmo nível ou habilitações literárias (Hill & Hill, 2009).

3.3.2. Pré-teste do questionário

Anteriormente à elaboração do questionário final, optámos por realizar o pré-teste daquele, de forma a avaliar a fidedignidade e validade do instrumento utilizado (Lakatos & Marconi, 2006). Portanto, o pré-teste serviu para detetar erros ortográficos, possível ambiguidade de perguntas colocadas, as quais podem ser interpretadas de modo menos claro, em hipotética repercussão, na compreensão do instrumento de medida.

O questionário foi enviado a um grupo de vinte pessoas, estudantes e ex-estudantes do ensino superior e pessoas sem formação académica superior, com nacionalidade portuguesa e na faixa etária de jovem.

Apesar de não ter sido encontrado nenhum problema significativo, os inquiridos que estiveram envolvidos nesta fase, sugeriram, sobretudo, que se alterasse a forma com que as frases estavam apresentadas, bem como o sentido daquelas, o que poderia levar a outras interpretações. Apesar disso, o *feedback* que recebemos foi bastante positivo, pelo que avançamos, posteriormente, para a distribuição do questionário.

3.3.3. Procedimentos de administração do questionário e de recolha de dados

Anteriormente à distribuição do inquérito por questionário, pelo público-alvo, foi elaborado um pedido formal, junto da Presidência do ISCAP, com o objetivo de autorizar a distribuição do questionário pelos estudantes. Para além disso, para obtermos um maior número de respostas, contactámos o Gabinete de Comunicação do Politécnico do Porto, a fim de divulgar o questionário junto dos estudantes das restantes Escolas.

Com as autorizações concedidas, procedeu-se à divulgação do inquérito por questionário *online*. Paralelamente, o *link* do questionário foi partilhado nas redes sociais, em grupos relacionados com o Voluntariado, intervenção humanitária, entre outros. Para além disso, foi utilizado o *e-mail* para enviar o questionário através de *mailing lists* de ex-alunos do ISCAP. Os dados foram recolhidos de 25 de maio a 27 de junho de 2016, tendo-se obtido um total de 404 respostas válidas.

3.4. A amostra e a população-alvo

A amostra representa um subgrupo da população selecionada para a investigação representativa da população (Malhotra & Birks, 2006). As características da amostra, segundo estes autores,

consistem em estatísticas que posteriormente são passíveis de, através de estimativas e teste de hipóteses, fazer deduções sobre determinados parâmetros para a população.

Na impossibilidade de aceder à totalidade da população-alvo, jovens portugueses entre os 15 e os 35 anos de idade, para efeitos da seleção da amostra, recorreu-se a um método não probabilístico, isto é, a uma técnica que seleciona as unidades amostrais por conveniência (Coutinho, 2011). Este tipo de amostra baseia-se na premissa de que um determinado tipo de indivíduos tem maior disponibilidade e acessibilidade para responder a um inquérito (Silva, 1999; Hill & Hill, 2009).

3.5. Resumo do capítulo

Este capítulo foi composto pela justificação e escolha do tipo de investigação e respetiva metodologia, bem como a explicação do instrumento de medida elaborado. Para além disso, neste capítulo foi ainda apresentada a estrutura subjacente do questionário, o seu pré-teste, e o modo de recolha de dados. Por fim, foram definidos o público-alvo e a amostra utilizada para o presente estudo.

Em resumo, no Quadro 8 estão representadas as hipóteses a confirmar.

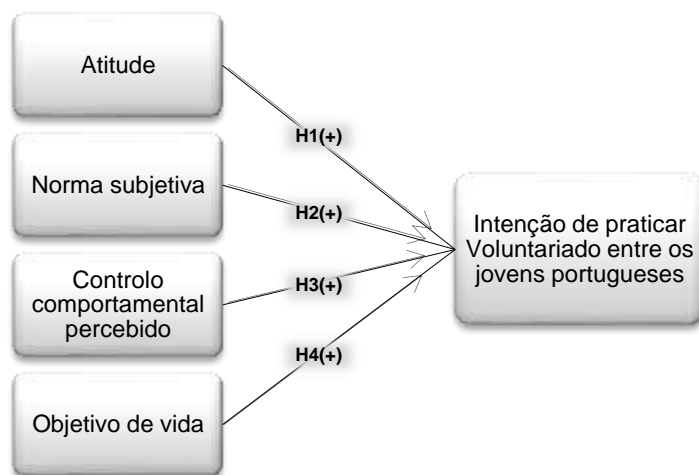
Quadro 8 – Resumo das hipóteses da presente investigação

Hipótese	Descrição
H1	A atitude tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.
H2	A norma subjetiva tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.
H3	O controlo comportamental percebido tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.
H4	O objetivo de vida tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Fonte: elaboração própria

E, na Figura 13, apresentamos o modelo final utilizado deste estudo.

Figura 13 – Modelo final de investigação proposto



Fonte: elaboração própria, com base em Sallam, Safizal e Osman (2015) e de Law e Shek (2009)

Capítulo IV

Apresentação e análise de resultados

Neste capítulo serão analisados os dados primários obtidos do questionário, que foram obtidos com recurso ao programa estatístico de tratamento de dados *SPSS vs20* e *SPSS/AMOS Statistics v.22*. Os resultados apresentados têm como último objetivo, verificar se as hipóteses propostas são ou não corroboradas.

Assim, caracterizamos a amostra e a análise da qualidade psicométrica das variáveis e escalas em estudo. Por fim, discutem-se os resultados obtidos, cruzando e discutindo o resultado das hipóteses operativas deste estudo, com os resultados de pesquisas anteriores.

4.1. Procedimentos utilizados na análise dos dados

Reunidos os dados obtidos das respostas ao questionário, com base no instrumento de medida, disponível *online*, procedeu-se ao tratamento estatístico e análise daqueles.

Neste estudo foi realizada, numa primeira fase, uma análise da qualidade e validade psicométrica das escalas de medida em estudo, que explanam e evidenciam o carácter exploratório e confirmatório desta investigação. Após uma análise descritiva das escalas, e respetivos resultados, em função do sexo, idade, frequência ou não no Ensino Superior e habilitações literárias, por fim, é feita uma avaliação da relação entre as variáveis deste estudo, com o intuito de testar a aceitação, ou não, das hipóteses operativas formuladas, a partir da revisão da literatura.

Nesta parte do trabalho, utilizamos os índices sugeridos por Kline (2005), nomeadamente: o qui-quadrado (X^2), o índice de qualidade de ajustamento (GFI - *Goodness-of-Fit Index*), o índice de ajuste comparativo (CFI - *Comparative Fit Index*), a razão entre o qui-quadrado e os graus de liberdade (X^2/gf), o índice parcimonioso de comparação do ajuste (PCFI - *Parsimony Comparative Fit Index*), considerados índices de ajustamento parcimoniosos. Já a raiz do resíduo médio (RMR - *Root Mean Residual*), corresponde ao valor médio dos resíduos obtidos pela diferença entre a matriz de variância-covariância dos dados da amostra e a matriz de variância-covariância advinda do ajuste do modelo proposto, enquanto que a raiz da média quadrática dos erros de aproximação (RMSEA - *Root Mean Square Error of Approximation*) é considerado o índice mais informativo da modelagem da estrutura de covariância (Byrne, 2001).

Para a realização da análise da validade e fiabilidade das escalas de medida, foram considerados os seguintes pressupostos:

- realização da análise fatorial confirmatória da estrutura fatorial obtida, com o objetivo de ser verificada a validade da estrutura fatorial obtida. Para esta análise, foram considerados os seguintes índices de ajustamento, tendo como intervalos de valores, para aceitação: (Kline, 2005; Marôco, 2010):

- X^2/gl - >5 ajustamento mau; $[2-5]$ – ajustamento sofrível; $[1-2]$ – ajustamento bom; <1 – ajustamento muito bom;
- o CFI e GFI - $<0,8$ – ajustamento mau; $[0,8-0,9]$ – ajustamento sofrível; $[0,9-0,95]$ – ajustamento bom; $\geq 0,95$ – ajustamento muito bom;
- o RMSEA - $>0,10$ – ajustamento inaceitável; $[0,05-0,10]$ – ajustamento bom; $\leq 0,05$ – ajustamento muito bom;
- validade convergente, cujo resultado é obtido através do cálculo da variância extraída média, sendo considerada, a mesma, satisfatória com o resultado de $VEM > 0,50$;
- validade divergente, quando o seu resultado (*loading*) se apresenta superior ao produto dos *loadings* com outras escalas;
- análise da fiabilidade das escalas obtidas, com recurso à análise da consistência interna dos itens, pelo cálculo do alfa de *cronbach*. Os seguintes valores de referência, sugeridos por Hill e Hill (2009), são:
 - Muito boa – $>0,9$;
 - Boa – entre 0,8 e 0,9;
 - Razoável – entre 0,7 e 0,8;
 - Fraca mas aceitável – 0,6 a 0,7;
 - Inadmissível e inaceitável - $<0,6$.

4.2. Caracterização da amostra

Como se confirma na Tabela 1, no presente estudo participaram 404 indivíduos, a maioria do sexo feminino ($n=222$, 54,95%) sendo os restantes do sexo masculino ($n=182$, 45,05%). A maioria dos inquiridos tem entre 21 e 23 anos ($n=173$, 42,82%) enquanto que um número inferior ($n=4$, 0,99%), tem 17 anos ou menos.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra (sexo e idade)

Sexo	n (%)
Feminino	222 (54,95%)
Masculino	182 (45,05%)
Idade	n (%)
15 a 17 anos	4 (0,99%)
18 a 20 anos	87 (21,53%)
21 a 23 anos	173 (42,82%)
24 a 26 anos	71 (17,57%)
27 a 29 anos	32 (7,93%)
30 a 32 anos	12 (2,98%)

33 a 35 anos	25 (6,18%)
Total	404 (100,00%)

Fonte: elaboração própria

É possível verificar também, como podemos ver na Tabela 2, que existe uma proporção significativamente elevada de estudantes do Ensino Superior (n=370, 91,58%), comparativamente com os inquiridos que não frequentam/frequentaram o Ensino Superior (n=34, 8,42%).

Tabela 2 - Caracterização sociodemográfica da amostra
(Frequência ou não do Ensino Superior)

	n (%)
Não	34 (8,42%)
Sim	370 (91,58%)
Total	404 (100,00%)

Fonte: elaboração própria

A Tabela 3 diz respeito ao curso/ciclo de estudos que os inquiridos, estudantes e ex-estudantes do Ensino Superior, frequentam/frequentaram, onde verificamos que a maioria, daqueles, são licenciados (n=271, 72,24%) e poucos têm habilitações mais elevadas, como por exemplo, o Doutoramento (n=4, 1,08%). Na mesma tabela observamos, também, que um número elevado de estudantes frequenta o Ensino Público Politécnico (n=333, 90,00%) e que um número muito mais reduzido frequenta o Ensino Privado, seja ele, Politécnico (n=4, 1,08%) ou Universitário (n=6, 1,62%).

Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica da amostra
(Cursos ou ciclo de estudos e Subsistema e/ou tipo de ensino)

Curso ou ciclo de estudos	n (%)
Não responde	3 (0,81%)
Bacharelato	1 (0,27%)
Licenciatura	271 (72,24%)
Mestrado	77 (20,81%)
Mestrado Integrado	9 (2,43%)
Doutoramento	4 (1,08%)
Pós-Graduação	3 (0,81%)
Outro	2 (0,54%)
Total	370 (100,00%)
Subsistema e/ou tipo de ensino	n (%)
Ensino Privado - Politécnico	4 (1,08%)
Ensino Privado - Universitário	6 (1,62%)

Ensino Público - Politécnico	333 (90,00%)
Ensino Público - Universitário	26 (7,03%)
Outro	1 (0,27%)
Total	370 (100,00%)

Fonte: elaboração própria

4.3. Análise da validade e fiabilidade fatorial

4.3.1. Escala atitude

No que diz respeito à escala atitude, podemos verificar que, de acordo com a Tabela 4, a análise fatorial exploratória obteve uma estrutura unidimensional, ou seja, todas as questões definem um único fator, explicando 70,98% da variância total. Com base na mesma tabela é possível observar que todos os itens saturam, adequadamente, no fator que representam ($>0,40$), variando a saturação fatorial entre 0,79 e 0,87.

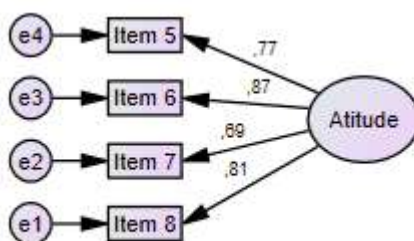
Tabela 4 – Validade fatorial da atitude

<i>Escala de Atitude</i>	<i>Fatores 1</i>
6 - O voluntariado é benéfico	0,89
8 - O voluntariado é uma atividade útil	0,87
5- O voluntariado é bom	0,83
7- O voluntariado é uma atividade agradável	0,79
KMO	0,81
Teste de Bartlett	770,94 (0,00)
% de variância Total	70,98 %

Fonte: elaboração própria

Após a análise fatorial exploratória realizada, passamos a avaliar a validade da escala, em termos de análise confirmatória. A Figura 14 representa a estrutura unidimensional obtida, podendo verificar que todos os itens saturam adequadamente no seu fator.

Figura 14 – Modelo fatorial confirmatório da escala atitude



Fonte: elaboração própria

Conforme os índices de ajustamento obtidos (Tabela 5) verificamos que apesar dos índices CFI, GFI e NFI serem adequados os índices χ^2/gf (8,48) e RMSEA (0,14) não são adequados, o que revela a necessidade de ajustar o modelo, considerando os índices de modificação propostos.

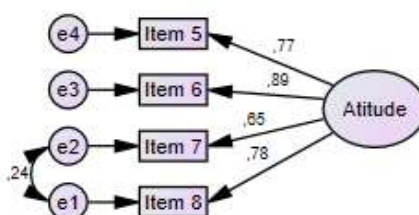
Tabela 5 – Índices de ajustamento da escala atitude

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
χ^2/gf	8,48	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,14	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,98	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,98	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,98	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

Considerando as alterações propostas pelos índices de modificação foram correlacionados os resíduos relativos aos itens 7 e 8, sendo calculados os índices de ajustamento da nova estrutura fatorial obtida (Figura 15).

Figura 15 – Modelo fatorial confirmatório final da escala atitude



Fonte: elaboração própria

A nova estrutura fatorial já se revela adequada, considerando os índices de ajustamento obtidos, que se encontram dentro dos intervalos válidos (Tabela 6).

Tabela 6 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da escala atitude

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
χ^2/gf	2,98	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,07	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

Após confirmar a validade fatorial da escala, analisaremos a sua fiabilidade, conforme a análise do índice de consistência interna alfa de *cronbach*. Os resultados obtidos (Tabela 7) permitem

verificar que o alfa de *cronbach* (0,86) e a fiabilidade compósita (0,91) se apresenta bom, o que significa que a presente escala tem uma boa fiabilidade fatorial.

Tabela 7 – Análise do índice de consistência interna alfa de *cronbach*

Atitude	Correlação correta item- total	Alfa de Cronbach se item removido	Alfa de Cronbach	Fiabilidade Compósita
5. O voluntariado é bom	0,68	0,83		
6. O voluntariado é benéfico	0,77	0,79		
7. O voluntariado é uma atividade	0,64	0,85	0,86	0,91
8. O voluntariado é uma atividade útil	0,75	0,80		

Fonte: elaboração própria

4.3.2. Escala norma subjetiva

A análise fatorial exploratória realizada, permitiu obter uma estrutura unidimensional, a qual, explica 57,44% da variância total das normas subjetivas (Tabela 8). Todos os itens apresentam uma carga fatorial adequada ($>0,40$), variando entre 0,70 e 0,82.

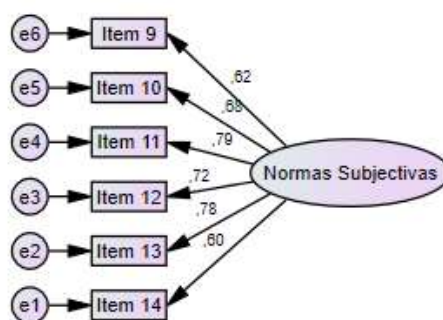
Tabela 8 – Validade fatorial da norma subjetiva

Escala de Norma Subjetiva	Fatores
	1
11) As pessoas que eu conheço partilham interesse no voluntariado	0,82
13) O voluntariado é uma atividade importante para as pessoas que conheço	0,81
10) As pessoas que me são próximas querem que faça voluntariado	0,76
12) As pessoas que me são próximas valorizam o voluntariado	0,75
9) Os meus amigos são voluntários	0,71
14) Eu pretendo voluntariar-me em atividades onde os meus amigos/familiares já são voluntários	0,70
KMO	0,84
Teste de Bartlett	973,32 (0,00)
% de variância total	57,44%

Fonte: elaboração própria

A análise confirmatória da escala norma subjetiva (Figura 16), permitiu verificar que a saturação fatorial dos itens varia entre 0,60 e 0,79.

Figura 16 – Modelo fatorial confirmatório da escala norma subjetiva



Fonte: elaboração própria

A presente estrutura não se apresenta, contudo, de todo válida, considerando os índices de ajustamento obtidos. De acordo com a Tabela 9, verificamos que o valor de $\chi^2/gf=10,59$ e do $RMSEA=0,15$, não se apresentam adequados. Neste sentido, é necessário ajustar o presente modelo, considerando os índices de modificação propostos.

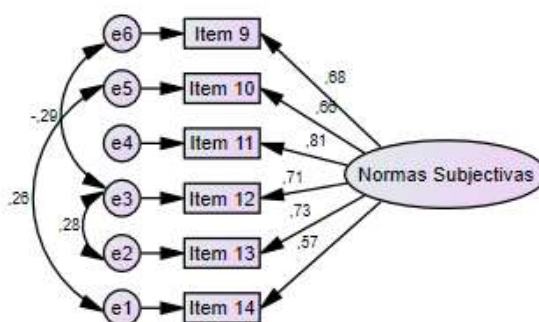
Tabela 9 - Índices de ajustamento da escala norma subjetiva

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
χ^2/gf	10,59	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,15	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,91	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,92	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,90	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

A Figura 17 representa o modelo fatorial, ajustado com as correlações entre os resíduos dos itens 1 e 5, 2 e 3, 3 e 6, sendo que, as saturações fatoriais obtidas neste novo modelo são adequadas, variando entre 0,57 e 0,81.

Figura 17 – Modelo fatorial confirmatório final da escala norma subjetiva



Fonte: elaboração própria

Conforme a Tabela 10, verificamos que os índices de ajustamento obtidos nesta nova estrutura são adequados, o que permite tornar, a mesma, válida.

Tabela 10 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da escala norma subjetiva

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ² /gl	2,53	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,06	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

Após analisar a validade fatorial da escala norma subjetiva, analisaremos a sua fiabilidade, considerando o valor de alfa de *cronbach* obtido, em termos da consistência interna dos itens que constituem a escala. Conforme a Tabela 11, verificamos que o valor de alfa obtido é adequado (0,85), assim como o da fiabilidade compósita (0,90), o que permite confirmar a fiabilidade da presente escala.

Tabela 11 - Análise do índice de consistência interna alfa de *cronbach*

<i>Norma subjetiva</i>	<i>Correlação Item Total</i>	<i>Alfa de Cronbach se item removido</i>	<i>Alfa de Cronbach</i>	<i>Fiabilidade Compósita</i>
9) Os meus amigos são voluntários	0,58	0,83		
10) As pessoas que me são próximas querem que faça Voluntariado	0,64	0,82		
11) As pessoas que eu conheço partilham interesse no Voluntariado	0,71	0,81		
12) As pessoas que me são próximas valorizam o Voluntariado	0,61	0,83	0,85	0,90
13) O Voluntariado é uma atividade importante para as pessoas que conheço	0,70	0,81		
14) Eu pretendo voluntariar-me em atividades onde os meus amigos/familiares já são voluntários	0,57	0,84		

Fonte: elaboração própria

4.3.3. Escala controlo comportamental percebido

A Tabela 12 apresenta os resultados obtidos da análise fatorial exploratória das questões relativas à escala de controlo comportamental percebido. A estrutura obtida é unidimensional, existindo um

único fator representativo do conjunto dos itens obtidos. A variância total explicada do conjunto das questões é adequada (59,69%), sendo que todos os itens apresentam uma saturação fatorial adequada, variando entre 0,55 e 0,87 (Tabela 12).

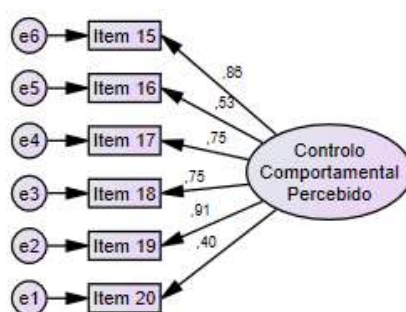
Tabela 12 - Validade fatorial do controlo comportamental percebido

<i>Escala de Controlo Comportamental Percebido</i>	<i>Fatores</i> <i>1</i>
19) No futuro estou confiante que serei capaz de fazer voluntariado	0,87
17) Acredito que tenho capacidade de me voluntariar	0,85
15) Estou confiante que serei capaz de me voluntariar	0,84
18) Estou disponível para fazer voluntariado	0,80
16) Se eu quiser posso fazer voluntariado	0,69
20) Quer eu me voluntarie ou não, sei que isso depende totalmente de mim	0,55
KMO	0,82
Teste de Bartlett (p)	1271,59 (0,00)
% de variância total	59,69%

Fonte: elaboração própria

Realizada a análise fatorial exploratória, passamos para a realização de uma análise fatorial confirmatória, de modo a confirmar a validade da estrutura unidimensional obtida. Conforme a Figura 18, verificamos que todos os itens apresentam uma carga fatorial adequada, variando entre 0,40 e 0,86.

Figura 18 – Modelo fatorial confirmatório da escala controlo comportamental percebido



Fonte: elaboração própria

Na Tabela 13, apresentam-se os índices de ajustamento obtidos da estrutura fatorial da escala de controlo comportamental percebida. Da presente tabela, verificamos que os valores de $\chi^2/df=17,83$ e de $RMSEA=0,20$ não se apresentam adequados, o que torna necessário ajustar o modelo obtido, considerando os índices de modificação propostos pelo programa *SPSS Amos*.

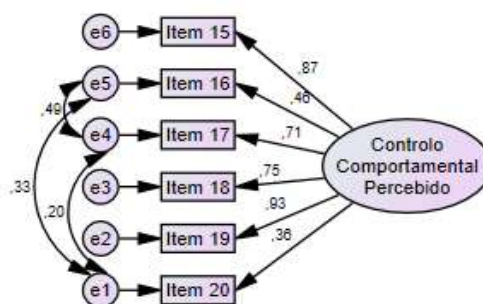
Tabela 13 - Índices de ajustamento da escala controlo comportamental percebido

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ² /gl	17,83	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,20	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,88	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,88	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,88	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

Na Figura 19 apresentamos os resultados da nova análise fatorial confirmatória com os ajustamentos adequados.

Figura 19 – Modelo fatorial confirmatório final da escala controlo comportamental percebido



Fonte: elaboração própria

Conforme a Tabela 14, é possível concluir que os índices de ajustamento se apresentam adequados, o que permite validar a estrutura fatorial relativa à escala de controlo comportamental percebido.

Tabela 14 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da escala controlo comportamental percebido

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ² /gl	3,60	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,08	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,98	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,98	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

Relativamente à fiabilidade da escala de controlo comportamental percebido, o valor de alfa de *cronbach* obtido (0,86) e o da fiabilidade compósita (0,90), apresenta-se elevado, o que permite confirmar a boa consistência interna dos itens (Tabela 15).

Tabela 15 - Análise do índice de consistência interna alfa de *cronbach*

<i>Controlo Comportamental Percebido</i>	<i>Correlação Item-Total</i>	<i>Alfa de Cronbach se item removido</i>	<i>Alfa de Cronbach</i>	<i>Fiabilidade Compósita</i>
15) Estou confiante que serei capaz de me	0,72	0,82		
16) Se eu quiser posso fazer voluntariado	0,57	0,85		
17) Acredito que tenho capacidade de me voluntariar	0,75	0,82		
18) Estou disponível para fazer voluntariado	0,68	0,83	0,86	0,90
19) No futuro estou confiante que serei capaz de	0,77	0,81		
20) Quer eu me voluntarie ou não, sei que isso depende totalmente de mim	0,43	0,87		

Fonte: elaboração própria

4.3.4. Escala objetivo de vida

Para além das escalas anteriores, foi também utilizada uma outra escala, a qual, permite avaliar o objetivo de vida. Para analisar a sua estrutura fatorial, também se recorreu a uma prévia análise fatorial exploratória. O valor de KMO obtido nesta análise ($KMO=0,88$), assim como, a significância obtida no teste de Bartlett ($Bartlett=1211,33$, $p=0,00$), permitem afirmar que os itens se apresentam corretamente correlacionados entre si, possibilitando a realização de uma análise fatorial.

Deste modo conforme podemos verificar, conforme a Tabela 16, que a estrutura fatorial obtida é unidimensional, sendo constituída, apenas, por uma única dimensão ou fator explicativo. Este fator é responsável por 55,27% da variância total.

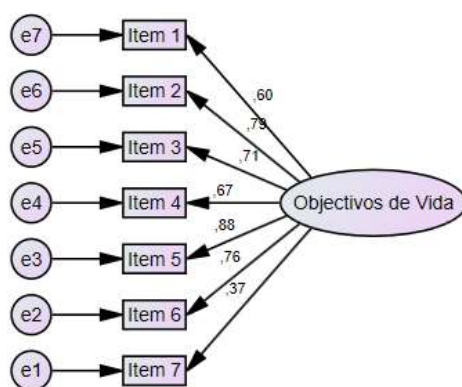
Tabela 16 - Validade fatorial do objetivo de vida

<i>Escala de Objetivo de Vida</i>	<i>Fatores 1</i>
Sentido de vida	0,87
Interesse pela Vida	0,82
Relação com o mundo	0,81
Escolha de voluntariado como modo de vida	0,77
Concretização de objetivos de vida	0,74
Atitude perante a vida	0,67
Perceção sobre suicídio	0,45
<i>KMO</i>	0,88
<i>Teste de Bartlett (p)</i>	1212,33 (0,00)
<i>% de Variância total</i>	55,27

Fonte: elaboração própria

Após a obtenção da estrutura fatorial, validaremos, a mesma, com recurso à análise fatorial confirmatória. De acordo com a Figura 20 e com a Tabela 17, podemos verificar que, apesar dos índices de ajustamento obtidos se apresentarem dentro dos intervalos de valores adequados, o item 7 apresenta um grau de saturação inferior a 0,4, sendo que, foi feita a sua exclusão e realização de uma nova análise.

Figura 20 – Modelo fatorial confirmatório da escala objetivo de vida



Fonte: elaboração própria

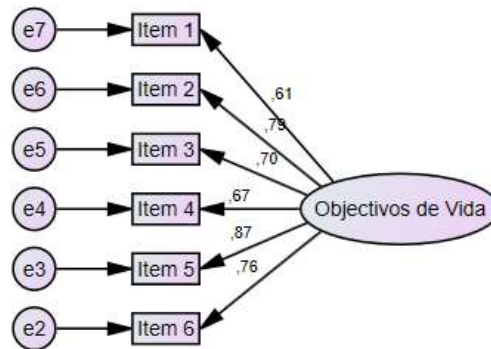
Tabela 17 - Índices de ajustamento da escala objetivo de vida

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ² /gl	3,97	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,09	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,97	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,96	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,96	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

Os coeficientes de saturação da nova análise, sem o item 7, já se apresentam adequados, variando entre 0,61 do item 1 e 0,87 do item 5 (Figura 21). Quanto aos índices de ajustamento obtidos, os mesmos apresentam-se adequados, confirmando esta estrutura como válida (Tabela 18).

Figura 21 – Modelo fatorial confirmatório final da escala objetivo de vida



Fonte: elaboração própria

Tabela 18 - Índices de ajustamento da nova estrutura fatorial da escala objetivo de vida

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ² /gl	4,98	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,09	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,97	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,97	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,96	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

No que se refere à fiabilidade da escala objetivo de vida (Tabela 19), a mesma apresenta-se adequada, considerando o valor elevado de alfa de *cronbach* obtido ($\alpha=0,87$) e da fiabilidade compósita (0,92).

Tabela 19 - Análise do índice de consistência interna alfa de *cronbach*

<i>Escala de Objetivo de Vida</i>	<i>Correlação Item Total</i>	<i>Alfa de Cronbach se item removido</i>	<i>Alfa de Cronbach</i>	<i>Fiabilidade Compósita</i>
Atitude perante a vida	0,56	0,87		
Interesse pela Vida	0,73	0,84		
Escolha de voluntariado como modo de vida	0,65	0,86		
Concretização de objetivos de vida	0,62	0,86	0,87	0,92
Sentido de vida	0,80	0,83		
Relação com o mundo	0,70	0,85		

Fonte: elaboração própria

4.3.5. Escala intenção de praticar Voluntariado

Uma vez que a presente escala, tal como as anteriores, já vistas, ainda não se encontra validada para a população portuguesa, iniciamos a análise da validade fatorial da escala, com uma análise fatorial exploratória, de forma a poder opinar sobre a estrutura da escala. Conforme podemos observar na Tabela 20, os itens da escala da intenção de praticar Voluntariado, apresentam-se correlacionados, adequadamente para ser possível realizar a análise fatorial ($KMO=0,92$, Teste de Bartlett=5022,90, $p=0,00$).

A estrutura obtida é unidimensional, sendo definida por 4 itens que explicam 67,38% da variância.

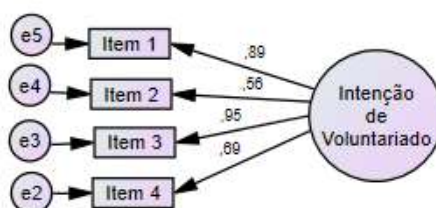
Tabela 20 - Validade fatorial da intenção de praticar Voluntariado

Escala de Intenção de praticar Voluntariado	Fatores
	1
3. Se receber algum convite para fazer Voluntariado, eu aceitarei	0,929
1. No futuro tenciono fazer Voluntariado	0,908
4. Estou muito interessado(a) em atividades de Voluntariado	0,793
2. Irei prestar mais atenção a qualquer informação sobre Voluntariado	0,682
KMO	0,76
Teste de Bartlett	881,13 (0,00)
% de variância Total	69,56%

Fonte: elaboração própria

Após a análise fatorial exploratória, confirmaremos a estrutura obtida, de acordo com uma análise fatorial confirmatória. Conforme podemos verificar na Figura 22, todos os itens apresentam uma carga fatorial superior a 0,40, com o fator que representam, variando entre 0,56 do item 2 e 0,95 do item 3. Segundo a Tabela 21, verificamos que o modelo se apresenta devidamente ajustado e validado, considerando os índices de ajustamento obtidos dentro dos intervalos ideais.

Figura 22 – Análise fatorial confirmatória da escala intenção de praticar Voluntariado



Fonte: elaboração própria

Tabela 21 - Índices de ajustamento da escala intenção de praticar Voluntariado

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ² /gl	2,52	Razoável – Entre 2 e 5
RMSEA	0,06	Bom ajustamento – 0,05 a 0,10
CFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90
GFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90
NFI	0,99	Ajustamento muito bom- >0,90

Fonte: elaboração própria

No que se refere à fiabilidade de cada umas das escalas podemos verificar que, de acordo com a Tabela 22, a escala apresenta uma adequada fiabilidade, considerando os valores adequados do índice de consistência interna alfa de *cronbach* (0,85) e da fiabilidade compósita (0,91).

Tabela 22 - Análise do índice de consistência interna alfa de *cronbach*

<i>Intenção de praticar Voluntariado</i>	<i>Correlação correta item-total</i>	<i>Alfa de Cronbach se item removido</i>	<i>Alfa de Cronbach</i>	<i>Fiabilidade Compósita</i>
1. No futuro tenciono fazer voluntariado	0,81	0,76		
2. Irei prestar mais atenção a qualquer informação sobre	0,51	0,88		
3. Se receber algum convite para fazer voluntariado, eu	0,85	0,74	0,85	0,91
4. Estou muito interessado(a) em atividades de	0,63	0,84		

Fonte: elaboração própria

4.4. Validade convergente e divergente

Em relação à validade convergente, conforme podemos verificar no valor de variância extraída média (VEM), na Tabela 23, todas as escalas de medida analisadas apresentam uma adequada validade convergente, considerando o valor de VEM>0,50.

Quanto à validade divergente ou discriminante, notamos que todas as escalas apresentam uma adequada validade divergente, dado que o valor de VEM obtido é sempre superior ao quadrado do produto da correlação entre as escalas.

Tabela 23 – Validade convergente e divergente das escalas

	1	2	3	4	5
1- Intenção de Voluntariado	0,73a				
2- Norma Subjetiva	0,27b	0,61a			

3- Atitude	0,26b	0,18b	0,72a		
4 - Controlo Comportamental percebido	0,53b	0,30b	0,25b	0,61a	
5 - Objetivos de Vida	0,03b	0,04b	0,01b	0,07b	0,67a

a³⁷ - Variância Extraída Média (VEM)

b – Quadrado da correlação

Fonte: elaboração própria

4.5. Análise descritiva das escalas

De acordo com a Tabela 24 notamos que, numa escala de 1 a 5 pontos, existe uma boa intenção para praticar Voluntariado (M=3,47), bem como, uma boa atitude (M=4,41) e um bom controlo comportamental percebido (M=3,98). Apenas a perceção de norma subjetiva se apresenta mais reduzida (M=2,71). Já a escala de 1 a 7 pontos, relativa ao objetivo de vida, aponta para uma média de 4,99.

De acordo com a significância obtida no teste de normalidade *Kolgomorov-Smirnoff*, os resultados de todas a escalas não assumem uma distribuição normal. Porém, de acordo com os valores de simetria obtidos (distribuição simétrica) nas escalas intenção para praticar Voluntariado e norma subjetiva, estes resultados tendem para uma distribuição normal, o que possibilita a utilização de testes paramétricos nas análises posteriores. Acresce, ainda, o facto, da dimensão da amostra ser bastante elevada (>30 elementos) o que, de acordo com o teorema do limite central, valida o recurso a testes paramétricos (Hill & Hill, 2009).

Tabela 24 – Valores das medidas de estatística descritiva

<i>Escalas (n=404)</i>	<i>Média (M)</i>	<i>Desvio Padrão (DP)</i>	<i>Mínimo (Min)</i>	<i>Máximo (Máx)</i>	<i>Simetria /Erro de Simetria</i>	<i>Curtose /Erro de Curtose</i>	<i>K-S (p)</i>
Intenção de Voluntariado	3,47	0,92	1,14	5,00	-0,06/0,12*	- 0,74/0,24**	0,08 (0,00)
Norma Subjetiva	2,71	0,82	1,00	5,00	0,05/0,12*	- 0,43/0,24**	0,05 (0,01)
Atitude	4,41	0,61	1,50	5,00	-1,26/0,12*	1,68/0,24**	0,18 (0,00)
Controlo Comportamental	3,98	0,90	1,00	5,00	0,66/0,12*	- 0,29/0,24**	0,17 (0,00)
Objetivos de vida	4,99	1,02	1,00	7,00	-0,70/0,12	0,65/0,24	0,10 (0,00)

³⁷ Os valores do VEM das respetivas escalas já haviam sido calculados anteriormente.

*Intenção de Voluntariado (Coeficiente de Simetria=0,50); Norma Subjetiva (coeficiente de Simetria=0,42); Atitude (Coeficiente de Simetria=7,00); Controlo Comportamental Percebido (Coeficiente de Simetria=5,50); Objetivos de vida (Coeficiente de Simetria=-5,83).

** Intenção de Voluntariado (Coeficiente de Curtose =3,08); Norma Subjetiva (coeficiente de Curtose =1,79); Atitude (Coeficiente de Curtose =7,00); Controlo Comportamental Percebido (Coeficiente de Curtose =1,20); Objetivos de Vida (Coeficiente de Curtose=2,71)

Fonte: elaboração própria

4.5.1. Diferenças por sexo

Analisando os resultados obtidos, em cada uma das escalas utilizadas, podemos verificar que, em relação ao sexo:

- existem diferenças significativas entre homens e mulheres relativamente à intenção para praticar o Voluntariado ($t=6,00$, $p=0,00$), sendo, a mesma, superior nas mulheres;
- a perceção da norma subjetiva é significativamente superior nas mulheres ($t=1,85$, $p=0,07$);
- as mulheres apresentam maior atitude que os homens ($t=3,76$, $p=0,00$);
- o controlo comportamental percebido é semelhante entre os dois sexos, dada a ausência de diferenças estatisticamente significativas ($t=1,42$, $p=0,16$);
- o objetivo de vida não varia de modo significativo entre homens e mulheres ($t=1,73$, $p=0,09$).

Tabela 25 - Resultados das escalas utilizadas em função do sexo

Escalas	Sexo				t	p
	Feminino (n=222)		Masculino (n=182)			
	M	DP	M	DP		
Intenção de Voluntariado	3,70	0,90	3,17	0,85	6,00	0,00
Norma Subjetiva	2,78	0,85	2,62	0,78	1,85	0,07
Atitude	4,52	0,58	4,29	0,63	3,76	0,00
Controlo Comportamental Percebido	4,04	0,93	3,91	0,86	1,42	0,16
Objetivos de Vida	5,07	1,00	4,89	1,02	1,73	0,09

Fonte: elaboração própria

4.5.2. Diferenças por idade

De acordo com a Tabela 26, é possível salientar que:

- existe associação entre a intenção de praticar Voluntariado e a idade dos participantes ($F=2,32$, $p=0,03$), sendo que, de acordo com o teste *post hoc* de LSD, é significativamente superior a intenção de praticar Voluntariado dos participantes com idade entre 18 e 20 anos, comparativamente aos que têm entre 24 e 26 anos ($p=0,04$), 27 a 29 anos ($p=0,00$) e 30 a 32 anos ($p=0,02$). Por fim, as intenções são muito semelhantes em relação aos inquiridos mais novos (15 a 17 anos) ($p=0,90$), 21 a 23 anos ($p=0,20$) e aos mais velhos (33 a 35 anos) ($p=0,09$).
- a atitude dos participantes com idade entre 21 e 23 anos é significativamente superior à dos inquiridos com idade entre 24 e 26 anos ($p=0,01$), 27 e 29 anos ($p=0,02$) e 30 e 32 anos ($p=0,00$), sendo semelhante em relação aos que têm entre 18 a 20 anos ($p=0,85$), 15-17 anos ($p=0,56$) e 33-35 anos ($p=0,06$).
- em relação à idade, não existe também associação significativa com a perceção sobre o objetivo de vida ($F=0,36$, $p=0,91$), não existindo, como tal, diferenças ao nível dos objetivos entre os participantes de diferentes idades.

Tabela 26 - Resultados das escalas utilizadas em função da idade

Escalas Voluntariado	Idade														F	p
	15 a 17 anos		18 a 20		21 a 23		24 a 26		27 a 29		30 a 32		33 a 35			
	(n=4)		anos		anos		anos		anos		anos		anos			
			(n=87)		(n=173)		(n=71)		(n=32)		(n=12)		(n=25)			
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP		
Intenção de Voluntariado	3,75	0,64	3,69	0,94	3,54	0,89	3,39	0,84	3,17	0,89	3,04	0,82	3,34	0,83	2,32	0,03
Norma Subjetiva	2,45	1,06	2,71	0,83	2,74	0,85	2,68	0,80	2,51	0,68	2,67	0,86	2,87	0,76	0,57	0,75
Atitude	4,68	0,62	4,50	0,54	4,52	0,54	4,26	0,71	4,21	0,63	3,93	0,81	4,28	0,68	4,23	0,00
Controlo Comportamental	4,37	0,75	4,05	0,86	4,09	0,88	3,83	0,93	3,67	0,83	3,54	1,28	3,90	0,85	2,15	0,04
Objetivos de Vida	5,04	1,15	4,97	1,15	5,02	0,97	5,05	0,99	4,76	0,79	5,00	1,22	4,93	1,16	0,36	0,91

Fonte: elaboração própria

4.5.3. Diferenças por frequência ou não no Ensino Superior

Pela observação da Tabela 27, também se constata que não existe associação entre nenhuma das escalas e o facto de os participantes serem estudantes do Ensino Superior, tendo em conta que o nível de significância é sempre superior a 5% ($p>0,05$).

Tabela 27 - Resultados das escalas utilizadas em função da frequência ou não no Ensino Superior

Escalas Voluntariado	Jovens do Ensino Superior ou não				t	p
	Não (n=34)		Sim (n=370)			
	M	DP	M	DP		
Intenção de Voluntariado	3,28	0,80	3,51	0,91	-1,44	0,15
Norma Subjetiva	2,78	0,83	2,71	0,83	0,48	0,63
Atitude	4,29	0,75	4,43	0,61	-1,22	0,22
Controlo Comportamental Percebido	3,93	0,71	3,99	0,92	-0,38	0,71
Objetivos de Vida	5,36	0,95	4,95	1,02	2,25	0,03

Fonte: elaboração própria

4.5.4. Diferenças por Habilitações Literárias

De acordo com a Tabela 28 não existem diferenças significativas, por assinalar, na intenção de praticar Voluntariado entre as diferentes habilitações literárias ($p>0,05$), assim como, no que se refere aos seus fatores explicativos, como a atitude ($p=0,31$), a norma subjetiva ($p=0,26$), o controlo comportamental percebido ($p=0,93$) e os objetivos de vida ($p=0,19$).

Tabela 28 - Resultados das escalas utilizadas em função das habilitações literárias

Escalas	Habilitações Literárias										F	p
	Doutoramento		Licenciatura		Mestrado		Mestrado		Pós-			
	(n=4)		(n=271)		(n=77)		Integrado		Graduação			
	(n=3)											
	M	Dp	M	Dp	M	Dp	M	Dp	M	Dp		
Intenção de praticar Voluntariado	3,44	0,97	3,52	0,92	3,46	0,89	3,53	0,80	3,08	0,14	0,30	0,88
Norma Subjetiva	2,75	1,03	2,80	0,81	2,92	0,77	2,83	0,76	2,89	0,98	1,33	0,26
Atitude	3,94	1,36	4,44	0,60	4,36	0,59	4,64	0,49	4,67	0,14	1,20	0,31
Controlo											0,22	0,93
Comportamental Percebido	3,75	0,56	3,77	0,86	3,58	0,81	3,57	0,99	2,89	0,09		
Objetivo de Vida	5,04	0,94	4,98	1,00	4,94	1,06	5,07	1,00	3,72	0,25	1,55	0,19

Fonte: elaboração própria

4.6. Estatística inferencial – teste de hipóteses e modelo de equações estruturais

De modo a analisar a qualidade das relações entre a intenção de praticar Voluntariado e as variáveis que podem contribuir ou prever para esta, e testar as hipóteses levantadas para o presente trabalho, foram analisados e ajustados dois modelos de equações estruturais³⁸ de acordo com a construção de um diagrama de caminhos (*path analysis*) de relações causais. O primeiro modelo por nós utilizado, equivale ao modelo original em que nos baseamos, do trabalho de Sallam, Safizal e Osman (2015); já o modelo por nós proposto, resulta do anterior, alterado e ampliado com a introdução da variável objetivo de vida, a qual, já foi apresentada como fator significativo para a intenção de voluntariado no estudo de Law e Shek (2009).

Antes de analisar o primeiro modelo de regressão linear múltipla proposto, analisamos as correlações entre as variáveis em estudo, tendo-se constatado conforme a Tabela 29, que todos os fatores – objetivo de vida ($r=0,17$, $p<0,01$), norma subjetiva ($r=0,52$, $p<0,01$), atitude ($r=0,51$, $p<0,01$) e controlo comportamental percebido ($r=0,73$, $p<0,01$), se apresentam correlacionados, de modo significativo, com a intenção de praticar Voluntariado. Porém, uma vez que estes efeitos são isolados, para cada fator, e não controlados pelos demais, é fundamental desenvolver um modelo de regressão linear múltipla e proceder à sua validação, no sentido de compreender o efeito conjunto dos vários fatores na intenção para praticar Voluntariado.

Tabela 29 – Matriz de correlações de Pearson entre as variáveis em estudo

	<i>Norma Subjetiva</i>	<i>Atitude</i>	<i>Objetivos de Vida</i>	<i>Intenção de Voluntariado</i>	<i>Controlo Comportamental Percebido</i>
Norma Subjetiva	1				
Atitude	0,42**	1			
Objetivo de Vida	0,21**	0,06 (n.s)	1		
Intenção de praticar Voluntariado	0,52**	0,51**	0,17**	1	
Controlo Comportamental Percebido	0,55**	0,50**	0,26**	0,73**	1

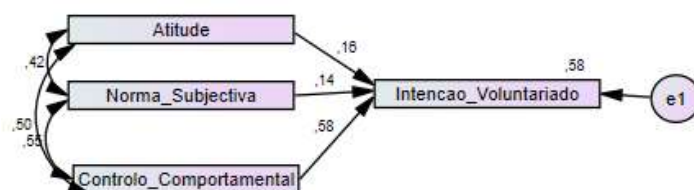
** $p<0,01$; n.s – não significativo

Fonte: elaboração própria

³⁸ A análise de modelos de equações estruturais (AMEE) é uma técnica de modelagem, utilizada para testar a validade de modelos teóricos que definem relações causais, hipotéticas, entre variáveis, sendo uma característica única da AMEE a possibilidade de considerar vários tipos de variáveis, simultaneamente. (Marôco, 2010). O modelo de equações estruturais (MEE) constitui um modelo linear que estabelece relações entre variáveis manifestas e latentes do estudo, podendo aquele ser organizado em dois submodelos de acordo com a estrutura relacional entre as variáveis, nomeadamente, o submodelo de medida e o submodelo estrutural. (Marôco, 2010). O MEE pertence a uma classe de modelos estatísticos designados de modelo reflexivos. Nestes, as variáveis latentes refletem-se nas variáveis manifestas, estando estas codificadas na mesma direção concetual, sendo positiva a correlação entre variáveis. Já nos modelos formativos, as variáveis latentes são um compósito das variáveis manifestas, podendo estas estar correlacionadas, negativa ou positivamente, não precisando de estar codificadas na mesma dimensão concetual. (Marôco, 2010).

Assim, de acordo com a Figura 23 e a Tabela 30, podemos verificar que o primeiro modelo de equações estruturais se apresenta totalmente identificado, uma vez que os graus de liberdade obtidos são igual a zero. Neste sentido, são apenas apresentados os índices de ajustamento que é possível calcular, no caso de um modelo totalmente identificado. Os índices obtidos apresentam-se obviamente ajustados. Contudo, é importante salientar que este tipo de modelos exige elevada precaução de análise, em especial, no que se refere à generalização de resultados (Weston & Gore, 2006; Hair et al. 2010).

Figura 23 – Primeiro modelo de equações estruturais



Fonte: elaboração própria

Tabela 30 – Índice de ajustamento do primeiro modelo

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ²	103,84	Modelo Identificado
gl	0,00	
X ² /gl	0,00	
RMR	0,00	Ajustamento Perfeito
GFI	1,00	Ajustamento Perfeito
CFI	1,00	Ajustamento Perfeito
NFI	1,00	Ajustamento Perfeito

Fonte: elaboração própria

Conforme a Tabela 31, verificamos que a norma subjetiva ($b=0,15$, $p<0,001$), a atitude ($b=0,24$, $p=0,00$) e o controlo comportamental percebido ($b=0,61$, $p<0,001$) influenciam, de modo significativo, a intenção de praticar Voluntariado. Neste caso, nota-se que há um aumento da percepção da norma subjetiva, que equivale a um aumento de 0,15 pontos na média da intenção de praticar Voluntariado, que aumentando a atitude, aumenta a intenção de praticar Voluntariado em 0,24 pontos, e que um maior controlo percebido, acarreta um aumento de 0,61 pontos na média da intenção de praticar Voluntariado.

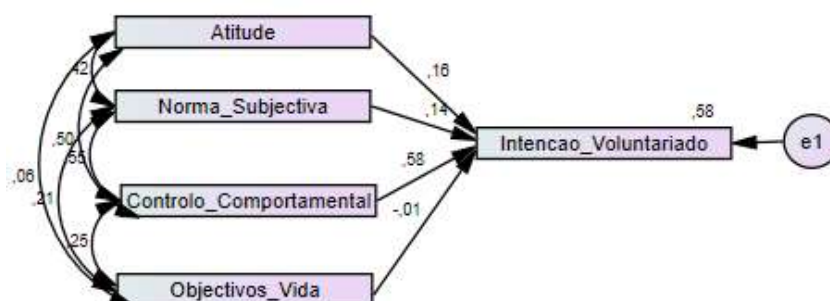
Tabela 31 - Relação entre as variáveis independentes e dependente

<i>Variável Independente</i>	<i>Variável Dependente</i>	<i>Beta não estandardizado</i>	<i>Beta Estandarizado</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Norma Subjetiva	Intenção de praticar Voluntariado	0,15	0,14	3,45	0,00
Atitude	Intenção de praticar Voluntariado	0,24	0,16	4,30	0,00
Controlo Comportamental Percebido	Intenção de praticar Voluntariado	0,61	0,58	13,86	0,00

Fonte: elaboração própria

Quanto ao segundo modelo, de acordo com a Figura 24 e a Tabela 32, podemos verificar que o modelo de equações estruturais se apresenta totalmente identificado, uma vez que os graus de liberdade obtidos são igual a zero. Neste sentido, são apenas apresentados os índices de ajustamento, que é possível calcular no caso de um modelo totalmente identificado. Os índices obtidos apresentam-se obviamente ajustados.

Figura 24 – Segundo modelo de equações estruturais



Fonte: elaboração própria

Tabela 32 - Índice de ajustamento do modelo global de estudo

<i>Índice de Ajustamento</i>	<i>Valor</i>	<i>Classificação</i>
X ²	65,76	Modelo Identificado
gl	0,00	
X ² /gl	0,00	
RMR	0,00	Ajustamento Perfeito
GFI	1,00	Ajustamento Perfeito
CFI	1,00	Ajustamento Perfeito
NFI	1,00	Ajustamento Perfeito

Fonte: elaboração própria

Conforme a Tabela 33, verificamos que a norma subjetiva ($b=0,15$, $p<0,001$), a atitude ($b=0,24$, $p=0,00$) e o controlo comportamental percebido ($b=0,61$, $p<0,001$) influenciam, de modo significativo, a intenção de praticar Voluntariado. Neste caso, nota-se que há um aumento da percepção da norma subjetiva, o que equivale a um aumento de 0,15 pontos na média da intenção de praticar Voluntariado, que, aumentando a atitude, aumenta a intenção de praticar Voluntariado, em 0,24 pontos e que, um maior controlo comportamental percebido, acarreta um aumento de 0,61 pontos na média da intenção de praticar Voluntariado.

O objetivo de vida não apresenta um contributo significativo para a intenção de praticar Voluntariado ($b=-0,01$, $p=0,66$), não contribuindo, também, para mudanças significativas no modelo e na influência das restantes variáveis.

Tabela 33 – Teste de hipóteses

<i>Variável Independente</i>	<i>Variável Dependente</i>	<i>Beta não estandardizado</i>	<i>Beta Estandardizado</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>Observações</i>
Norma Subjetiva	Intenção de Voluntariado	0,15	0,14	3,45	0,00	H2 – Confirmada
Atitude	Intenção de Voluntariado	0,24	0,16	4,22	0,00	H1 – Confirmada
Controlo Comportamental Percebido	Intenção de Voluntariado	0,61	0,58	13,68	0,00	H3 – Confirmada
Objetivos de Vida	Intenção de Voluntariado	-0,01	-0,01	-0,44	0,66	H4 – Rejeitada

Fonte: elaboração própria

Por fim, conforme a Tabela 34, observamos que, no modelo 1, o conjunto das variáveis explica 58,0% da intenção de praticar Voluntariado e, no modelo 2 (modelo global), apresenta uma percentagem de variação quase idêntica, explicando 58%. Considerando este modelo, verificamos que as hipóteses 1, 2 e 3 são confirmadas, uma vez que só as variáveis atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido influenciam, de modo significativo, a intenção de praticar Voluntariado. O objetivo de vida não influencia a intenção de praticar Voluntariado.

Tabela 34 - Quadro resumo da % de variância das variáveis independentes e dependente

<i>Modelo</i>	<i>Variável Independente</i>	<i>Variável Dependente</i>	<i>Observações</i>
1 (Replicação do modelo de Sallam, Safizal & Osman, 2015)	Norma Subjetiva		As variáveis atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido e objetivo de vida explicam 58% ($r^2=0,58$)
	Atitude	Intenção de praticar Voluntariado	
	Controlo Comportamental Percebido		

2 (Melhoria do Modelo de Sallam, Safizal & Osman, 2015, ampliado com a variável objetivo de vida do modelo de Law & Shek, 2009)	Norma Subjetiva		As variáveis atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido e objetivo de vida explicam 58% ($r^2=0,58$). Apenas se confirmam as hipóteses 1, 2 e 3
	Atitude	Intenção de praticar Voluntariado	
	Controlo Comportamental Percebido		
	Objetivo de Vida		

Fonte: elaboração própria

4.7. Discussão dos resultados

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar e medir os possíveis antecedentes da intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses.

Para o efeito, foram recolhidos dados de uma amostra válida de 404 jovens portugueses, com idade compreendidas entre os 15 e os 35 anos, na sua maioria do sexo feminino, e que frequentam o ensino superior.

Foram utilizadas escalas de medida, com o intuito de analisar a opinião dos participantes em relação à intenção de praticar Voluntariado, assim como, em relação aos fatores que a podem influenciar, como a atitude, o controlo comportamental percebido, a norma subjetiva e o objetivo de vida. Antes de proceder à análise dos resultados obtidos, em termos descritivos e comparativos, testamos a validade e a fiabilidade das escalas de medida utilizadas. Relativamente à escala da intenção de praticar Voluntariado, foi obtida uma estrutura fatorial unidimensional, constituída por 4 itens. Esta estrutura é semelhante à obtida, anteriormente, no estudo de Sallam, Safizal e Osman (2015). Também foi possível constatar que a fiabilidade da escala se apresenta adequada, tal como já se tinha verificado anteriormente no estudo de Sallam, Safizal e Osman (2015).

Para as restantes escalas de atitude, controlo comportamental percebido e norma subjetiva, foi também obtida uma estrutura unidimensional, definida pelo mesmo número de fatores, já anteriormente verificados no estudo de Sallam, Safizal e Osman (2015). Os resultados adequados da análise fatorial confirmatória, permitiram confirmar que a sua validade fatorial e fiabilidade também se apresentaram adequadas.

Para além destas escalas, neste estudo, também foi por nós utilizada, a escala objetivo de vida. Esta consistiu numa versão de 7 itens, já anteriormente utilizada por Law e Shek (2009), num estudo que serviu de referência ao modelo, por nós desenvolvido, com a introdução do objetivo de vida, como mais um fator explicativo da intenção de praticar Voluntariado. Uma vez que a presente escala ainda não se encontra validada para a população portuguesa, efetuamos uma análise

fatorial exploratória, com o objetivo de verificar qual a estrutura fatorial a obter, a partir do conjunto dos 7 itens. O resultado obtido identifica uma estrutura unidimensional, com todos os itens agrupados no fator, que denominamos de objetivo de vida. A análise confirmatória também permitiu confirmar a validade desta escala e, em termos de fiabilidade fatorial, a mesma também se apresentou adequada considerando, o valor elevado e adequado de alfa de *cronbach*.

A análise dos resultados obtidos, em termos gerais, revela que os jovens portugueses apresentam uma boa intenção de praticar Voluntariado. Dos principais fatores que consideramos estarem associados à intenção de praticar Voluntariado, destacamos, como o mais elevado, o controlo comportamental percebido. Já a importância que os jovens dão à opinião dos seus amigos e familiares, avaliada pela escala norma subjetiva, é mais reduzida, o que parece revelar que os jovens não conferem tanto valor a este aspeto.

No que respeita ao sexo dos jovens, este, apenas está associado à intenção de praticar Voluntariado, assim como com a opinião que apresentam do Voluntariado (atitude perante o Voluntariado), sendo as mulheres que apresentam valores mais elevados. A atitude, perante o trabalho voluntário é normal ser superior nas mulheres, conforme já referiram anteriormente os autores Ellis, et al. (2009) e Ribaric, Dadic e Nad (2014).

Também nos estudos de Mesch, Rooney, Steinberg e Denton (2006), Einolf e Chambré (2011) e Barbedo e Bandeira (2015) se destacam mais as mulheres do que os homens, no que se refere à prática de Voluntariado assim como, no número de horas que dão ao Voluntariado. Também outro conjunto de autores (Rokach & Wanklyn, 2009; Chapman & Morley, 1999; Fletcher & Major, 2004) referem o maior envolvimento e motivação das mulheres, para a prática do Voluntariado.

Porém, é importante ter em conta que as diferenças entre os sexos não devem ser generalizadas, uma vez que a intenção de praticar Voluntariado é, geralmente, avaliada, considerando uma série de aspetos. Alguns destes destacam-se mais nas mulheres, como é o caso da prestação de cuidados médicos e visitas a doentes e ao domicílio e participação na organização de atividades de beneficiação (Ribaric, Dadic & Nad, 2014). Já Musick e Wilson (2008) afirmam que é mais comum os homens participarem em atividades voluntárias de desporto e recreação e as mulheres, em Voluntariado em organizações educacionais, religiosas, e de serviços humanos.

De acordo com Romão, Gaspar Correia e Amaro (2001), os quais, mencionam dados estatísticos do Instituto de Ciências Sociais relativos à prática do Voluntariado, podemos afirmar que existe um número superior de voluntários mais novos ou com idade inferior a 20 anos.

Relativamente às diferenças entre os estudantes que frequentam o Ensino Superior e os que não o frequentam, apenas se assinalam diferenças ao nível do objetivo de vida dos estudantes. Consta-se que os participantes que não são estudantes do Ensino Superior apresentam um objetivo de vida superior aos estudantes que frequentam o Ensino Superior. Esta escala, desenvolvida por Law e Shek (2009), apresenta uma componente fortemente existencial, tendo

em conta as suas questões relacionadas com a percepção do sentido de vida, concretização de objetivos, escolha do mundo para viver, relação com o mundo e recurso ao suicídio, como forma de resolução de problemas. É possível, considerando as afirmações de Frankl (2000), relativas à importância da participação em atividades produtivas e criativas, experiências humanas positivas e resolução de situações negativas e adversas, e também de Yalom (1980) que se refere a crenças religiosas, existência de valores transcendentais, participação em grupos ou associações, dedicação a causas sociais e estabelecimento de objetivos de vida, em concreto para uma maior percepção de sentido de vida, que os participantes do nosso estudo, que não frequentam o Ensino Superior, nem têm este tipo de vivência, tenham presentes algumas destas características e aspetos que lhes permitam desenvolver um maior sentido e objetivo de vida.

Por sua vez, as habilitações literárias dos jovens que frequentam o Ensino Superior, não parecem estar associadas nem à intenção que os estudantes têm para praticar Voluntariado, nem no que se refere à atitude perante o mesmo. Sob o mesmo ponto de vista, a percepção que têm da opinião e aceitação dos outros, a forma como percebem o controlo comportamental percebido, bem como, com os objetivos de vida que apresentam, também não parecem estar associadas nem à intenção que os estudantes têm para praticar Voluntariado. Assim, concluímos que, o facto dos estudantes terem um nível superior ou inferior de habilitações literárias, ao nível do Ensino Superior, não parece influenciar, de modo significativo, a sua intenção para participar em ações e atividades de Voluntariado, assim como, na atitude verificada para com o mesmo, no controlo comportamental percebido, nos seus objetivos de vida e também na opinião relativa à aceitação dos outros.

Após analisar os resultados obtidos na intenção de praticar Voluntariado, assim como, na atitude perante o Voluntariado, a existência da norma subjetiva, do controlo comportamental percebido e do objetivo de vida, no geral, assim como no que se refere à diferença por sexo, idade e frequência do Ensino Superior, apresentaremos os resultados relativos ao teste das hipóteses propostas para a nossa investigação. Para o efeito, recorreremos a dois modelos de equações estruturais no sentido de analisar as relações entre as variáveis.

Quanto à influência da atitude perante o Voluntariado, na intenção de o praticar, verifica-se que a mesma é significativa, nos dois modelos em estudo, sendo previsível um aumento da intenção, de acordo com uma maior atitude. Este resultado permite confirmar a hipótese 1 (H1): a atitude tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses. Esta relação já tinha sido verificada no modelo de Sallam, Safizal e Osman (2015).

Relativamente à hipótese 2 (H2): a norma subjetiva tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses, notamos que a percepção que os jovens têm sobre a importância dos amigos na sua vida e a tomada de decisões, influencia a intenção de praticar Voluntariado, que tende a aumentar, de modo significativo. Tal resultado foi obtido nos dois modelos ajustados, e, também, no modelo desenvolvido por Sallam, Safizal e Osman (2015) que serviu de base ao nosso estudo. Também, já anteriormente, outros autores

tinham mencionado a influência positiva da norma subjetiva e a intenção de praticar Voluntariado (Bekkers, 2007; Casaló, Flavián & Guinalíu (2010); Gasiorek & Giles, 2013; Hyde & Knowles, 2013).

A percepção que os estudantes têm sobre a sua capacidade realizar um comportamento também influencia, de modo positivo, a intenção de praticar Voluntariado, contribuindo para o seu aumento, o que permite a confirmação da hipótese 3 (H3): o controlo comportamental percebido tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses, resultados também obtidos no estudo realizado por Sallam, Safizal e Osman (2015). Também outros estudos (Okun & Sloane, 2002; Fuller, 2012; Ko et al., 2004; Edwards et al., 2001) referem o contributo significativo do controlo comportamental percebido nas intenções de praticar Voluntariado.

Por fim, notamos que o objetivo de vida não influencia significativamente a intenção de praticar Voluntariado entre esta amostra de jovens portugueses, o que não nos permite confirmar a hipótese 4 (H4): o objetivo de vida tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado. Esta ausência de relação significativa contraria os resultados obtidos no estudo de Law e Shek (2009), no qual, nos baseamos para introduzir a variável objetivo de vida no modelo global. É importante, contudo, verificar que no estudo de Law e Shek (2009), a influência dos objetivos de vida foi analisada, isoladamente, e não em conjunto com outros fatores. Tal facto, poderá ter levado a que, no nosso estudo, esta variável não apresente um impacto significativo, tendo em conta a grande influência de todas as outras variáveis (atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido) na intenção de praticar Voluntariado. Também acresce o facto de, no estudo de Law e Shek (2009), ter sido realizado com uma amostra com características distintas da nossa, uma vez que se travavam de adolescentes chineses com uma média de 15 anos, cujas percepções de objetivo de vida podem ser totalmente diferentes das dos participantes do nosso estudo. Concluimos, assim, que esta variável tem um peso não significativo, não acrescentando praticamente nada ao modelo originalmente proposto por Sallam, Safizal e Osman (2015).

Para concluir, foi possível validar a maioria das hipóteses levantadas e fundamentalmente o modelo de Sallam, Safizal e Osman (2015). A influência do objetivo de vida não foi confirmada com significância.

Considerações e conclusões finais

Neste capítulo abordamos as considerações finais sobre a análise de antecedentes da intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses, para além da evidência da contribuição deste estudo para a área do Voluntariado (Jovem). Apresentaremos, ainda, um conjunto de recomendações para a gestão, para além das limitações deste trabalho e sugestões para investigações futuras.

Conclusão geral

Nesta dissertação procurámos criar conhecimento sobre os antecedentes da intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses, através de um prévio enquadramento acerca do tema. Consideramos, portanto, que o objetivo referente à descrição e análise crítica dos conceitos teóricos de Voluntariado, jovem, atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido, objetivo de vida e intenção comportamental foram conseguidos.

No que diz respeito ao estudo empírico realizado, esta investigação conseguiu extrair alguns resultados válidos e interessantes, sobretudo, a nível nacional, podendo, eventualmente, contribuir cientificamente para a comunidade académica, organizações sem fins lucrativos, entre outros. Foram investigados determinados antecedentes da intenção de praticar Voluntariado, a partir do modelo teórico identificado neste trabalho, baseado em dois estudos. Para além disso, relacionamos variáveis latentes antecedentes, como possíveis antecedentes, com a variável intenção de praticar Voluntariado, entre uma amostra de jovens portugueses, pelo que se conclui ter sido alcançado mais um objetivo deste trabalho.

Por outro lado, as relações entre as variáveis foram analisadas, através do teste das hipóteses operacionais propostas, aferidas com recurso a uma metodologia de equações estruturais. De modo conclusivo, os antecedentes atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido, têm influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado, entre os jovens portugueses. Pelo contrário, verificamos que o antecedente objetivo de vida não influencia, de modo significativo, a intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses. Face ao exposto, o terceiro objetivo foi cumprido.

Por fim, e ainda em termos de resultados, as variáveis deste estudo foram investigadas, cruzando-as do ponto de vista sociodemográfico. Primeiramente, em relação às diferenças por sexo, verificamos que as mulheres têm maior intenção de praticar o Voluntariado do que os homens, e são os antecedentes atitude e norma subjetiva que mais as influenciam. Relativamente à idade, os jovens portugueses com maior intenção de praticar Voluntariado têm entre 21 e 23 anos e, em termos de frequência no Ensino Superior, são os estudantes que o frequentam, que têm maior intenção de praticar Voluntariado. No que diz respeito ao facto dos jovens terem um nível superior ou inferior de habilitações literárias, ao nível do Ensino Superior, não parece influenciar, de modo

significativo, a sua intenção de praticar Voluntariado. Assim, verificamos que os quatro objetivos, inicialmente definidos neste trabalho, foram cumpridos com sucesso.

Como resultado do trabalho desenvolvido, apresentamos, de seguida, uma síntese de conclusões e implicações teóricas e práticas deste estudo.

Síntese de conclusões e implicações gerais teóricas do estudo

No decorrer desta investigação procuramos trabalhar com o objetivo de contribuir para um estudo científico na área do Voluntariado Jovem, particularmente, na identificação de possíveis antecedentes da intenção de o praticar.

Num primeiro momento, fizemos um enquadramento do Terceiro Setor, ao qual, o Voluntariado pertence, apresentando o seu contexto e os vários conceitos e designações existentes, tendo concluído que as organizações incluídas neste setor envolvem cinco características: organizadas, privadas, sem fins lucrativos; de autogestão e voluntárias (Salamon & Anheier, 1997; Corry, 2010).

Neste contexto, apresentamos o carácter plurifacetado da problemática de Voluntariado, consoante os contextos geográficos, históricos, políticos e enquadramento legal. O Voluntariado, segundo Wilson (2000), pode ser qualquer atividade onde o voluntário oferece o seu tempo, de forma livre, em prol de outra pessoa, grupo ou organização.

Posteriormente, abordamos a evolução do Voluntariado, em contexto mundial e português, considerando pertinente abordar os tipos de Voluntariado existentes. Para além disto, ainda fizemos o enquadramento dos níveis de atuação do Voluntariado pelo Mundo, a nível internacional, europeu e nacional, com base em dados estatísticos e exemplos concretos de alguns países. Como a nossa amostra é portuguesa, apresentamos três exemplos de organizações onde se pode praticar Voluntariado, em Portugal.

Do geral para o particular, apresentamos as principais definições de voluntário, sendo que a que se destaca é a da ONU³⁹, onde se refere que o voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem qualquer remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou de outros campos. Ainda sobre o voluntário, abordamos o seu enquadramento legal e apresentamos alguns dos direitos e deveres dos voluntários, em Portugal. Como o foco deste trabalho é o Voluntariado Jovem, definimos o conceito e demarcamos a faixa etária, que se aplica melhor, à realidade portuguesa. A participação dos voluntários e jovem numa Sociedade global, também constituiu outro ponto na revisão da literatura.

³⁹ Recuperado do website Nações Unidas no Brasil, a 2016-04-07, em <https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>

Sobre os antecedentes da intenção de realizar um comportamento, chegamos à conclusão de que a TCP é uma extensão da TAR, em termos de evolução concetual, envolvendo três precedentes: a atitude em relação ao comportamento, a norma subjetiva e o controlo comportamental percebido.

Nesse sentido, foram descritas cada uma das variáveis: 1) a atitude é o afeto pró ou contra um objeto psicológico, que varia de um polo positivo a outro negativo, de um favorável a outro desfavorável (Roazzi et al., 2014); 2) a norma subjetiva é a percepção do indivíduo em relação à pressão social exercida sobre o próprio, para que se realize ou não um determinado comportamento (Ajzen, 1991); 3) e o controlo comportamental percebido é a percepção de um indivíduo sobre a sua capacidade para realizar um determinado comportamento.

Por fim, empregue como um possível antecedente da intenção, o objetivo de vida é o conhecimento da ordem, a coerência e a crença de apenas uma existência, a procura e obtenção de objetivos, o valor e uma sensação de acompanhamento e realização, podendo ser igualmente definido como o sentido de direção na vida e metas orientadas para o futuro (Reker & Wong, 1988; Ryff, 1989; Martela & Steger, 2016).

Em relação à questão geral de investigação, enunciada, podemos responder afirmativamente apenas a uma parte da mesma. Ou seja, confirmamos, afirmativamente, que a atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido, dos jovens portugueses da nossa amostra, constituem os antecedentes da sua intenção de praticar Voluntariado. Pelo contrário, perante os resultados obtidos desta investigação, o objetivo de vida não constitui um antecedente, na amostra de jovens portugueses, da intenção de praticar Voluntariado.

Concluimos, assim, que o Voluntariado evoluiu ao longo dos anos, tanto em Portugal, como pelo mundo, quer a nível concetual, quer na quantidade de voluntários que abrange, especialmente, quando abordamos o Voluntariado Jovem. Cada vez mais, os jovens têm um papel ativo e importante na Sociedade, e esta, reconhece o seu valor, “premiando-os” com a possibilidade de terem experiências, tais como, participarem nas Jornadas Mundiais da Juventude que ainda em 2016, se realizaram na Polónia.

Síntese de conclusões e implicações gerais práticas do estudo

Relativamente aos resultados obtidos deste trabalho empírico, tendo por base o modelo proposto, realizamos a caracterização da amostra, a análise da validade e fiabilidade fatorial das cinco escalas formuladas, bem como, a apresentação das validades convergente e divergente, a análise descritiva das escalas de medida e, por fim, o teste de hipóteses, realizado através de um modelo de equações estruturais.

Neste contexto, podemos concluir:

- ser verificada a validade teórica, em todas as escalas e fatores;
- estar assegurada a validade convergente e discriminante das escalas;
- em relação à validade fatorial das escalas formuladas, apenas encontramos um problema no item 7, da escala objetivo de vida. Este item apresenta um grau de saturação inferior a 0,4, levando a que optássemos pela exclusão do mesmo e realização de uma nova análise. Assim, sem o item 7, os coeficientes de saturação dos restantes itens, já variam entre 0,61 e 0,87 e, com os índices de ajustamento adequados;
- no que diz respeito ao teste de hipóteses, através de equações estruturais, relatamos também que a variável objetivo de vida não foi corroborada, face à hipótese inicial, porque não apresentava significância para a intenção de praticar Voluntariado ($b=-0,01$, $p=0,66$). Para além disso, não contribuía para mudanças significativas no modelo e na influência das restantes variáveis;
- quanto aos resultados obtidos relativos à última pergunta do questionário, de carácter opcional, na qual os inquiridos poderiam escolher até três respostas, foram selecionadas 920 possíveis respostas múltiplas, na nossa amostra de 404 respostas válidas. As áreas mais escolhidas pelos jovens, se porventura viessem a praticar Voluntariado, eram, por ordem decrescente, proteção dos animais ($n=186$, 20,22%), ajuda humanitária ($n=178$, 19,35%) e ação social ($n=129$, 14,02%). Por outro lado, a opção menos selecionada foi a área calamidades ($n=37$, 4,02%);

Depois de expormos as conclusões práticas mais evidentes, concluímos que, em conjunto, as variáveis atitude, norma subjetiva, controlo comportamental percebido e objetivo de vida explicam 58% ($r^2=0,58$), da intenção de praticar Voluntariado, confirmando apenas as hipóteses 1, 2 e 3. Para além disso, importa ainda referir que o principal contributo deste estudo é constituir o primeiro realizado em Portugal, à data, onde se propôs e investigou um modelo sobre os possíveis antecedentes das intenções dos jovens portugueses.

De seguida, apresentaremos algumas recomendações que podem ser tidas em conta, para as organizações que se dedicam ao Voluntariado.

Recomendações para a gestão

Com este estudo pretendemos contribuir, de alguma forma, para a área do Voluntariado, particularmente o jovem. Deste modo, faz todo o sentido que as conclusões deste trabalho sejam transmitidas aos interessados por esta área da gestão, para que eles possam refletir, na tomada das suas decisões. Os resultados deste estudo permitem concluir que os jovens portugueses apresentam uma boa predisposição para praticar Voluntariado.

A capacidade de as organizações atraírem voluntários é fundamental para o bom funcionamento e sucesso das mesmas. Após esta investigação, verificamos que a norma subjetiva tem influência significativa e positiva na intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses. Assim, sugerimos que os gestores das organizações de Voluntariado promovam, por exemplo, através de redes sociais, os seus programas de Voluntariado, que poderão ser vantajosos, não só a nível pessoal, como profissional. Para além disso, outro facto a assinalar é o controlo comportamental percebido constituir o antecedente que mais influencia, de modo significativo, a intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses. Deste modo, o controlo comportamental percebido, quando uma “pessoa acredita que lhe faltam recursos, capacidades, ou se está sob influência de fatores alheios à sua vontade, é pouco provável que desenvolva fortes intenções de efetivar o comportamento” (Monteiro & Veiga, 2006, p. 3). Neste sentido, propomos que os gestores das organizações, se pretenderem “recrutar” jovens voluntários, devem, desde logo, mostrar recetividade, prestando, o máximo de apoio possível, para que o voluntário sinta que é capaz de fazer o seu trabalho. Seria importante também que, assim que os voluntários ingressassem na organização, os gestores elogiassem o seu trabalho, para conseguirem reter o jovem voluntário, o máximo de tempo possível, tendo conhecimento de que ele é um recurso vital para a estabilidade e funcionamento de uma organização com este fim.

Em Portugal, com a taxa de desemprego dos jovens a situar-se, em julho de 2016, em 27,9% (INE, 2016), sugerimos aos gestores das organizações, que se dedicam ao Voluntariado, para que deem uma oportunidade aos jovens, particularmente aos desempregados. Com a ajuda dos jovens, os programas de Voluntariado poderão ser, possivelmente, mais inovadores, rentáveis e, principalmente, poderão conseguir chegar a uma maior quantidade de pessoas carenciadas, em termos de resultados a obter.

Limitações ao estudo

O presente estudo possui algumas limitações, as quais, condicionaram a efetivação dos resultados em toda a sua plenitude.

Em primeiro lugar, começamos por referir a inexistência de estudos nacionais publicados homólogos a este, com formas de medidas equivalentes, para uma pertinente discussão e análise comparativa de resultados, a nível de Portugal. Por outro lado, este estudo pode não representar a totalidade da realidade em Portugal continental, uma vez que a maior parte dos inquiridos, jovens, provinha da zona centro-norte de Portugal, particularmente do Porto e Aveiro, pelo que os resultados obtidos carecem de uma análise atenta e cuidada.

Outra limitação foi a necessidade de utilizar uma amostra não probabilística, face ao tempo disponível de recolha e custos associados à elaboração deste trabalho.

Sugestões para investigações futuras

Apesar de serem detetadas limitações de literatura, estudos e tempo, conseguiram-se obter alguns válidos resultados, o que significa que este trabalho pode ser um bom ponto de partida para algo mais maduro e profundo.

Os resultados desta investigação visaram a compreensão e discussão dos possíveis antecedentes das intenções dos jovens portugueses praticarem Voluntariado e, assim, abrir as portas para futuras investigações. Estas podem permitir alargar o âmbito da presente investigação, no sentido de valorizar a importância desta temática.

Nessa conformidade, as sugestões para investigações futuras podem passar pela introdução de outras variáveis latentes ao modelo utilizado neste estudo, como a religião, motivações, ética e altruísmo, as quais, podem ser estudadas como variáveis independentes ou dependentes, da intenção de praticar Voluntariado entre os jovens portugueses. Ou seja, sugerimos medições de efeitos indiretos e totais nas variáveis a utilizar. Para além disso, sugerimos que este estudo seja realizado com uma amostra mais abrangente de jovens de Portugal continental, realizando uma conveniente amostragem estratificada e/ou por conglomerados de regiões de Portugal ou, ainda, com uma amostra de jovens portugueses que frequentam o Ensino Superior ou de jovens que não são estudantes do Ensino Superior.

Outra sugestão pode ser a associação da intenção de praticar Voluntariado a outras áreas e setores, como, por exemplo, no contexto da saúde, ou, ainda, a uma multiplicidade de instituições (p. e. associações de bombeiros voluntários).

Para além da identificação de novos conceitos latentes, a introdução de novas escalas e itens de medida, constituem outras sugestões para investigação futura.

The best way to find yourself is to lose yourself in the service of others.

Mahatma Gandhi

Bibliografia

- Aghababaei, N., Sohrabi, F., Eskandari, H., Borjali, A., Farrokhi, N., & Job, Z. (2015). Predicting subjective well-being by religious and scientific attitudes with hope, purpose in life, and death anxiety as mediators. *PAID*, 90, 93–98. Recuperado em setembro 13, 2016, de <http://doi.org/10.1016/j.paid.2015.10.046>
- Agostinho, D. (2011) “Voluntariado: uma abordagem às motivações dos voluntários do Banco Alimentar”. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira interior.
- Ajzen, I. & Fishbein, M. (1980). Understanding attitudes and predicting social behavior. *Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall*.
- Ajzen, I. (1991). The Theory of Planned Behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, 179-211.
- Ajzen, I. (2002). Residual effects of past on later behavior: habituation and reasoned action perspectives. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 2, 107-122, 2002.
- Ajzen, I. (2005). Attitudes, Personality and Behavior (Second Edition). *Open University Press*, 1-178.
- Albarracín, D., Johnson, B. T., Fishbein, M., Muellerleile, P. A. (2001). Theories of Reasoned Action and Planned Behavior as Models of Condom Use: A Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*, 127(1), 142–161. Recuperado em maio 23, 2016, de <http://doi.org/10.1037//0033-2909.127.1.142>
- Almeida, M. A., Nunes, S., Pais, S. & Amaro, T. P. (2008). Estudo sobre o Voluntariado. *Observatório do Emprego e Formação Profissional*. Lisboa.
- Amanajás, C. (2009). O CNPV e as Estruturas locais de Voluntariado. *Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado*. Recuperado em dezembro 19, 2015, de http://sigarra.up.pt/up/pt/conteudos_service.conteudos_cont?pct_id=6087epv_cod=475mnDaap9ay
- Angermann, A. & Sittermann, B. (2010). Volunteering in the European Union - An Overview. *Observatory for Sociopolitical Developments in Europe*, 2(18). Recuperado em março 24, 2016, de http://www.sociopolitical-observatory.eu/fileadmin/user_upload/Dateien/Veroeffentlichungen/Working_Papier_no_2_Observatory_Volunteering_in_the_EU_Overview.pdf
- Araújo, C. M. & Loureiro, S. M. (2014). O efeito da norma subjetiva, percepção de controlo, atitude e experiência passada na intenção de compra de marcas de roupa de luxo no Brasil. *Tourism & Management Studies*, 10, 103-110

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis (s.d.). Associação. Recuperado em julho 27, 2016, de <http://www.bombeirosazemeis.com/>
- Associação Mutualista Montepio - Educação Informação (2013). *A crise está a fazer crescer o Voluntariado?*. Recuperado em dezembro 10, 2015, de <http://ei.montepio.pt/a-crise-esta-a-fazer-crescer-o-Voluntariado/>
- Banco Alimentar contra a Fome - Porto (s.d). *Os nossos Valores*. Recuperado em julho 26, 2016, de <http://www.porto.bancoalimentar.pt/>
- Banco Alimentar contra a Fome (s.d). *Os nossos Valores*. Recuperado em julho 26, 2016, de <http://www.bancoalimentar.pt/>
- Bandeira, A. M. & Barbedo, P. (2014). O voluntariado como instrumento de desenvolvimento social e económico. *ISCAP - Contabilidade - Comunicações Em Eventos Científicos*, 1–15. Recuperado em dezembro 20, 2015, de <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5139/1/O%20VOLUNTARIADO%20-%20Ana%20Bandeira%20%26%20Patricia%20Barbedo%20-%20CIRIEC.pdf>
- Bandeira, A. M. & Barbedo, P. (2015). O voluntariado: um recurso em valorização na Sociedade portuguesa. *ISCAP - Contabilidade - Comunicações Em Eventos Científicos*, 1-20. Recuperado em dezembro 28, 2015, de <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7142/1/Voluntariado.%20Um%20recurso%20em%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ana%20Bandeira%20%26%20Patr%C3%ADcia%20Barbedo.pdf>
- Bekkers, R. (2007). Intergenerational transmission of volunteering. *Acta Sociologica*, 50, 99-114
- Bisquerra, R. (1989). *Métodos de Investigación Educativa: Guia Prática*. Barcelona: Ediciones CEAC.
- Brites, R. (2013). Inquérito por Questionário. Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências Sociais. *Palestra sobre Métodos de Investigação*. Porto.
- Bussell, H. & Forbes, D. (2002). Understanding the volunteer market: The what, where, who and why of volunteering. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, vol. 7(3), 244-257.
- Butler, M. W., Krishnaswami, S., Rothstein, D. H., & Cusick, R. A. (2011). Interest in international surgical volunteerism: results of a survey of members of the American Pediatric Surgical Association. *Journal of Pediatric Surgery*, 46(12), 2244–2249. Recuperado em abril 4, 2016, de <http://doi.org/10.1016/j.jpedsurg.2011.09.008>

- Byrne, B. M. (2001). Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Davis, F. D. (1989). Perceived usefulness, perceived
- Canção Nova (s.d). *JMJ: Não confundam felicidade com um sofá, diz Papa aos jovens*. Recuperado em setembro 2, 2016, de <http://papa.cancaonova.com/jmj-nao-confundam-felicidade-com-um-sofa-diz-papa-aos-jovens/>
- Casaló, L. V., Flavián, C., &Guinalíu, M. (2010). Antecedents and consequences of consumer participation in on-line communities: the case of the travel sector. *International Journal of Electronic Commerce*, 15(2), 137-167.
- Casey, J. (2015). The Nonprofit World: Civil Society and the Rise of the Nonprofits Sector. *The Nonprofit World*.
- Catarino, A. (2004) "Voluntariado – Uma leitura da experiência". *Revista Sociedade e Trabalho* n.º 19/20, vol.1: 9-15
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas (s.d). *ONU estabelece Fundo para Apoiar o Voluntariado Jovem*. Recuperado em agosto 27, 2016, de <http://www.unric.org/pt/actualidade/31022-onu-estabelece-fundo-para-apoiar-o-Voluntariado-jovem>
- Chapman, J., & Morley, R. (1999). Collegiate service-learning. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 18(1), 19-33.
- Chun, S., Heo, J., Lee, S., & Kim, J. (2016). Leisure-Related Predictors on a Sense of Purpose in Life among Older Adults with Cancer. *Activities, Adaptation & Aging*, 40, 266-280. Recuperado em setembro 6, 2016, de <http://doi.org/10.1080/01924788.2016.1199517>
- Comissão Europeia (2011). Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Actividades de Voluntariado Transfronteiras na UE. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (s.d). *Mandato e missão do CICV*. Recuperado em junho 25, 2016, de <https://www.icrc.org/pt/o-cicv>
- Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado (s.d). *Notas conclusivas sobre o estudo sobre o Voluntariado*. Recuperado em novembro 16, 2015, de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwigjeaw0N_PAhUG1xQKHUQWC-8QFggbMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.voluntariado.pt%2Fpreview_documentos.asp

[%3Fr%3D1950%26m%3DDOC&usg=AFQjCNFToH-OzjABUdakfQXrbPEC3SQkLQ&sig2=VtRMkKLtHkR9ghAT1Y70Jw&bvm=bv.135974163,d.d24](http://www.voluntariado.pt/left.asp?04.02)

Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado (s.d). *Seja voluntário – Quem são*. Recuperado em fevereiro 3, 2016, de <http://www.voluntariado.pt/left.asp?04.02>

Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado (s.d). *Seja voluntário – Direitos e deveres*. Recuperado em fevereiro 3, 2016, de <http://www.voluntariado.pt/left.asp?04.03>

Corry, O. (2010). Defining and Theorizing the Third Sector. *Third Sector Research*, 11–20. Recuperado em outubro 4, 2016, de <http://doi.org/10.1007/978-1-4419-5707-8>

Country Meters (s.d). *População Mundial*. Recuperado em fevereiro 11, 2016, de <http://countrysimeters.info/pt/>

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Cox, S. (2010). In the Spirit of Volunteerism. *Journal of Trauma Nursing*, 17(2), 61–63.

Crowson, N. J. (2011). Introduction: The Voluntary Sector in 1980s Britain. *Contemporary British History*, 25(4), 491-498. Recuperado em setembro 13, 2016, de <http://doi.org/10.1080/13619462.2011.623861>

Dávila, M. C., & Díaz-Morales, J. F. (2009). Age and motives for volunteering: Further evidence, *Europe's Journal of Psychology*, 2/2009, 82–95.

Decreto-Lei n.º 176/2005 (2005). Bases do enquadramento jurídico do voluntariado. *Diário da República 1ª Série A*. N.º 205 (05-10-25), p. 6193

Decreto-Lei n.º 389/99 (1999). Bases do enquadramento jurídico do voluntariado. *Diário da República 1ª Série A*. N.º 229 (99-09-30), 6694-6698.

Defourny, J. (2001). *L'économie sociale: enjeux conceptuels, insertion par le travail et services de proximité*. Bruxelles: De Boeck & Larcier S.A.

Defourny, J., Develtere, P. & Fonteneau, B. (1999). *L'économie sociale au nord et au sud*. Bruxelles: De Boeck & Larcier S.A..

Defourny, J., Gronbjerg, K., Mejis, L., Nyssens, M. & Yamauchi, N. (2016). *Voluntas Symposium: Comments on Salamon and Sokolowski's Re-conceptualization of the*

- Third Sector. *Voluntas*, 27. Recuperado em setembro 6, 2016, de <http://doi.org/10.1007/s11266-016-9743-y>
- Delicado, A., Almeida, A. N. & Ferrão, J. (2002). Caracterização do Voluntariado em Portugal. Lisboa: Comissão para o Ano Internacional dos Voluntários.
- Dolnicar, S., & Lazarevski, K. (2009). Marketing in non-profit organizations: an international perspective. *International Marketing Review*, 26(3), 275–291.
- Downs, D. S., & Hausenblas, H. A. (2005). The Theories of Reasoned Action and Planned Behavior Applied to Exercise: A Meta-analytic Update. *Journal of Physical Activity and Health*, 2, 76–97.
- Edwards, H. E., Nash, R. E., Najman, J. M., Yates, P. M., Fentiman, B. J., Dewar, A., ... & Skerman, H. M. (2001). Determinants of nurses' intention to administer opioids for pain relief. *Nursing & health sciences*, 3(3), 149-159.
- Ehrichs, L. (2002). "Volunteering" in development: A post-modern view, 1–16. Recuperado em abril 13, 2016, de http://www.worldvolunteerweb.org/fileadmin/docs/old/pdf/2002/LAO_volunteering_in_development.pdf
- Einolf & Chambré (2011). Who volunteers? Constructing a hybrid theory. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 16(4), 298-310
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., Karbon, M., Murphy, B. C., Wosinski, M., Polazzi, L., ... Juhnke, C. (1996). The Relations of Children's Dispositional Prosocial Behavior to Emotionality, Regulation, and Social Functioning. *Child Development*, 67, 974-992.
- Ellis, B. L., Hershberger, S., Field, E., Wersinger, S., Pellis, S., Geary, D., ... York, N. (2009). Sex Differences: Summarizing More Than a Century of Scientific, 11–13. Recuperado em setembro 12, 2016, de <http://doi.org/10.1007/s10508-009-9538-y>
- Essen, J. (2016). On the Meaning of Volunteering: A Study of Worldviews in Everyday Life. *Foundations of Science*, 21(2), 315–333. Recuperado em fevereiro 3, 2016, de <http://doi.org/10.1007/s10699-014-9392-9>
- Falconer, A. P. (1999). A Promessa do Terceiro Setor – Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Brasil). Recuperado em abril 23, 2016, de <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20promessa%20do%20terceiro%20setor%20-%201.pdf>

- Ferreira, C. (2008). "Dos motivos às consequências: contornos do voluntariado jovem Contemporâneo" (Trabalho de seminário da licenciatura em Sociologia). Universidade da Beira Interior
- Ferreira, D. (2013). O Voluntariado enquanto Promotor do Empreendedorismo Social: O Caso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mangualde (Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico do Porto.
- Ferreira, M., Proença T. & Proença, J. F. (2008). As motivações no trabalho voluntário. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 7(3), 43–53. Recuperado em março 24, 2016, de http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-44642008000300006&script=sci_pdf%5Chttp://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-44642008000300006&script=sci_arttext
- Ferreira, S. (2004). O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal. Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Classes, Movimentos e Lutas Sociais. Recuperado em fevereiro 23, 2016, de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461518504bc0c_1.pdf
- Fishbein, M. & Ajzen, I. (1975). Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research. *Reading*, MA: Addison-Wesley.
- Fletcher TD & Major DA, 2004. Medical Student's Motivations to volunteer an examination of the nature of gender differences. *Sex Roles*, vol51, nos12, 109-114;
- Folger, T. (2012). The Calm Before the Wave - Where and when will the next tsunami hit? Recuperado em abril 1, 2016, de <http://ngm.nationalgeographic.com/2012/02/tsunami/folger-text>
- Fonseca, J. J. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.
- Fonseca, S. M. (2014). Uma Orientação para o Mercado Social: Inovação, Aprendizagem organizacional e Desempenho - Um Estudo nas Misericórdias Portuguesas (Tese de Doutoramento). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Fortin, M. F. (2000). *O Processo de Investigação. Da concepção à realização*. Lusodidacta.
- Francis, J., Eccles, M., Johnston, M., Walker, A. Grimshaw, J., Foy, R., Kaner, E., Smith, L. & Bonetti, D. (2004). Constructing Questionnaires Based on the Theory of Planned Behaviour: A Manual for Health Services Researchers. Rebeqi: United Kingdom.
- Frankl, V.E. (2000) *Man's Search for Ultimate Meaning*. Perseus, Cambridge, MA.7

- Fuller, J. M. (2012). Assessing Intention of Volunteers to Develop Their Leadership: Creation of an Instrument Using the Theory of Planned Behavior (Tese de Doutorado). Louisiana State University
- Gasiorek, J., & Giles, H. (2013). Communication, Volunteering, and Aging: A Research Agenda. *International Journal of Communication*, 7, 19.
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 1-120.
- Gibelman, M. & Sweifach, J. (2008) "Action on our values: Do social workers volunteer?" *Social Work*, vol. 53, 53-64
- Goldberg, R. (2001). Como as empresas podem implementar programas de voluntariado. São Paulo: Instituto Ethos.
- Goodreads (s.d). *Quotes*. Recuperado em agosto 19, 2016, de <https://www.goodreads.com/>
- Grace – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (2006). Como implementar Projetos de Voluntariado Empresarial – adaptação do manual "Como as empresas podem implementar programas de voluntariado". Recuperado em dezembro 20, 2015, de <http://docplayer.com.br/6991629-Como-implementar-projectos-de-Voluntariado-empresarial.html>
- Gupta, M. D., Engelman, R., Levy, J., Luchsinger, G., Merrick, T., Rosen, J. E. (2014). The power of 1.8 billion – Adolescents, Youth and the transformation of the future. *UNFPA - The State of world population 2014*, 1-136. Recuperado em janeiro 14, 2016, de <http://eeca.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EN-SWOP14-FINAL-web.pdf>
- Hair, J. J., Babin, B., Money, A., & Philip, S. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa de administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Handy, F. & Hustinx, L. (2009). The why and how of Volunteering. *Nonprofit Management and Leadership*, vol. 19 (4), 549-550.
- Held, M. (2010). Engagementpolitik der EU- Flickwerk oder Strategie? In: Olk, Thomas / Klein, Ansgar / Birger Hartnuß (Eds.): Engagementpolitik. Die Entwicklung der Zivilgesellschaft als politische Aufgabe. Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften, 407-436.
- Hill, M., & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- História (s.d). *A história do voluntariado*. Recuperado em junho 25, 2016, de <http://www.ahistoria.com.br/do-voluntariado/>

- Hyde, M. K., & Knowles, S. R. (2013). What predicts Australian university students' intentions to volunteer their time for community service? *Australian Journal of Psychology*, 65(3), 135-145.
- Instituto Ethos (2003). Agrupamentos de responsabilidade corporativa: alavancando a responsabilidade corporativa para atingir benefícios competitivos nacionais. Instituto Ethos: São Paulo.
- INE, I.P (2013). *Inquérito ao trabalho voluntário 2012*. Destaque – Informação à comunicação social, Lisboa. Recuperado em janeiro 23, 2016, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INEexpgid=ine_destaqueDestaqueSdest_boui=157410423eDESTAQUESmodo=2
- INE, I.P (2015). *O risco de pobreza continuou a aumentar em 2013*. Destaque – Informação à comunicação social, Lisboa. Recuperado em 12 maio, 2016, de https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=225484657&att_display=n&att_download=y
- INE, I.P (2016). *A estimativa definitiva da taxa de desemprego de julho de 2016 foi de 10,9%*. Destaque – Informação à comunicação social, Lisboa. Recuperado em 22 outubro, 2016, de https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=225484657&att_display=n&att_download=y
- Jiang, C., Zhao, W., Sun, X., Zhang, K., & Zheng, R. (2016). Computers in Human Behavior The effects of the self and social identity on the intention to microblog: An extension of the theory of planned behavior. *Computers in Human Behavior*, 64, 754–759. Recuperado em outubro 4, 2016, de <http://doi.org/10.1016/j.chb.2016.07.046>
- Jornada Mundial da Juventude (s.d). *A ideia da JMJ*. Recuperado em setembro 2, 2016, de <http://www.krakow2016.com/pt/a-ideia-da-jmj>
- Kim, E., Lee, J., Sung, Y., & Marina, S. (2016). Computers in Human Behavior Predicting selfie-posting behavior on social networking sites: An extension of theory of planned behavior. *Computers in Human Behavior*, 62, 116–123. Recuperado em outubro 4, 2016, de <http://doi.org/10.1016/j.chb.2016.03.078>
- Kline, R. B. (2005). Principles and Practice of Structural Equation Modeling, (2nd ed).
- Ko, N. Y., Feng, M. C., Chiu, D. Y., Wu, M. H., Feng, J. Y., & Pan, S. M. (2004). Applying theory of planned behavior to predict nurses' intention and volunteering to care for SARS patients in southern Taiwan. *The Kaohsiung journal of medical sciences*, 20(8), 389-398.

- Kotler, P., & Lee, N. (2005). Corporate social responsibility - Doing the Most Good for Your Company and Your Cause. *John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey*, 9-33. Recuperado em abril 4, 2016, de <http://doi.org/10.1017/CBO9781139013338.013>
- Lakatos M. & Marconi, M. (2006). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Law, B. M. F., & Shek, D. T. L. (2009). Beliefs about volunteerism, volunteering intention, volunteering behavior, and purpose in life among Chinese adolescents in Hong Kong. *The Scientific World Journal*, 9, 855–865. Recuperado em outubro 20, 2015, de <http://doi.org/10.1100/tsw.2009.32>
- Lei n.º 71/98 (1998). Bases do enquadramento jurídico do voluntariado. *Diário da República 1ª Série A*. N.º 254 (98-11-03), 5694-5696.
- Leigh, R., Smith, D. H., Giesing, C., León, M. J., Haski-Leventhal, D., Lough, B. J.,... Strassburg, S. (2011). Estado do voluntariado no mundo. VNU. Dinamarca: Phoenix Design Aid. Recuperado em fevereiro 5, 2016, de <http://www.voluntariado.org.br/sms/files/Relatorio%20O%20Estado%20do%20Voluntariado%20no%20Mundo.pdf>
- Leite, M. & Araujo, J. (2014). Gestão, Controladoria e Contabilidade do Terceiro Setor: um Estudo Bibliométrico. In *Convibra* (Eds.), VI Congresso Virtual Brasileiro – Administração, 1-16.
- Luís, J. C. (2014). Teoria do comportamento planeado, psicopatia e a intenção de reincidir em crimes contra a propriedade (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.
- Lykken, D. (1968). "Statistical Significance in Psychology Research". *Psychocogical Bulletin*, 79, fevereiro, 151-159.
- Magalhães, M., & Ferreira, M. R. (2014). Uma abordagem teórica sobre o voluntariado empresarial. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 38–47.
- Magen, Z. (1998). Exploring adolescent happiness: Commitment, purpose and fulfillment. *Thousand Oaks, CA*: Sage.
- Malhotra, N. K. & Birks, D. F. (2006). *Marketing Research an Applied Approach (3rd ed.)*. England: Pearson Prentice Hall.
- Malhotra, N. K. (2001). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Brookman 3ª ed..

- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais - Fundamentos teóricos, software e aplicações. 1ª Edição*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Martela, F. & Steger, M. F. (2016). The three meanings of meaning in life: Distinguishing coherence, purpose, and significance. *The Journal of Positive Psychology*, 531-545. Recuperado em abril 2, 2016, de <http://dx.doi.org/10.1080/17439760.2015.1137623>
- Matos, E.B., Veiga, R. T. & Lima L. C. (2008). A decisão na Teoria do Comportamento Planejado: um estudo da intenção de uso de condons por adolescentes. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro.
- Matos, M. & Sardinha, S. (1999). Estilos de vida activos e qualidade de vida. In L. Sardinha, M. Matos & I. Loureiro (Eds.), *Promoção da saúde: Modelos e práticas de intervenção nos âmbitos da actividade física, nutrição e tabagismo*. Lisboa: FMH.
- McCurley, S. & Lynch, R. (2006). Volunteer management: Mobilizing all of the resources of the community (2ª Ed.). Ontario: Johnstone Training and Consultation.
- McKnight, P. E., & Kashdan, T. B. (2009). Purpose in life as a system that creates and sustains health and wellbeing: an integrative, testable theory. *Review of General Psychology*, 13, 242–251.
- Medina, R. D. (Ed.) (2011). Manual on the Measurement of Volunteer Work. Geneva: *International Labour Organization*.
- Mesch, S. J, Rooney, P. M., Steinberg, K. S & Denton, B. (2006). The Effects of Race, Gender, and Marital Status on Giving and Volunteering in Indiana. *Nonprofit and Voluntary Sector Quartely*, 35.
- Mitani, H. (2013). Influences of Resources and Subjective Dispositions on Formal and Informal Volunteering. *Voluntas: International Journal of Voluntary & Nonprofit Organizations*, 25, 1022-1040.
- Monteiro, P. R. & Veiga, R. T. (2006). Intenção de Parar de Fumar: Comparação entre Homens e Mulheres segundo a Teoria do Comportamento Planejado. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 1-16.
- Mory, E. H. (2004). Feedback research review. In: JONASSEM, D. (Comp.). *Handbook of research on educational communications and technology*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2004. 745-783.
- Moutinho, K. & Roazzi, A. (2010). As Teorias da Ação Racional e da Ação Planejada: Relações entre as intenções e comportamentos. *Avaliação Psicológica*, 9(2), 279-287.

- Musick, M. A., & Wilson, J. (2008). *Volunteers: A social profile*. Bloomington, IN: Indiana University Press. NCCPE. (n.d.). *Research synthesis: Student volunteering—background, policy and context*. London: National Co-ordinating Centre for Public Engagement.
- Nações Unidas no Brasil (s.d). *O trabalho voluntário e a ONU*. Recuperado em abril 7, 2016, de <https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>
- Neves, M. D. (2010). *A gestão do Voluntariado: Estudo de caso realizado na Cruz Vermelha Portuguesa – delegação do Porto* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.
- Nunes, F., Reto, L. & Carneiro, N. (2001). *O terceiro sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- Okleshen, C. & Mittelstaedt, R. (1998). *Revisiting the replicability of marketing research: reported content and author cooperation eighteen years later*. In *American Marketing Association Winter Educator's Conference: marketing theory and applications*. Chicago: The American Marketing Association.
- Okun, M. & Kim, G. Y. (2016). The interplay of frequency of volunteering and prosocial motivation on purpose in life in emerging adults. *The Journal of Social Psychology*, 156(3), 328-333. Recuperado em setembro 13, 2016, de <http://dx.doi.org/10.1080/00224545.2015.1080657>
- Okun, M., & Sloane, E. (2002). Application of planned behavior theory to predicting volunteer enrollment by college students in a campus-based program. *Social Behavior and Personality*, 30(3), 243-250.
- ONU (s.d). *African Youth Charter*. Recuperado em fevereiro 7, 2016, de http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/au/african_youth_charter_2006.pdf
- ONU (s.d). *Definition of Youth*. Recuperado em fevereiro 7, 2016, de <http://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>
- ONU (s.d). *International Volunteer Day*. Recuperado em fevereiro 7, 2016, de <http://www.un.org/en/events/volunteerday/>
- Parboteeah, K. P, Cullen, J. B. & Lim, L. (2004). Formal volunteering: a cross-national test. *Journal of World Business*, 39, 431-441. Recuperado em janeiro 13, 2016, de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1090951604000367>
- Parente, C. (Ed.) (2014). *A Gestão do Voluntariado. Empreendedorismo Social em Portugal*, 19, 201-218.

- Penner, L. A. (2002). Dispositional and Organizational Influences on Sustained Volunteerism: An Interactionist Perspective. *Journal of Social Issues*, 58(3), 447–467. Recuperado em agosto 21, 2016, de <http://doi.org/10.1111/1540-4560.00270>
- Pinquart, M., Silbereisen, R. K., & Fröhlich, C. (2009). Life goals and purpose in life in cancer patients. *Support Care Cancer*, 17, 253–259.
- Pinto, S. (2001). *O exercício do Voluntariado – dos pressupostos espirituais às motivações e ação prática*. Lisboa: Conselho Nacional de Portugal da Sociedade de S. Vicente de Paulo.
- Plagnol, A. & Huppert, F. (2010). “Happy to help? Exploring the factors associated with variations in rates of volunteering across Europe”. *Social Indicators Research*, 97, 157-176.
- Popper, K. (1959). *The Logic of Scientific Discovery*, Basic Books, New York.
- Popper, K. (1965). “Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge”, Basic Books, New York
- Pordata (Base de Dados Portugal Contemporâneo) (s.d.). *Corpos de Bombeiros em Portugal*. Recuperado em setembro 24, 2016, de <http://www.pordata.pt/Portugal/Corpos+de+Bombeiros-1107>
- Portal da Juventude (s.d). *Ano internacional da juventude*. Recuperado em março 6, 2016, de http://microsites.juventude.gov.pt/Portal/CartaoJovem/Noticias/ano_internacional_juventude.htm
- Portugal 2020 (s.d). *Portugal vai receber quase 31,5 milhões de euros do programa Erasmus+Day*. Recuperado em setembro 11, 2016, de <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/portugal-vai-receber-quase-31-5-milhoes-de-euros-do-programa-erasmus>
- Quintão, C. (2004). Terceiro Setor - elementos para referenciação teórica e conceptual. V *Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação*, Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho, Universidade do Minho, Braga.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: 2ª ed Gradiva.
- Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (s.d.). *Bombeiros voluntários e profissionais*. Recuperado em setembro 24, 2016, de <https://rnbp.prociv.pt/rnbp/portal/>

- Re-food (s.d.). *Missão, Visão, Valores*. Recuperado em julho 26, 2016, de <http://www.re-food.org/pt/a-refood/missao-visao-valores>
- Reis, F. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha* (1ª ed.). Lisboa: Pactor.
- Reker, G. T. & Wong, P. T. (1988). Aging as an individual process: Toward a theory of personal meaning. In J. E. Birren & V. L. Bengston (Eds.), *Emergent theories of aging*, 214–246. New York, NY: Springer
- Reker, G. T., & Peacock, E. J. (1981). The Life Attitude Profile (LAP): A multidimensional instrument for assessing attitudes toward life. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 13, 264–273. Recuperado em março 23, 2016, de <http://doi.org/10.1037/h0081178>
- Resolução A/RES/56/38 (2001). Recommendations on support for volunteering. Assembleia Geral das Nações Unidas. N.º 108 (02-01-10), 1-7.
- Resolução A/RES/60/134 (2005). Follow-up to the implementation of the International Year of Volunteers. Assembleia Geral das Nações Unidas. N.º 62 (06-01-31), 1-3.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2010 (2010). Ano Internacional da Juventude. *Diário da República 1ª Série*. N.º 168 (10-08-30), 3794-3795.
- Ribaric, M., H., Dadic, L., & Nad, M. (2014). Student Volunteering – Gender Differences, 44(1), 421–436.
- Ribeiro, B. (2015). *Antecedentes das determinantes da e-lealdade no comércio eletrónico: um estudo empírico em Portugal*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico do Porto.
- Roazzi, A., Almeida, N. D., Nascimento, A. M., Souza, B. C., Souza, M. G., Roazzi, M. M. (2014). Da Teoria da Ação Racional à Teoria da Ação Planejada: Modelos para explicar e prever o comportamento. *Revista AMAzônica*, 13, 175-208.
- Rocha, M. (2011). *Motivações, envolvimento prévio, satisfação e intenção de repetir a experiência no voluntariado ocasional. O caso do Banco Alimentar contra a fome* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. & Jablonski, B. (2009). Atitudes: conceitos e formação. In A. Rodrigues; E. M. L. Assmar, & B. Jablonski (Orgs.), *Psicologia social*. 21ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rokach, A., & Wanklyn, S. (2009). Motivation to volunteer: Helping empower sick children. *Psychology and Education: An Interdisciplinary Journal*, 46(1), 7-25.

- Romão, G., Gaspar, V., Correia, T. & Amaro, R. (2012). Estudo de Caracterização do Voluntariado em Portugal. ProAct – Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao Desenvolvimento Local, à Valorização do Ambiente e à Luta contra a Exclusão Social, Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. Recuperado em setembro 12, 2016, de www.voluntariado.pt/preview-documentos.asp?r=1954&m=PDF
- Ryff, C. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1069–1081.
- Salamon, L. (1994). The rise of the nonprofit sector. *Foreign Affairs*, 73, 109-122.
- Salamon, L. M. & Anheier, H. K. (Eds.) (1997). The Third World's Third Sector in Comparative Perspective. *Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, n.º 24, 1-32.
- Salamon, L. M. & Sokolowski, S. W. (2016). Beyond Nonprofits: Re-conceptualizing the Third Sector. *International Society for Third-Sector Research and The Johns Hopkins University*, 27, 1515-1545. Recuperado em setembro 6, 2016, de <http://doi.org/10.1007/s11266-016-9726-z>
- Sallam, A. A., Safizal, M., & Osman, A. (2015). The Key Drivers of Volunteering Intention among Undergraduate Malaysian Students – an application of Theory of Planned Behavior. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, 3(2), 1-13. Recuperado em março 23, 2016, de <http://ijecm.co.uk/wp-content/uploads/2015/02/3244.pdf>
- Saunders, M., Lewis, P. & Thornill, A. (2009). *Research Methods for Business Students*. England: Pearson Education Limited. Recuperado em setembro, 25, 2016, de http://is.vsfs.cz/el/6410/leto2014/BA_BSeBM/um/Research_Methods_for_Business_Students_5th_Edition.pdf
- Serapioni, M., Ferreira, S., Lima, T. M. & Marques, R. (2011). *Estudo sobre o Voluntariado: contextos e conclusões. Associação portuguesa para o desenvolvimento local*. Recuperado em fevereiro 21, 2016, de <http://www.animar-dl.pt/documentacao/pdf/114-voluntariado/581-estudo-sobre-o-voluntariado-contextos-e-conclusoes>
- Serrano, G. (2004). Investigación cualitativa. Retos e interrogantes – I. Métodos (6ª ed.). Madrid: Ed. La Muralla
- Silva, C. M. (1999). Estatística Aplicada à Psicologia e Ciências Sociais. *Mc GrawHill*, p. 224.
- Silva, T. S., Gomide, C. S., Lima, A. A., Júnior, F. F., Roque, D. M, Martins, A. F. (2014). Atitudes, Normas subjetivas e Controle Comportamental Percebido - Uma população

- universitária em relação ao consumo de água: análise à luz da teoria do comportamento planejado (TPB). *XIV Colóquio internacional de Gestão Universitária – CIGU*, 1-15. Brasil. Recuperado em abril 4, 2016, de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/132165/2014-368.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Snyder, M., & Omoto, A. M. (2009). Who Gets Involved and Why? The Psychology of Volunteerism. *Youth Empowerment and Volunteerism: Principles, Policies and Practices*, 3–26. Recuperado em janeiro 23, 2016, de http://cityupress.edu.hk/Template/Shared//previewSample/9789629371371_preview.pdf
- Stran, K. A., Knol, L. L., Severt, K. & Lawrence, J. C. (2016). College Students' Intentions to Use Calorie Information on a Restaurant Menu: Application of the Theory of Planned Behavior. *American Journal of Health Education*, 47(4), 215-223. Recuperado em setembro 17, 2016, de <http://doi.org/10.1080/19325037.2016.1179142>
- Strecher, V. J. (2016). Progress in Pediatric Cardiology On purpose: New directions in life and health. *Progress in Pediatric Cardiology*. Recuperado em setembro 6, 2016, de <http://doi.org/10.1016/j.ppedcard.2016.02.002>
- Sumner, R. (2016). More Education, More Purpose in Life ? A Comparison of Purpose Across Adults with Different Levels of Education. Recuperado em setembro 6, 2016, de <http://doi.org/10.1007/s11482-016-9448-9>
- Taylor, R. (2010). *Third sector research*. New York: Springer.
- Teixeira, J. (2011). Colóquio “Ser voluntário. Ser solidário”. Santarém, 26 de março de 2011. Intervenção do Secretário Executivo do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, João Teixeira. Recuperado em dezembro 13, 2015, de http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/EscutismoVoluntariado/CNE/Ser_Volunt%C3%A1rio_Ser_Solid%C3%A1rio.pdf
- Thierry, J. (2002). *A economia Social Europeia*. Lisboa, Edições Poseidon.
- Thurstone, L. L. (1931). The measurement of social attitudes. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, Vol 26(3), 249-269.
- Unstead-Joss, R. (2008). An analysis of volunteer motivation: implications for international development. *Journal of the Institute for Volunteering Research*, 9(1), 3–20. Recuperado em fevereiro 2, 2016, de http://www.ivr.org.uk/images/stories/Institute-of-Volunteering-Research/VA-Documents/VA9_1/article1_unstead-joss.pdf

- Veloso, S. M. (2005). Determinantes da actividade física dos adolescentes: estudo de uma população escolar do concelho de Oeiras (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho.
- Welman, C., Kruger, F. & Mitchell, B. (2005). *Research Methodology* (3ª ed.). Cidade do Cabo (África do Sul): Oxford University Press.
- Weston R. & Gore, P.A. (2006). A Brief Guide to Structural Equation Modeling. *The Counseling Psychologist* 34(5), 719-751. Recuperado em outubro 15, 2016, de <http://doi.org/10.1177/0011000006286345>
- Whittaker, J., McLennan, B., & Handmer, J. (2015). A review of informal volunteerism in emergencies and disasters: Definition, opportunities and challenges. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 13, 358–368. Recuperado em abril 4, 2016, de <http://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2015.07.010>
- Wilfred, C. & Kemmis, S. (1988). Teoria Crística de la enseñanza. *Revista Española de Pedagogía*, 200-204. Recuperado em janeiro 13, 2016, de http://www.jstor.org/stable/23763322?seq=1#page_scan_tab_contents
- Wilson, A., & Pimm, G. (1996). The tyranny of the volunteer: the care and feeding of voluntary workforces. *Management Decision*, 34(4), 24–40. Recuperado em abril 4, 2016, de <http://doi.org/10.1108/00251749610115134>
- Wilson, J. (2000). Volunteering. *Annu. Rev. Sociol.*, 26, 215-240. Recuperado abril 4, 2016, <http://doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.215>
- Yalom, I.D. (1980) *Existential Psychotherapy*. Basic Books, New York.
- Zanitelli, L. M. (2010). Direito e consumo ético: uma comparação entre a análise econômica das normas sociais e a teoria do comportamento planejado, 27–61. Recuperado em março 23, 2016, de <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Artigo2%20Leandro.pdf>
- Zhou, H., Romero, S., & Qin, X. (2015). An extension of the theory of planned behavior to predict pedestrians' violating crossing behavior using structural equation modeling. *Accident Analysis and Prevention*, 95, 417–424. Recuperado em outubro 12, 2016, de <http://doi.org/10.1016/j.aap.2015.09.009>

Apêndices

Apêndice I
Inquérito por questionário

O Voluntariado entre os Jovens portugueses

O voluntariado na sociedade atual, como atitude e comportamentos percebidos pelos jovens, pode constituir uma prática e objetivo de vida, reforçado perante níveis motivacionais.

No âmbito da dissertação de Mestrado em Assessoria de Administração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), este estudo é formado por duas partes: a primeira recolhe alguns dos seus dados pessoais e a segunda avalia a sua predisposição para o voluntariado, de acordo com uma Escala de Likert de 5 e/ou 7 pontos.

O público-alvo desta investigação são os jovens com nacionalidade portuguesa e com idade compreendida entre os 15 e os 35 anos.

Solicito a sua indispensável colaboração na resposta a este questionário. Não existem respostas certas ou erradas, apenas é necessário a sua opinião sincera, uma vez que a informação recolhida será tratada de forma confidencial e anónima.

O tempo de preenchimento é cerca de 5 minutos.

MUITO OBRIGADA pela sua colaboração!

[Carregar inquérito incompleto](#)

[Seguinte >>](#)

[Sair e limpar inquérito](#)

O Voluntariado entre os Jovens portugueses

0% 100%

Parte I

Nesta parte do questionário, são pedidos alguns dos seus dados pessoais.

*

Tem nacionalidade portuguesa?

☐ Sim ☐ Não

* **Idade:**

- ☐ Menos de 15 anos
- ☐ 15 a 17 anos
- ☐ 18 a 20 anos
- ☐ 21 a 23 anos
- ☐ 24 a 26 anos
- ☐ 27 a 29 anos
- ☐ 30 a 32 anos
- ☐ 33 a 35 anos
- ☐ Mais de 35 anos

* **Sexo:**

☐ Feminino ☐ Masculino

*

É ou já foi estudante do Ensino Superior?

☐ Sim ☐ Não

* Qual é/foi o subsistema e o tipo de ensino que frequenta/frequentou?

- ☐ Ensino Público - Politécnico
- ☐ Ensino Público - Universitário
- ☐ Ensino Privado - Politécnico
- ☐ Ensino Privado - Universitário
- ☐ Outro:

* Está a frequentar ou já frequentou:

Por favor, seleccione... ▾

? No caso de já ter frequentado mais do que um dos ciclos de estudo/cursos, por favor seleccione o que concluiu ultimamente.

O Voluntariado entre os Jovens portugueses

0%100%

Parte I

* Pratica ou já praticou Voluntariado?

☐ Sim ☐ Não

Continuar mais tarde

<< Anterior

Seguinte >>

Sair e limpar inquérito

O Voluntariado entre os Jovens portugueses

0%100%

Parte II

Por favor, responda e avalie o seguinte grupo de questões, tendo presente a sua intenção de praticar voluntariado.

*

	Discordo totalmente	1	2	3	4	Concordo totalmente	5
No futuro tenciono fazer voluntariado	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>
Irei prestar mais atenção a qualquer informação sobre voluntariado	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>
Estou muito interessado(a) em atividades de voluntariado	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>
Se receber algum convite para fazer voluntariado, eu aceitarei	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>
O voluntariado é bom	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>

	Discordo totalmente				Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
O voluntariado é benéfico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O voluntariado é uma atividade agradável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O voluntariado é uma atividade útil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meus amigos são voluntários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas que me são próximas querem que faça voluntariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Discordo totalmente				Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
As pessoas que eu conheço partilham interesse no voluntariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas que me são próximas valorizam o voluntariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O voluntariado é uma atividade importante para as pessoas que conheço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu pretendo voluntariar-me em atividades onde os meus amigos/familiares já são voluntários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou confiante que serei capaz de me voluntariar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Discordo totalmente				Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
Se eu quiser posso fazer voluntariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acredito que tenho capacidade de me voluntariar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou disponível para fazer voluntariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
No futuro estou confiante que serei capaz de fazer voluntariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quer eu me voluntarie ou não, sei que isso depende totalmente de mim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O Voluntariado entre os Jovens portugueses

0% 100%

Parte II

Por favor, responda e avalie o seguinte grupo de questões, tendo presente o seu objetivo de vida.

* 1.

	Estou apático (a) e cansado (a)	1	2	3	4	5	6	Sou entusiasta e energético (a)
Normalmente, na minha vida:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 2.

	Monótona e frustrante	1	2	3	4	5	6	Emocionante e inspiradora
Para mim, a vida parece ser:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 3.

	Nunca teria escolhido este mundo para viver	1	2	3	4	5	6	Teria escolhido sempre este mundo para viver
Se dependesse de mim, eu:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 4.

	Nunca fiz qualquer progresso	1	2	3	4	5	6	Alcancei sempre progressos
Sobre a concretização dos meus objetivos de vida, eu:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

*

5.

	"Um vazio" e desesperante						Colorida e interessante
	1	2	3	4	5	6	7
A minha vida é:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

*

6.


	É confusa						Corresponde ao meu sentido de vida
	1	2	3	4	5	6	7
Quando penso na minha relação com o mundo, considero que:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

*

7.

	É um método de resolução dos problemas						Não é um método de resolução dos problemas
	1	2	3	4	5	6	7
Quando se aborda o tema "suicídio", considero que:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O Voluntariado entre os Jovens portugueses

0%  100%

Parte II

• No futuro, se porventura vier a fazer voluntariado, em que área(s)/setor(es) o faria?

- ☐ Ação Cívica
- ☐ Ação Social
- ☐ Ajuda Humanitária
- ☐ Calamidades
- ☐ Defesa do Património e do Ambiente
- ☐ Educação
- ☐ Proteção Civil/Bombeiros
- ☐ Proteção dos Animais
- ☐ Saúde
- ☐ Outro:

FIM

MUITO OBRIGADA pela sua colaboração!

Marta F. Quinta
martafigueiredo@outlook.com